

**MARCIA JOANA NEGRELLI**

**O PAPEL DO ESTADO E DAS INDÚSTRIAS NA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO E DA QUALIDADE DE VIDA NO MUNICÍPIO DE  
ARAUCÁRIA/PR**

**Dissertação apresentada como  
requisito parcial à obtenção do grau de  
Mestre em Geografia, Curso de Pós-  
Graduação em Geografia, Setor de  
Ciências da Terra, Universidade  
Federal do Paraná.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Olga Lúcia  
Castreghini de Freitas Firkwoski**

**CURITIBA**

**2004**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço sinceramente a todos que colaboraram para a conclusão dessa dissertação.

Primeiramente agradeço à minha orientadora Olga, que me ajudou a dar forma a uma vaga idéia, transformando-a nesse trabalho, sempre de uma forma positiva e inspirada.

Aos meus familiares e amigos que suportaram comigo os momentos difíceis e comemoraram os alegres. Em especial à minha irmã Solange pela ajuda com os gráficos e com a tradução e à minha sobrinha Sílvia pelo apoio com as tabelas.

Aos meus colegas de curso pela divisão das angústias e vitórias, em especial a minha amiga Luciane.

Aos professores do curso que contribuíram para o amadurecimento do trabalho, ao nosso secretário, Zem pela resolução de todos os problemas e a Helena pela preparação dos mapas.

A todas as pessoas que me ajudaram na obtenção dos dados em especial ao Almeida do IBGE, pela sua “política de convencimento”, à Madianita e à Paula da Secretaria de Planejamento pela paciência e disponibilidade, à Érica da Secretaria da Educação e às diretoras Rosi e Luciane pela compreensão.

Agradeço a Deus pelo convívio com todas essas pessoas e pelo crescimento que adquiri nessa jornada.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	iv
LISTA DE GRÁFICOS .....	v
LISTA DE MAPAS .....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E LISTA DE SIGLAS .....	vii
RESUMO .....	viii
ABSTRACT .....	ix
INTRODUÇÃO .....	01
<b>1 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....</b>	<b>07</b>
1.1 O PAPEL DO ESTADO NA SEGREGAÇÃO ESPACIAL .....	08
1.2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS .....	11
<b>2 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM ARAUCÁRIA .....</b>	<b>15</b>
2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ E DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA .....	15
2.2 INDÚSTRIA EM ARAUCÁRIA NA DÉCADA DE 1970 .....	18
2.3 INDÚSTRIA EM ARAUCÁRIA NA DÉCADA DE 1990 E NA ATUALIDADE .....	25
<b>3 DINÂMICA POPULACIONAL DE ARAUCÁRIA NAS QUATRO ÚLTIMAS DÉCADAS .....</b>	<b>32</b>
3.1 POPULAÇÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS E NA RMC .....	32
3.2 O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM ARAUCÁRIA .....	37
<b>4 DESENVOLVIMENTO URBANO E QUALIDADE DE VIDA .....</b>	<b>43</b>
4.1 DESENVOLVIMENTO URBANO .....	43
4.2 QUALIDADE DE VIDA E EXCLUSÃO SOCIAL .....	48
4.3 METODOLOGIA PARA AVALIAR A QUALIDADE DE VIDA EM ARAUCÁRIA .....	57
<b>5 QUALIDADE DE VIDA EM ARAUCÁRIA – O PAPEL DO ESTADO E DA INDÚSTRIA .....</b>	<b>63</b>
5.1 INDICADORES RELATIVOS À POPULAÇÃO .....	64
5.2 INDICADORES RELATIVOS À EDUCAÇÃO .....	78
5.3 RENDA DOS CHEFES DE FAMÍLIA .....	87
5.4 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM ARAUCÁRIA .....	89
5.5 O ESTADO, A INDÚSTRIA E A QUALIDADE DE VIDA EM ARAUCÁRIA .....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	103
ANEXOS .....	108

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA RMC .....	26
TABELA 2	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS POR GÊNERO EM ARAUCÁRIA – 2002.....	27
TABELA 3	MUNICÍPIOS INDUSTRIALMENTE MAIS REPRESENTATIVOS NA RMC, QUANTO AO PESSOAL OCUPADO NO PERÍODO DE 1940-1985 (EM PORCENTAGEM).....	28
TABELA 4	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DE CURITIBA, RMC E PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1940 A 2000.....	35
TABELA 5	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA DE 1960-2000.....	38
TABELA 6	POPULAÇÃO RURAL E URBANA DE ARAUCÁRIA DE 1960-2000.....	38
TABELA 7	DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO BRASIL, PARANÁ E ARAUCÁRIA.....	39
TABELA 8	COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DE ARAUCÁRIA EM 2000 .....	40
TABELA 9	SETORES CENSITÁRIOS EM 1980, 1991 E 2000, SEGUNDO OS BAIRROS DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA.....	59
TABELA 10	DENSIDADES DEMOGRÁFICAS DOS BAIRROS E DO CENTRO DE ARAUCÁRIA NOS ANOS DE 1980, 1991 E 2000.....	68
TABELA 11	BAIRROS DE ARAUCÁRIA AGRUPADOS EM INTERVALOS DE DENSIDADE DEMOGRÁFICAS NOS ANOS DE 1980, 1991 E 2000.....	69
TABELA 12	TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DOS BAIRROS DE ARAUCÁRIA DE 1980 A 2000.....	71
TABELA 13	PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS COM 5 PESSOAS OU MAIS NOS BAIRROS DE ARAUCÁRIA EM 1991 E 2000 .....	78
TABELA 14	MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR NÍVEL DE ENSINO, SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – ANO 2000.....	79
TABELA 15	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, POR NÍVEL DE ENSINO – 2000.....	79
TABELA 16	NÚMERO DE CMEIS, CRIANÇAS ATENDIDAS E CRIANÇAS EM LISTA DE ESPERA EM 2003.....	86
TABELA 17	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA POR BAIRROS EM 1991 EM PORCENTAGEM.....	88
TABELA 18	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA POR BAIRROS EM 2000 EM PORCENTAGEM.....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	NÚMERO DE HABITANTES POR BAIROS EM 1980, 1991 E 2000 NA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA .....	64
GRÁFICO 2	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA POR FAIXA ETÁRIA EM 1980 .....	72
GRÁFICO 3	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA POR FAIXA ETÁRIA EM 1991 .....	74
GRÁFICO 4	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA POR FAIXA ETÁRIA EM 2000 .....	76
GRÁFICO 5	PORCENTAGEM DE ALFABETIZADOS POR BAIROS EM 1980.....	80
GRÁFICO 6	PORCENTAGEM DE ALFABETIZADOS POR BAIROS EM 1991.....	81
GRÁFICO 7	PORCENTAGEM DE ALFABETIZADOS POR BAIROS EM 2000.....	82
GRÁFICO 8	ANOS DE ESTUDO DOS CHEFES DE DOMICÍLIO EM 1991 .....	83
GRÁFICO 9	ANOS DE ESTUDO DOS CHEFES DE DOMICÍLIO EM 2000 .....	83
GRÁFICO 10	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA EM 1991.....	87
GRÁFICO 11	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA EM 2000.....	88

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	02
MAPA 2	ARRUAMENTO DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA.....	10
MAPA 3	LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS INDUSTRIAIS DE ARAUCÁRIA .....	21
MAPA 4	LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS EM ARAUCÁRIA ENTRE 1995 E 2000 .....	30
MAPA 5	SETORES CENSITÁRIOS DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA EM 1980 .....	61
MAPA 6	POPULAÇÃO DE ARAUCÁRIA EM 1980 .....	65
MAPA 7	POPULAÇÃO DE ARAUCÁRIA EM 1991 .....	66
MAPA 8	POPULAÇÃO DE ARAUCÁRIA EM 2000 .....	67
MAPA 9	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DE ARAUCÁRIA POR FAIXA ETÁRIA EM 1980 .....	73
MAPA 10	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DE ARAUCÁRIA POR FAIXA ETÁRIA EM 1991 .....	75
MAPA 11	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DE ARAUCÁRIA POR FAIXA ETÁRIA EM 2000 .....	77
MAPA 12	ANOS DE ESTUDO DOS CHEFES DE FAMÍLIA EM 1991 .....	84
MAPA 13	ANOS DE ESTUDO DOS CHEFES DE FAMÍLIA EM 2000 .....	85
MAPA 14	QUALIDADE DE VIDA NA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA EM 1980.....	90
MAPA 15	QUALIDADE DE VIDA NA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA EM 1991.....	92
MAPA 16	QUALIDADE DE VIDA NA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA EM 2000.....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E LISTA DE SIGLAS

ACP	- Associação Comercial do Paraná
ALL	- América Latina Logística
CIAR	- Centro Industrial de Araucária
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
COCELPA	- Companhia de Papel e Celulose do Paraná
CODAR	- Companhia de Desenvolvimento de Araucária
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
DNER	- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
EMEI	- Escola Municipal de Educação Infantil
FIEP	- Federação das Indústrias do Estado do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PDI	- Plano de Desenvolvimento Integrado
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REPAR	- Refinaria Presidente Getúlio Vargas
REPLAN	- Refinaria do Planalto
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SMPL	- Secretaria Municipal de Planejamento
SMED	- Secretaria Municipal de Educação
UEG	- Usina Elétrica a Gás

## RESUMO

O município de Araucária passou nas últimas décadas por uma mudança no seu perfil econômico, com a instalação de uma unidade da Petrobras – Refinaria Getúlio Vargas – na década de 70 e a criação por parte da administração municipal, do CIAR – Centro Industrial de Araucária –, que atraiu outras indústrias. Uma das conseqüências dessa mudança relaciona-se à população. Em primeiro lugar, houve um acelerado crescimento da população que em 1970 era de 17.490 habitantes e que chegou a 94.258 habitantes em 2000. Porém, esse crescimento ocorreu apenas com a população urbana, já que a população rural diminuiu de 11.52 habitantes para 8.147 habitantes nesse mesmo período. Dessa forma, é a população urbana que cresce, pois em 1970 representava apenas 32,24% da população total do município e em 2000 correspondia a 91,35%. Diante dessa dinâmica populacional, a presente pesquisa procurou avaliar as condições de vida da população araucariense, face à indústria poluidora aí instalada e aos investimentos do Estado. Para tanto, foram discutidas quatro metodologias que tratam da mensuração e da espacialização da qualidade de vida, para em seguida ser realizada a escolha e adaptação de uma dessas metodologias. Em uma análise intra-urbana, verificou-se que o crescimento populacional nas três últimas décadas, não se deu em toda a área urbana, mas sim, vinculado à localização industrial, em bairros próximos à área industrial e também em bairros periféricos ao centro de Araucária, mas limítrofes a Curitiba e com vias de acesso a este município. Além disso, nesses bairros concentram-se também os piores índices de qualidade de vida, relacionados ao rendimento médio das famílias e indicadores de educação.

Palavras-chave: Estado – Indústria – Qualidade de vida



## ABSTRACT

Araucaria's county went through some changing in its economic profile in the last few decades. This was due to the installation of a Petrobras unit – Getulio Vargas Refinery – in the 70's and the creation of CIAR – Araucaria's Industrial Centre – by the local administration, which attracted other industries. One of the consequences of this changing is related to its population. To start with, the population's growth increased quickly. If in 1970 there were 17.490 inhabitants, in 2000 the figures reached 94.258. But this growth occurred only with the urban population, as the rural population diminished from 11.520 to 8.147 inhabitants in the same period. In this way, it is the urban population that increases, as in 1970 represented only 32,24% of the total population of the county and in 2000 corresponded to 91,35%. Taking into account such changing, this research tried to evaluate the conditions of life of Araucaria's population, considering the set up of the pollutant industries and the States' investments. Therefore, four methodologies were discussed dealing with the dimension and room for its quality of life, so that afterwards it could be carried out the choice and adaptation of one of these methodologies. In an intra urban analysis, it was verified that in the last three decades, the population's growth did not happen totally in the urban area. It was linked to the industrial location, in boroughs near industrial areas and also in boroughs surrounding Araucaria's city centre, but bordering with Curitiba and roads having access to it. Furthermore, these boroughs have the worse figures of quality of life, related to the average income and education level of the families.

Key words: State – Industry – Quality of life

## INTRODUÇÃO

Para Milton Santos, homens, firmas, instituições, meio ecológico e infra-estruturas são elementos do espaço. “As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc” (SANTOS, 1985, p. 6).

Dessa forma, “uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras, levam a mudanças espaciais” (SANTOS, 1985, p. 16).

É a preocupação com as conseqüências dessas mudanças espaciais o foco da presente dissertação, que tem em Araucária, município da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), seu recorte de estudo (MAPA 1).

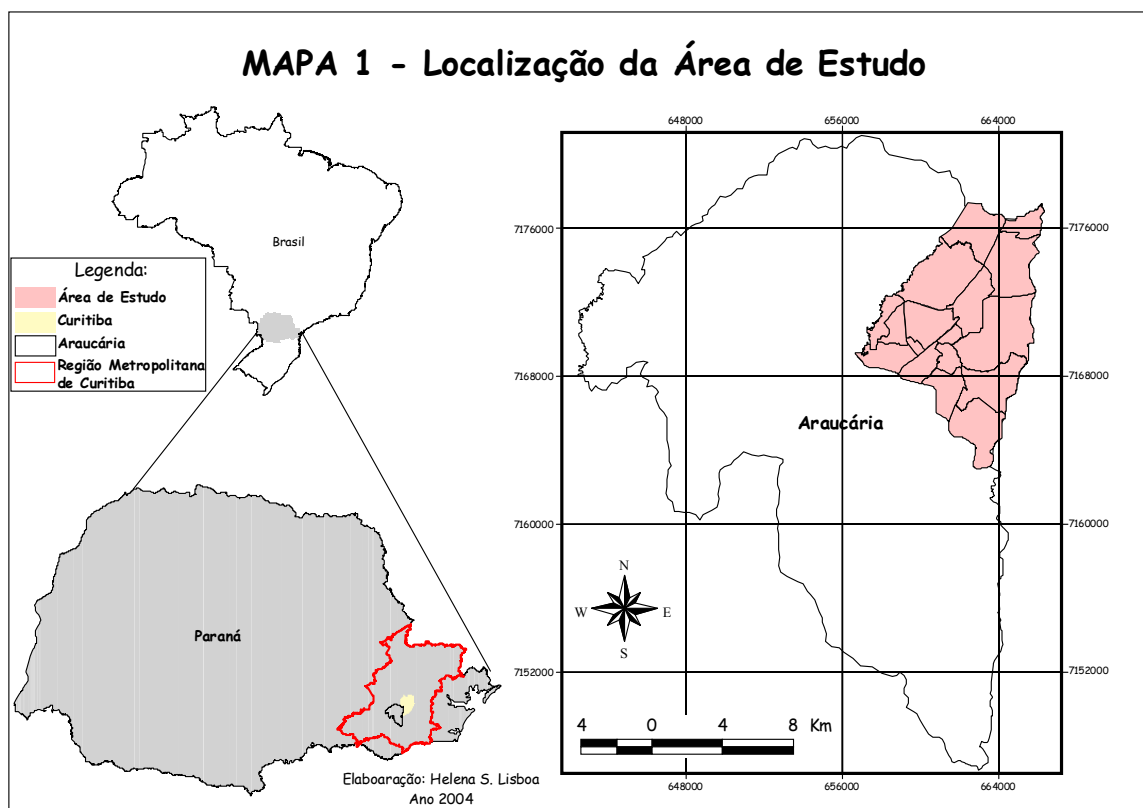
Esse município apresentou um acelerado crescimento de sua população urbana, devido a um processo de industrialização que se iniciou na década de 1970 com a instalação da Refinaria Presidente Vargas (REPAR) da Petrobras e a criação do Centro Industrial de Araucária (CIAR) que incentivou a vinda de outras grandes empresas.

Para LEFEBVRE (1991, p.9), as cidades desempenharam um papel importante na industrialização, formando um par dialético indissociável – urbanização/industrialização, bem como crescimento/desenvolvimento e produção econômica/vida social. Esse processo de urbanização que gera concentração da população em municípios próximos aos grandes centros, como é o caso de Araucária, resulta em uma série de problemas urbanos e principalmente sócio-econômicos.

A cidade muda quando muda a sociedade no seu conjunto. As mudanças podem ser provocadas pela ordem distante (Estado, capital) projetando-se sobre a ordem próxima. Porém, essa ordem distante não atende a apenas um grupo e por isso o conflito de interesses é inevitável (LEFEBVRE, 1991, p. 46, 62).

Araucária apresenta um fator que a torna um caso particular na Região Metropolitana de Curitiba, que é a presença de indústrias de grande porte, principalmente relacionadas à Refinaria da Petrobras, há mais de duas décadas, o

que torna o município um dos maiores arrecadadores de impostos do estado do Paraná. Apresenta-se então, a necessidade de confrontar as relações entre as políticas públicas adotadas pelo governo municipal, ao longo desse período, no sentido de minimizar os problemas urbanos relacionados com o processo de industrialização que gera benefícios para o lugar na forma de arrecadação, mas que também gera ônus, relacionados com a questão ambiental, já que se trata de uma indústria que é considerada “suja”<sup>1</sup>, seja como poluidora da água ou do ar.



Apesar dessa problemática, a industrialização é importante para a moderna sociedade, já que ela é “fundamental nas economias das sociedades modernas e

<sup>1</sup> Segundo definição de TORRES (1993, p. 47), indústria suja é aquela que usa mais intensivamente os recursos naturais, causando sua depleção bem como poluição atmosférica, hídrica e do solo. Para o autor, “o Brasil da década de 80 assistiu a uma considerável mudança na sua estrutura industrial, tendo caminhado no sentido de uma indústria mais suja e mais intensiva em recursos naturais” (TORRES, 1993, p. 43). Esse autor aponta que alguns gêneros industriais são mais danosos para o meio ambiente que outros, como é o caso da indústria relacionada a minerais não-metálicos, metalurgia, papel e celulose e química (TORRES, 1993, p. 48). No Anexo 1 está explicitada uma matriz que avalia o potencial de degradação ambiental por gênero de indústria elaborada por esse autor (TORRES, 1993, p. 49).

fator indispensável ao crescimento. É essencial nos países em desenvolvimento, a fim de ampliar a base de seu desenvolvimento e atender às suas crescentes necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 230).

Além do crescimento econômico que a indústria propicia,

muitas das necessidades humanas essenciais só podem ser atendidas por meio de bens e serviços que a indústria fornece. A produção de alimentos requer quantidades cada vez maiores de agroquímicos e maquinaria. Além disso, os produtos industrializados constituem a base material dos padrões de vida contemporâneos. Por isso, todas as nações precisam de bases industriais eficientes para atender às novas necessidades, e conseguir tais bases é uma de suas justas aspirações. A indústria extrai matérias-primas da base de recursos naturais e introduz no meio ambiente humano não só produtos como também poluição. Ela pode melhorar o meio ambiente ou deteriorá-lo, e sempre faz uma coisa ou outra (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 230).

Essa mesma Comissão entende que as indústrias que mais crescem são as indústrias ditas sujas, pois nos países em desenvolvimento, a produção industrial está diversificando-se e passando a áreas mais capital-intensivas, como as de produtos de metal, químicos, maquinaria e equipamentos. “E as indústrias pesadas, tradicionalmente as que mais poluem, têm crescido em relação às indústrias leves. Ao mesmo tempo, tem havido um declínio substancial na participação das indústrias ligadas a produtos alimentícios, e em menor grau nas de têxteis e vestuário” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 232).

Além disso, a Comissão ressalta que

os produtos químicos melhoraram muito a saúde e a expectativa de vida, incrementaram a produção agrícola, aumentaram o conforto, as facilidades e a qualidade de vida em geral, e ampliaram as oportunidades econômicas. A indústria química é também um dos setores mais dinâmicos em vários países, incluindo muitos dos em desenvolvimento. Mas essa indústria e seus produtos podem exercer um impacto particularmente grave sobre o meio ambiente. Ela deu origem a uma infinidade de novos problemas de poluição não só ligados aos produtos como aos processos. Continua a gerar uma quantidade cada vez maior de produtos e rejeitos cujos efeitos, sobretudo em longo prazo, sobre a saúde do homem e o meio ambiente ainda são praticamente desconhecidos. Ocorreram acidentes graves, e nos últimos anos os índices de segurança da indústria ficaram abalados (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 249).

Para LEFEBVRE (1991, p. 77), a cidade a serviço da indústria torna-se dispositivo material próprio para se organizar a produção, para controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo dos produtos. Uso do automóvel, mobilidade,

influência da mass-media separaram do lugar e do território os indivíduos e os grupos.

Quando FIRKOWSKI (2001, p. 193, 194) menciona a necessidade de avaliação dos benefícios conseguidos pela comunidade local com a instalação de indústrias automotivas na Região Metropolitana de Curitiba na década de 1990, pode-se relacionar essa mesma preocupação com a industrialização do município de Araucária na década de 70 e com um recente incremento desse processo com a instalação de outras grandes indústrias no município.

Para FIRKOWSKI (2001, p. 193, 194),

resta indagar sobre os benefícios do novo jogo de localização para o contexto local, para a sociedade local, ou seja, já vimos que para a empresa os benefícios são grandes e que o governo não mede esforços para oferecer a localização, mas quais serão os custos desse processo a médio e longo prazo? (...) A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba (...) é portadora de importantes conflitos sócio-espaciais, sendo os de caráter ambiental um dos mais relevantes.

Além disso, “quando o que está em jogo é a localização de grandes empresas, tais custos tendem a ser socializados pela população da área receptora de tais capitais, mesmo que, num primeiro momento, ela não se dê conta de quão altos eles serão no futuro” (FIRKOWSKI, 2001, p. 193,194).

A preocupação de FERGUSON (1988/1989, p. 78) é com o caráter exógeno das indústrias, quando questiona que

o crescimento industrial é bem sucedido, quando se promove o surgimento e a expansão de empresas locais, ou quando se fazem esforços para atrair indústrias de outros locais (filiais, transferências ou assentamentos de novas indústrias)? Poderíamos sintetizar essas ações referindo-se aos estímulos ‘endógenos’ e ‘exógenos’. Na teoria e prática tradicionais, a ênfase tem sido dada ao caráter exógeno no que se refere ao estímulo à industrialização. Entretanto, as evidências empíricas sugerem que o crescimento local é principalmente de origem endógena para a maioria das cidades.

Dadas essas reflexões, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de avaliação das condições de vida da população araucariense face à indústria exógena instalada no município e aos investimentos do Estado na indústria, já que a Região Metropolitana de Curitiba viveu nos anos 1990 um novo processo de industrialização cujos objetivos e estratégias adotadas pelo Estado foram muito parecidas com o que ocorreu na década de 1970. Assim, Araucária será tomada como um exemplo de um processo de industrialização consolidado que contribuirá,

guardadas suas especificidades temporais e espaciais, para a compreensão do processo em implantação.

No momento em que uma administração municipal propõe um investimento para garantir a vinda e a presença de indústrias, seu objetivo é ampliar a oferta de empregos e melhorar a renda do próprio município e da população que ali reside. Dessa forma, nesta pesquisa, através da confrontação de dados, buscou-se responder a uma questão fundamental referente ao município de Araucária: as vantagens trazidas pela industrialização, na forma como foi feita, superam as desvantagens intrínsecas ao processo?

Para responder a essa e outras inquietações, o principal objetivo da pesquisa foi analisar a qualidade de vida da população de Araucária, à luz do processo de industrialização iniciado na década de 70, bem como o papel do Estado enquanto promotor de políticas públicas para garantir melhorias à população. Como objetivos específicos buscou-se:

- 1) Analisar o crescimento populacional de Araucária, num recorte intra-urbano;
- 2) Analisar o papel da indústria, enquanto agente produtor do espaço urbano no município de Araucária;
- 3) Verificar comparativamente as condições sócio-econômicas da população antes e depois do processo de industrialização iniciado nos anos 70 num recorte espacial e temporal;
- 4) Identificar os conflitos no município no que diz respeito ao crescimento da população.

Para tanto o trabalho estrutura-se em cinco capítulos.

No capítulo 1, O Estado e as Políticas Públicas na Produção do Espaço, busca-se trazer à luz o papel do Estado e suas formas de atuação na produção do espaço urbano e no fomento à indústria.

No capítulo 2, O Processo de Industrialização em Araucária, fez-se um resgate dos agentes responsáveis pela arrancada do processo de industrialização de Araucária, com a instalação da REPAR e do CIAR, seus desdobramentos e a recente vinda de outras indústrias como a siderúrgica CISA/CSN e a Usina Elétrica a Gás (UEG).

O capítulo 3, Dinâmica Populacional de Araucária nas quatro últimas décadas, trata de como se deu o rápido crescimento da população urbana de

Araucária, resgatando o processo ocorrido na RMC e também no âmbito do próprio município, atrelado à atuação indireta da indústria e do Estado nesse processo de urbanização.

O capítulo 4, Desenvolvimento Urbano e Qualidade de Vida, trata de conceitos sobre o que seja Desenvolvimento Sustentável e uma análise e avaliação dos indicadores de qualidade de vida. Além disso, nesse capítulo é discutida a metodologia adotada nesta dissertação, bem como suas limitações.

Finalmente, no capítulo 5, trata-se da relação entre indústria, Estado e a qualidade de vida no município de Araucária, bem como a sua avaliação.

## 1. O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O espaço é mais que um meio de produção, é uma força de produção, um produto, um instrumento político importante para o Estado. E o Estado fornece uma estrutura espacial para o exercício do poder (GOTTDIENER, 1997, p. 129, 130, 146).

Para ULTRAMARI e MOURA (1994, p. 39), o processo de produção do espaço urbano resulta da interação de três elementos:

- a) o capital, determinando o custo da terra e impondo a necessária concentração de atividades e de mão-de-obra para sua própria reprodução e acumulação;
- b) o Estado, representado pela ação do poder público, tentando propiciar serviços e condições básicas para a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho, garantindo, assim, o fluxo da economia;
- c) a força de trabalho, que é quem ocupa e vive a desordem que é a periferia.

Como complementa DAMIANI (1999, p. 48), para se compreender as contradições no espaço deve-se levar em conta as regras do mercado, o desenvolvimento da indústria e as formas de atuação do Estado. Outra forma de entender essas contradições na produção do espaço é explicitada por MOIZES e MARTINEZ-ALIER (1978, p. 46), para quem

a cidade (ou metrópole) não pode ser vista simplesmente como um reflexo da estrutura econômica, pois ela foi formada – melhor seria dizer construída – como resultado da ação de diferentes atores históricos, cada qual marcando sua intervenção de acordo com os seus interesses próprios. Esses atores foram, fundamentalmente, as classes dominantes, as classes populares e o Estado. As primeiras trataram de se utilizar dos grandes centros urbanos como centros privilegiados de concentração de capital e de força de trabalho. As segundas intervieram como puderam para garantir as condições de sua reprodução no contexto urbano. (...) Finalmente, o Estado agiu para garantir as condições necessárias de coesão social no contexto desses interesses diferenciados, além de suprir as insuficiências da chamada iniciativa privada em alguns setores estratégicos.

Como apontado pelos autores citados, o Estado é um dos atores responsáveis pela produção do espaço urbano. Dessa forma, neste capítulo será discutido o papel do Estado na criação de espaços segregados, que em Araucária correspondem a bairros com deficiência de infra-estrutura e com população majoritariamente de baixa renda. Além disso, neste capítulo será definido o papel do Estado na caracterização do perfil econômico do município. Em Araucária, esse perfil passou de predominantemente agrícola para industrial em apenas uma década.



## 1.1 O PAPEL DO ESTADO NA SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Usando o exemplo de Paris, LEFEBVRE (1999a, p.119) afirma que o Estado é o grande interventor no planejamento urbano e mostra que a classe operária ainda não criou um espaço próprio, adequado às suas necessidades. O espaço através do planejamento foi modelado para atender aos interesses da burguesia mercantil, dos homens de Estado e dos industriais que, antes de tudo, demoliram a cidade. Ao proletariado restou a expulsão desse espaço, a segregação.

Para LEFEBVRE (1991, p. 94-97), “Estado e empresa convergem para a segregação. A separação analítica isolou a vida cotidiana em ingredientes, fragmentos: trabalho, transporte, vida privada, lazeres”.

Sobre a segregação urbana, LOJKINE (1997, p. 189) cita três tipos:

1. Oposição centro (preço maior) e periferia;
2. Separação entre zonas ou moradias para ricos e populares;
3. Funções urbanas – zoneamento.

Ainda para LOJKINE (1997, p. 189), o papel do Estado na urbanização capitalista é o de um instrumento de “regulação” social. Para isso, o Estado interfere estabelecendo ou influenciando, através de seus planos diretores ou qual seja outra forma, a localização das atividades industriais e “terciárias”. Além disso, ele age no controle de localização dos diferentes tipos de habitação e na localização dos meios de consumo.

Concluindo sobre o papel do Estado na criação e na manutenção da segregação urbana, LOJKINE (1997 p. 277) afirma que a política urbana capitalista responde à lógica da segregação, já que atua não como um “instrumento de regulação ou de ‘gestão’ das contradições de classe, mas sim, como elemento de agravamento, de exacerbação dessa contradição entre monopólios e camadas sociais não monopolistas”.

O desenvolvimento sócio-espacial é tanto um produto da ação do Estado quanto do setor privado (GOTTDIENER, 1997, p. 268).

Para LEFEBVRE (1999a, p. 97),

o mundo invertido, segundo Marx, é uma sociedade (...) onde o Estado, que deveria servir ao conjunto da sociedade e nela difundir sua capacidade de organização e sua

racionalidade, acaba provocando precisamente o contrário: ele reforça a exploração do conjunto da sociedade; erige-se acima dela e proclama-se o essencial da vida social e sua estrutura, quando é simplesmente um acidente (uma superestrutura).

O Estado é, então, uma máscara ideológica, convencendo a população de que representa os interesses da sociedade (LEFEBVRE, apud GOTTDIENER, 1997, p. 138, 149).

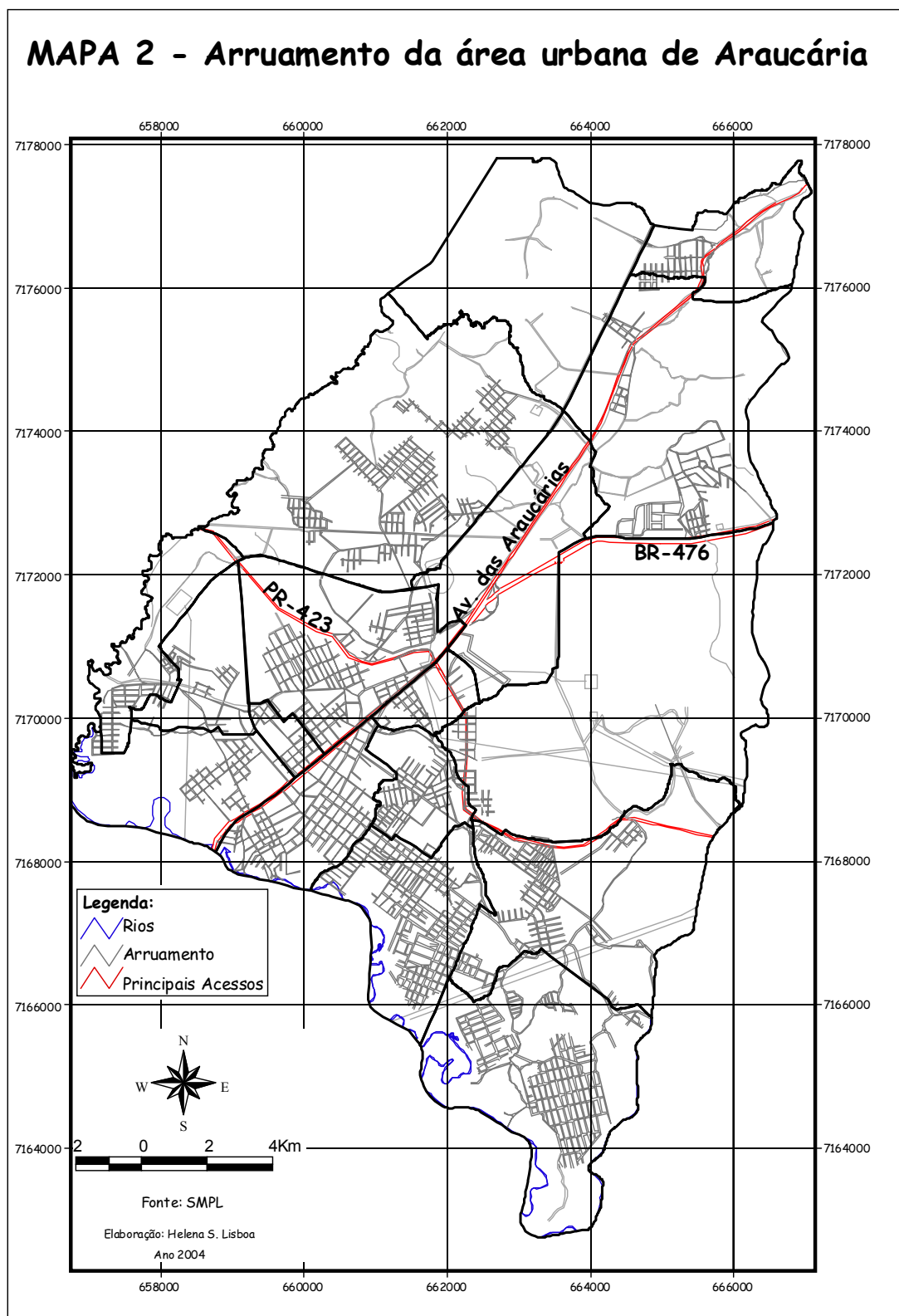
Tratando do planejamento de Paris, enfocando os transportes, LOJKINE (1997, p. 209, 217, 240-241) também afirma que a planificação urbana e as práticas de financiamento estatal durante os anos 1960 respondem à lógica da segregação social, na medida em que os transportes (representados por vias de circulação rodoviária e ferroviária) favorecem as zonas urbanas apropriadas pela classe dominante. E isso se dá através do próprio planejamento e da aplicação dos recursos financeiros em curto prazo para atender a esses interesses específicos. Além disso, há uma prioridade esmagadora para a distribuição dos recursos nos transportes e comunicações em detrimento do equipamento esportivo, social, cultural e turístico.

Ainda sobre a política de transportes de Paris, LOJKINE (1997, p. 227) argumenta que “não que não se possa falar de ‘vontade deliberada’, mas tudo acontece como se os agentes do Estado encarregados da programação dos equipamentos urbanos participassem, contra a vontade, impotentes, de um mecanismo de seleção das verbas públicas produzindo efeitos urbanísticos que esses agentes não podem impedir”.

SOUZA (1998, p. 10-11) complementa afirmando que

o planejamento urbano comandado pelo Estado foi de toda sorte tradicionalmente encarado como o pivô da modernização da cidade. Modernização essa que, cabe sublinhar, tem sido amiúde socialmente excludente; (...) Trata-se de uma modernização que redundou em um incremento da segregação residencial e da concentração espacial de privilégios (sendo, exatamente por isso, comumente saudada, exigida e protagonizada pelas elites urbanas), na geração de vazios urbanos devido à especulação imobiliária e em outras deformações.

Especificamente em Araucária, a existência desses espaços vazios pode ser visualizada no Mapa 2 que mostra a área urbana do município com o arruamento. Pode-se observar que os loteamentos distantes uns dos outros contribuem para um



encarecimento na implantação de redes de água e esgoto, além de dificuldades no

transporte coletivo e no transporte escolar.

A ação do Estado não deve ser, como foi exposto acima, voltada apenas para atender aos interesses de somente um dos atores sociais, mas sim de toda a sociedade, pois, como ressalta LOJKINE (1997, p. 29),

o Estado não deve ser reduzido a um simples “aparelho” de repressão e de organização pertencente exclusivamente à classe dominante: ele também é objeto de disputa social, é cena política que pode se abrir à representação de interesses contraditórios, contanto que as classes dominadas tenham a capacidade cultural de construir novas racionalidades, mais dignas de crédito do que a racionalidade capitalista baseada na rentabilidade e na delegação de poder.

## 1.2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em primeiro lugar, as políticas públicas privilegiam o capital privado já que o Estado tem como seu principal financiador esse setor, na forma de arrecadação de impostos.

OLIVEIRA (2000, p. 39) afirma que mesmo em administrações municipais de orientação nitidamente de esquerda, planejadores urbanos e agências urbanísticas desenvolvem políticas de fomento à realização da acumulação privada de capital. Isso porque existe “uma dependência estrutural da administração municipal frente ao capital privado. Afinal, apesar de por toda parte o município contar com transferências de recursos de outras esferas administrativas, sua principal fonte de receita segue sendo os impostos arrecadados localmente”.

Esse autor ainda ressalta que “passa a ser do interesse do governo que a iniciativa privada tenha êxito e prosperidade. Somente assim haverá abundância de bens e mercadorias e o pleno emprego de que tanto depende o sucesso de todos os governos nas sucessivas disputas eleitorais que caracterizam as democracias” (OLIVEIRA, 2000, p. 43).

Além disso, a relação existente entre o crescimento econômico e o nível de arrecadação de impostos é um outro motivo pelo qual é importante para a administração o sucesso dos empresários privados (OLIVEIRA, 2000, p.43). Esse autor ainda complementa argumentando que

o volume de impostos que pode ser arrecadado depende diretamente do desempenho da atividade econômica. Se os negócios vão bem, as vendas estão em alta e há demanda para todos os tipos de serviços, então o volume de recursos obtidos pela arrecadação de

impostos cobrados sobre essas atividades será alto. (...) Dessa forma o governo poderá executar as obras de infra-estrutura necessárias ao bom desempenho do setor produtivo e oferecer uma ampla gama de serviços afetos ao bem-estar da população, particularmente no que diz respeito à saúde, educação, habitação, etc. (OLIVEIRA, 2000, p. 44).

Em sua análise, OLIVEIRA (2001, p. 38, 39) diz que “o crescimento econômico passa a ser uma prioridade da mais alta importância para todo e qualquer político que seja alçado ao poder. Afinal, somente o crescimento econômico permanente pode gerar os excedentes necessários ao atendimento das demandas materiais dos eleitores”. Dessa forma, “todo grupo político que seja conduzido ao poder terá interesse em criar e manter condições que incentivem a continuidade do investimento privado. Assim, passa a ser do interesse do governo que a iniciativa privada tenha êxito e prosperidade” (OLIVEIRA, 2001, p. 40). Esse autor ainda afirma que essa situação é chamada por vários autores como Dependência Estrutural do Estado face ao Capital. “Estreitamente ligada a essa situação de dependência está a percepção geral de que os empresários são portadores dos interesses universais da sociedade” (OLIVEIRA, 2001, p. 42).

Para SANTOS (1996, p. 110)

o poder público é chamado, nos últimos trinta anos, a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade. (...) Na cidade corporativa, o essencial do esforço do equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos.

LEFEBVRE (1999b, p. 110) afirma que a cidade “é a sede do poder político que garante o poder econômico do capital, que protege a propriedade (burguesa) dos meios de produção e organização, proibindo-lhe os excessos e a violência. O Estado dispõe de muitos meios: o exército, a polícia, mas também a economia política e a ideologia”.

Esse autor ainda cita três tipos de mais-valia: a mais-valia do trabalhador individual, da empresa e a mais-valia global, retida em parte considerável pelo Estado, através de impostos e empresas estatais. Além disso, o Estado atua na distribuição dessa mais-valia entre as camadas e frações de classes da sociedade. O Estado também supervisiona essa distribuição, no sentido de atenuar os excessos e investe uma parte para manter a vida da sociedade, o ensino, o exército, a burocracia. Porém, sabe-se que o Estado capitalista não repassa esses investimentos em grande quantidade à cultura, já que a burguesia se preocupa

apenas com suas bases econômicas. Lefebvre refere-se a esse papel do Estado na distribuição dos recursos como uma “prodigiosa mistura de cálculo sórdido e de desperdício insensato” (LEFEBVRE, 1999b, p. 136-138, 152).

Continuando sua análise, LEFEBVRE (1999b, p. 155) aponta que “no plano político, o Estado retém uma parte da mais-valia para pagar os gastos gerais da sociedade burguesa que nenhum capitalista individual iria assumir”.

A arrecadação de impostos e taxas feita pelo Estado visa atender a dois objetivos: manter a própria burocracia do Estado e também administrar e se ocupar das necessidades sociais de toda a sociedade, não só da burguesia. “No plano político é tudo uma questão de relações de força; mas, nesse ponto, o Estado democrático continua sensível e acessível à pressão de baixo, às reivindicações” (LEFEBVRE, 1999b, p. 156).

Além disso, usando novamente o exemplo da França como um caso típico, CASTELLS (1983, p. 202) argumenta que o capital privado investe em moradias de alto padrão que garantem maiores lucros, enquanto que o Estado deve se encarregar dos investimentos de menor rentabilidade. Para LEFEBVRE (1991, p.79), o privado deixa para o Estado o que é oneroso.

Outros autores apontam para a interferência do Estado na escolha dos agentes que irão produzir o espaço. Para eles, são os grupos dominantes que conseguem os melhores contratos. Para HARVEY (1980, p. 146), “o rico pode dominar o espaço enquanto o pobre está aprisionado nele”. MARQUES e BICHER (2001, p. 902) afirmam que existe “uma estruturação hierárquica do mercado de obras públicas, com frações dominantes que abocanham a maior parte dos contratos (e provavelmente apresentam lucratividade mais alta), e frações periféricas (e quase certamente subordinadas politicamente), que sobrevivem das ‘sobras’ do mercado, quando a oferta aumenta”.

OLIVEIRA (2001, p. 43) afirma que, durante o processo de incentivos à vinda de indústrias para a RMC na década de 90, o único grupo que teve acesso às decisões foi o grupo formado por grandes empresários do estado do Paraná e que esse autor chamou de práticas corporativistas. “Estamos diante de um privilégio que só é concedido a esse grupo social. Nenhuma outra classe ou fração de classe é agraciada com tais direitos especiais de consulta e acesso aos sistemas de decisão por parte dos poderes públicos”.

Utilizando o exemplo de Cubatão, HOGAN (1993, p. 114, 115) analisa o papel do Estado no crescimento desorganizado da cidade, garantindo que houve um planejamento, pois

talvez nenhuma outra cidade erigiu seu parque industrial de forma tão planejada. A história mostrou que a estratégia foi equivocada, mas não podemos dizer que foi uma estratégia impensada. A refinaria e a siderúrgica, e as indústrias que as seguiram, foram os frutos dos planos de desenvolvimento elaborados em nível de governo federal, obedecendo a metas nacionais.

Para esse autor, o que mais chama a atenção não é a falta de planejamento para com a população, mas sim, o exemplo de um planejamento racional e integrado contemplando apenas o setor industrial em que

a população trabalhadora seria buscada em outros municípios. Que uma parcela dos trabalhadores iria morar em Cubatão, e que outros setores como o pequeno comércio e a construção civil aumentariam essa população local, foi ignorado ou deixado ao acaso. Depois de ocupar os antigos bananais e as nesgas de terra firme, a população crescente ia procurando espaços. Aterraram o mangue, construíram palafitas por cima do mangue, e iam subindo a serra, ampliando as chamadas cotas, clareiras abertas na floresta na época da construção da Via Anchieta. O resultado desse descompasso entre o parque industrial organizado e o parque residencial desconexo, precário, e improvisado é o que mais chama atenção em Cubatão. Sem nenhuma organicidade no traçado urbano, Cubatão é um arquipélago de bairros de difícil intercomunicação. Essa impressão é reforçada quando consideramos a efemeridade da fisionomia urbana. Paralelamente ao vai-e-vem da população há um vai-e-vem de bairros: Vila Socó incendiou-se, Vila Parisi está sendo removido, as cotas desabam. Por outro lado, Vila São José surge das cinzas e Jardim Nova República surge no mangue (HOGAN, 1993, p 114, 115).

Relacionando o papel do Estado ao processo de industrialização de Araucária, pode-se argumentar que indústrias exógenas e de grande porte se instalaram no município em dois momentos distintos: década de 1970 e final da década de 1990. Nesses dois momentos o prefeito era Rizio Wachovicz (ANEXO 2, com a lista dos prefeitos de Araucária desde sua criação em 1890), que em suas gestões contemplou os interesse do capital privado, como forma de aumentar a arrecadação de impostos do município. O que de fato aconteceu. Resta saber como se deu esse processo de industrialização e as conseqüências para a população, que serão tratados respectivamente nos capítulos 2 e 3.

## 2. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM ARAUCÁRIA

A década de 1970 se constituiu num marco na transformação do processo de industrialização do Paraná e também de Araucária. A mudança se deu com a vinda de empresas multinacionais para o estado, principalmente ligadas ao complexo metal-mecânico, concentradas em Curitiba, que se tornou a área industrial mais importante do estado e que também contribuiu para a transformação de Araucária, até então um município eminentemente agrícola, num centro industrial secundário. Esse processo de industrialização, no Paraná e em Araucária, não guardou nenhuma relação com a industrialização anterior.

Para FIRKOWSKI (2001, p. 25),

a industrialização paranaense pós-anos 70 não se relaciona, portanto, com a continuidade das iniciativas industriais locais incipientes desde o início do século XX, mas sim com a completa ruptura, na medida em que se baseia num outro tipo de indústria, voltada para um outro mercado (nacional e internacional) com controle acionário externo, enfim, com um perfil muito distinto daquele predominante anteriormente.

Nesse contexto, Araucária teve destacado papel.

### 2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO DO PARANÁ E DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

São as indústrias dinâmicas que predominam no novo projeto de industrialização do Paraná, iniciado na década de 1970. Para STORPER apud FIRKOWSKI (2001, p. 32,33), “as indústrias dinâmicas são aquelas que se caracterizam pela aplicação de um capital e tecnologia intensivos, ou seja, apresentam proporções mais elevadas de tecnologia e de capital por pessoa empregada, opondo-se assim, ao grupo onde predomina o trabalho intensivo e o número mais elevado de trabalhadores”.

Os gêneros industriais metalúrgica, papel e papelão, química, farmacêutica, borracha, mecânica, material de transporte, material elétrico e de comunicações e produtos de matéria plástica são considerados como pertencentes ao grupo de indústrias dinâmicas.

No Paraná, e também em Araucária, com algumas especificidades, pode-se apontar dois momentos onde as ações do Estado foram decisivas para a



industrialização (FIRKOWSKI, 2001, p. 34). Em ambos os momentos, o objetivo foi a atração de capitais externos, principalmente multinacionais:

- a) O primeiro momento que corresponde à década de 70 e materializado pela criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em Curitiba e do CIAR em Araucária;
- b) O segundo momento, já em meados dos anos 90, com a implantação de uma série de indústrias, particularmente relacionadas ao setor automobilístico, e localizadas no aglomerado metropolitano<sup>2</sup>.

Para FIRKOWSKI (2001, p. 34).

são momentos distintos, porém inter-relacionados, ambos tendo o Estado como pilar, ambos promotores de concentração industrial, porém, enquanto no primeiro o objetivo era explicitamente trazer indústrias para Curitiba, no segundo o aglomerado metropolitano é que se constitui em espaço privilegiado de localização. Da mesma maneira, em ambos os momentos, a indústria é apresentada à sociedade como a alavanca necessária para o desenvolvimento, geração de empregos e solução das desigualdades sócio-econômicas (FIRKOWSKI, 2001, p. 34).

O início dos anos 1970 foi marcado pela euforia do crescimento econômico e do “milagre brasileiro”. Havia a certeza de que o crescimento econômico era a solução para os problemas do país. “Os problemas sociais não eram considerados relevantes. Eles se resolveriam naturalmente como consequência do crescimento econômico. (...) Nessa perspectiva, a cidade era tida como um aspecto relevante do processo econômico. Ela precisava estar ajustada ao projeto desenvolvimentista. Deveria representar, simbolicamente, os anseios de um país ansioso por desenvolver-se, industrializar-se, tornar-se moderno”. Cabia ao planejamento urbano assumir esse papel estratégico (MENEZES, 1996, p. 34).

Questões como o impacto da industrialização sobre o meio ambiente urbano eram desconhecidas ou ignoradas no processo de decisão sobre a instalação de atividades industriais nas cidades (MENEZES, 1996, p. 34).

---

<sup>2</sup> Segundo IPEA (2000, p. 68), aglomerado metropolitano é “uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferação, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes com contigüidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação. Apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas”. Para FIRKOWSKI (2001, p. 128), o aglomerado metropolitano de Curitiba compreende doze municípios em mancha contígua: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais que em 2000 correspondiam a 94% da população da RMC.

A motivação para a industrialização do Paraná residia, segundo OLIVEIRA (2001, p. 45), na dependência do Paraná com relação ao estado de São Paulo que era motivo de preocupação constante para a elite dominante paranaense durante a década de 60, principalmente porque o norte do Paraná tinha muito mais integração com São Paulo do que com Curitiba, a capital do estado.

Daí adviriam duas conseqüências graves para as elites políticas do Paraná: a evasão de divisas e a possível quebra da unidade territorial do Estado. (...) Em função da percepção de ambos os perigos, começou a ser gerado no Paraná um projeto de industrialização do estado, que fosse capaz tanto de promover o desenvolvimento econômico, evitando a evasão de divisas, quanto à integração territorial, afastando o perigo de desmembramento de partes do território. A administração Ney Braga (1961-1966) irá dar forma concreta a esses projetos (OLIVEIRA, 2001, p. 45).

Para tanto, a política de desenvolvimento industrial alicerçou-se na participação dos bancos de fomento econômico na atração de novas indústrias, além da criação de organismos técnicos para o assessoramento de fusões e processos de modernização de indústrias (OLIVEIRA, 2001, p.58).

Esse autor ainda complementa que podem ser citadas duas conseqüências do processo de industrialização:

- Abertura de oportunidades para técnicos de planejamento que passaram a se destacar no cenário estadual e até nacional;
- Interação entre planejadores da administração pública e o empresariado industrial (OLIVEIRA, 2000, p. 126 e 127).

O foco desse processo foi a RMC, com ampla predominância para Curitiba. Na década de 1970, o indicador dos rumos do crescimento da Região Metropolitana de Curitiba foi o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI, 1978), que previa cinco subsistemas com vistas à organização territorial e, conseqüentemente, à estruturação metropolitana. Eram eles:

- Subsistema leste: municípios localizados nas áreas de mananciais e próximos à Serra do Mar, nos quais havia a necessidade de preservação e contenção de ocupação, destacando-se Piraquara e São José dos Pinhais.
- Subsistema sul: nesse subsistema o plano previa o desenvolvimento e dinamização da agricultura, destacando-se, para isso, o município de Mandirituba.

- Subsistema Oeste: localização prioritária do Parque Industrial nos municípios de Campo Largo e Araucária, compondo com a CIC um eixo integrado, com necessidade de melhorias na infra-estrutura.
- Subsistema norte: necessidade de dinamização rural e extração mineral devido à presença de indústrias extrativas, com destaque para os municípios de Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, Colombo e Bocaiúva do Sul.
- Subsistema centro: núcleo dinâmico da Região Metropolitana, baseado nas atividades terciárias e representado por Curitiba (PDI, 1978).

Para o PDI, os municípios do Leste deveriam ser preservados da implantação de qualquer área ou distrito industrial, em face de sua fragilidade ambiental, representada pela área de mananciais. Por sua vez, o subsistema oeste, em direção ao município de Campo Largo, era considerado o eixo primordial de expansão urbana e industrial, tendo em vista sua ligação com Ponta Grossa e o norte do estado. Dessa forma, a indústria deveria preferencialmente localizar-se entre Araucária e Campo Largo (PDI, 1978).

## 2.2. INDÚSTRIA EM ARAUCÁRIA NA DÉCADA DE 1970

Esse panorama acima exposto permite inserir o processo de industrialização de Araucária durante essa década decisiva (década de 1970). A industrialização de Araucária passou por três fases.

A primeira fase, nas primeiras décadas do século XX foi mais voltada ao consumo interno do município e arredores. Eram serrarias, cervejarias, olarias, engenhos de erva-mate e fábricas de barricas, usadas para transporte e armazenamento do mate beneficiado (ARAUCÁRIA, 1999, p.21).

A segunda fase foi a da produção de linho, com destaque para a fábrica São Manoel, filial da Fiação São Patrício, de São Paulo, que funcionou entre 1940 e 1961.

A terceira grande fase foi representada pela implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, em Araucária, a instalação do Centro Industrial de Araucária – CIAR e a rápida industrialização que se deu a partir do final da década de 70 até o presente (ARAUCÁRIA, 1999, p. 21).

Ainda segundo dados de ARAUCÁRIA (1999, p. 22), a essa classificação pode ser acrescentada uma fase intermediária, quase contemporânea à segunda, que foi a da industrialização de produtos alimentícios representada pelas pequenas fábricas de beneficiamento de pasta de tomate e pimentão, oriundas do hábito dos italianos de produção de massa para seu consumo.

Em 1963, instalava-se às margens do rio Iguaçu a Companhia de Celulose e Papel do Paraná – Cocelpa, uma das fábricas mais poluidoras da RMC, aproveitando a antiga tradição do trabalho com madeira, em serrarias, fábricas de compensados e móveis (ARAUCÁRIA, 1999, p. 34).

Já na década de 70, foi decidido pelo governo federal que haveria a instalação de uma refinaria da Petrobras, em Araucária. Sobre essa escolha, OLIVEIRA (2000, p. 126, 127) destaca que a atuação da FIEP (Federação de Indústrias do Estado do Paraná), da ACP (Associação Comercial do Paraná) e da gestão de Ney Braga (1961-1966) são em parte responsáveis por sua instalação.

Pelo bom relacionamento do governo do Estado com o governo Federal – tanto que Ney Braga assumiria o Ministério da Agricultura, com um bom trânsito junto ao Presidente Castello Branco, quando, mais tarde, Paulo Pimentel seria indicado para a direção do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, DNER – como também por outros fatores, como a localização geográfica do estado, a infra-estrutura já existente e a hábil negociação de técnicos e políticos, o Paraná receberia uma refinaria de petróleo da Petrobras. Era um grande investimento para garantir o abastecimento de combustíveis e derivados para a região que abrangia o próprio Paraná e Santa Catarina, ambos na disputa pela refinaria e sua estrutura. Restava saber onde seria instalada a usina (ARAUCÁRIA, 1999, p. 11, 12).

OLIVEIRA (2000, p. 127) ainda ressalta que

dessa forma, tanto em função da atuação consistente de suas entidades de classe (ACP e Fiep), quanto em função de sua relevância econômica (dado que o estado e o país atravessavam justamente o momento em que o capital industrial superava o agrícola na composição do PIB), mas, talvez principalmente, em função da importância que as elites dirigentes do estado atribuíam a sua contribuição para o desenvolvimento da economia local, o empresariado industrial conseguiu uma posição excepcional de onde poderia influenciar o poder público para conseguir o atendimento de suas demandas (OLIVEIRA, 2000, p. 127).

A fim de se aproveitar do “clima” de negócios envolvendo a vinda de indústrias para o Paraná, a Prefeitura de Araucária criou o CIAR, destacando uma área de 21 hectares para receber as empresas que quisessem proximidade com a capital, usufruindo facilidades de acesso rodoviário, além de outros incentivos.

Foi criado, assim, em agosto de 1973, o CIAR, para orientar a industrialização que deveria se suceder à vinda da Petrobras (MAPA 3). Contando hoje com área de 46.137.500 metros quadrados, “o Centro Industrial de Araucária foi

cuidadosamente planejado para receber indústrias. A preocupação com os ventos dominantes, preservação de fundos de vale e proteção aos mananciais de água nortearam a localização da área industrial” (ARAUCÁRIA, 2003, p. 90).

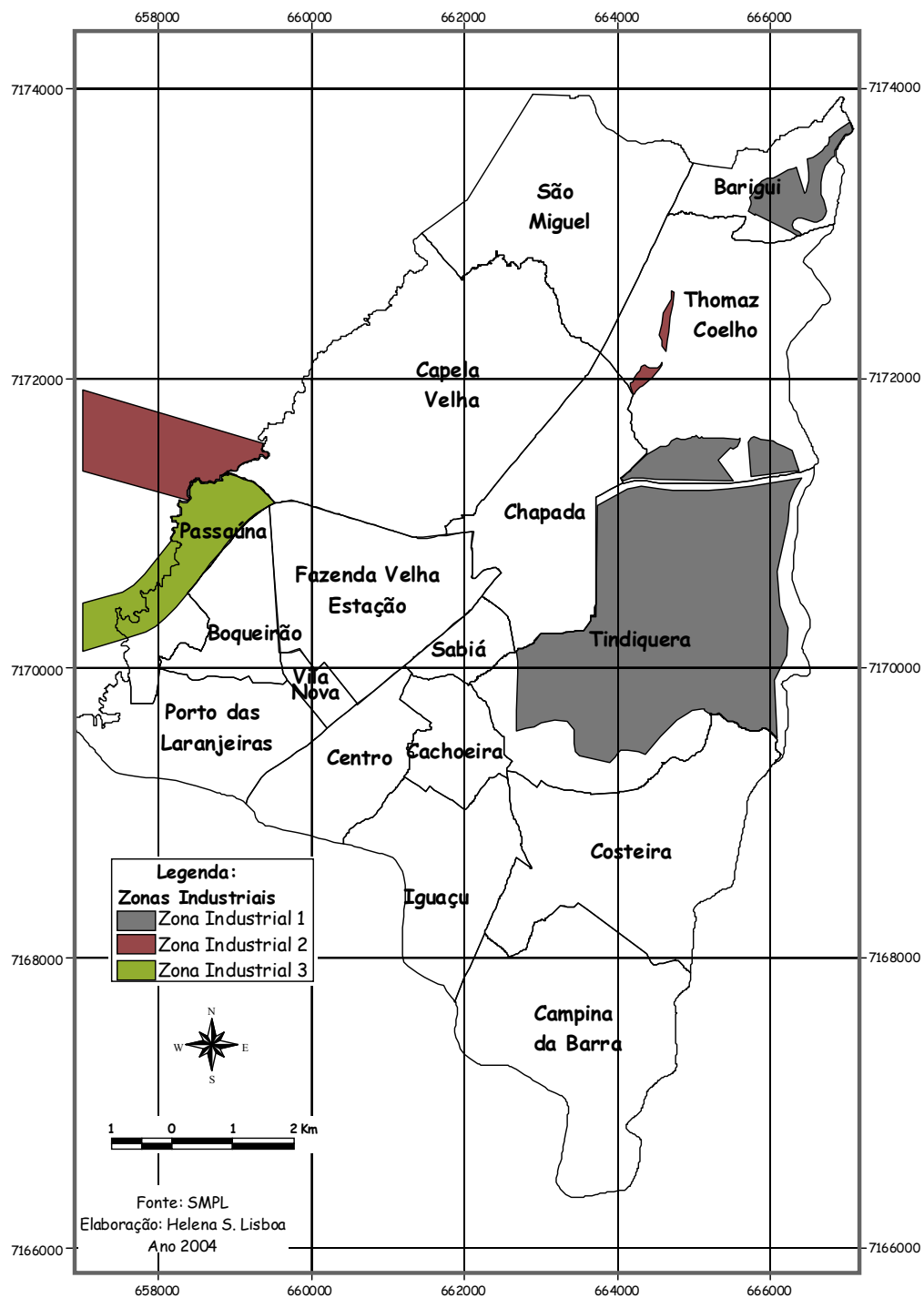
Ainda segundo informações contidas no Perfil de Araucária, “dessa forma, implantou-se uma área industrial dotada de todos os equipamentos e serviços, com eixos de moradia, lazer e transporte, harmoniosamente integrados à estrutura urbana do Município” (ARAUCÁRIA, 2003, p. 90).

O Centro Industrial de Araucária está atualmente assim constituído:

- CIAR I (ZI-1), com área de 21.437.500 metros quadrados, localizado ao nordeste do Município em área cortada pela BR-476, Rodovia do Xisto, que permite ligação com o sul do estado, tendo como vias de acesso rodoviário a PR-421, Avenida das Araucárias, BR-476 – Rodovia do Xisto; e ferroviário a América Latina Logística (ALL). A topografia é parcialmente plana e cortada pelo Rio Barigui.
- CIAR II (ZI -2), com área de 13.000.000 metros quadrados, localiza-se às margens da PR-423 – Via Metropolitana número 1, interligando o Complexo Industrial de Araucária com Campo Largo e a região Norte do Estado. O acesso é realizado por essa Rodovia e estradas secundárias. A topografia é variável (plana e irregular). É cortado pelos Rios Passaúna e Verde. Foi criado em 1978 através da Lei Municipal nº 536.
- CIAR III (ZI-3), com área de 11.700.000 metros quadrados, localiza-se ao Norte da Ferrovia Engenheiro Bley, até o Município de Balsa Nova, tendo como vias de acesso a PR-423 – Via Metropolitana número 1 e estradas secundárias. A topografia é variável (plana e irregular). É cortado pelos Rios Iguazu e Passaúna (ARAUCÁRIA, 2003, p. 90). Foi criado em 1981 pela Lei Municipal nº 584, que instituiu o Plano Diretor da cidade de Araucária.

No momento de sua criação, em 1963, o CIAR compreendia apenas o CIAR I. Em 1978 e em 1981 foi ampliado, fazendo parte da área industrial do município o CIAR II e o CIAR III. Porém, mesmo na atualidade, o CIAR I é a área industrial mais importante do município, com maior quantidade de indústrias e maior ocupação efetiva.

### MAPA 3 - Localização das Zonas Industriais de Araucária



Com relação à implantação da Petrobras, para ARAUCÁRIA (2003, p. 11, 12), “é compreensível que um investimento de cerca de 1,5 bilhão de dólares mudaria a vida da pacata cidade na divisa da capital, que mantinha, no entanto, seu encanto de cidade do interior, com uma agricultura bem organizada e um ritmo de vida adequado a esta produção econômica”.

A Prefeitura, através do CIAR, passou a intermediar a compra dos terrenos pelas empresas interessadas. Além disso, oferecia a terraplanagem, acesso com pavimentação primária e acesso à telefonia – as centrais que serviam a Araucária dispunham de DDD e DDI – e ligação elétrica.

Paralelamente, conseguiu-se do Ministério dos Transportes a duplicação da Rodovia do Xisto – BR 476, entre Curitiba e Araucária, facilitando o acesso à refinaria, instalada junto ao quilômetro 16, bem como o asfaltamento da velha estrada Araucária-Curitiba e da ligação da Rodovia do Café à BR 116 (ARAUCÁRIA, 1999, p.36, 37). Dessa forma, benfeitorias como essas acima citadas atenderam aos interesses da grande indústria que se instalava no município.

Para a criação do CIAR, a prefeitura de Araucária encomendou um estudo intitulado Plano de Desenvolvimento Urbano de Araucária, que foi elaborado pelo Consórcio New’Plan Consultoria, Planejamento S.A. e Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., com financiamento do BNH. Os resultados desse estudo foram apresentados em dois relatórios: Plano Diretor Físico-Territorial e Projeto Urbanístico Básico do Centro Industrial [SONDOTÉCNICA, 19-, p. 1].

Segundo esses estudos, “Araucária vive atualmente seu momento histórico: acha-se em final de construção a REPAR, da Petrobrás, com capacidade de processamento de cento e vinte e seis mil barris por dia, e que deverá entrar em operação no último trimestre de 1976” [SONDOTÉCNICA, 19-, p. 35].

Em uma avaliação geral do setor industrial, o documento, em primeiro lugar, detectou que esse setor do município era predominantemente composto pelos ramos tradicionais: minerais não-metálicos, alimentos, madeira e mobiliário. Além disso, de acordo com os dados fornecidos pelo Censo Industrial do Paraná (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)), o plano afirma que em 1970 havia em Araucária 45 estabelecimentos industriais que empregavam um total de 891 pessoas. As indústrias aí localizadas eram do tipo tradicional. Pela natureza de sua produção, observa-se que o destino era principalmente para o abastecimento da

RMC e que a matéria-prima utilizada era local ou regional. Não apresentavam qualquer grau de dependência entre si, pois nenhuma fornecia seus produtos para insumo da outra.

Segundo esse relatório, “a Refinaria da Petrobras, em fase de construção, propiciou uma dinamização de todos os setores econômicos, principalmente o secundário, refletindo-se em demanda substancial de mão-de-obra, produtos, capital e serviços públicos e privados” [SONDOTÉCNICA, 19-, p. 48].

O relatório também detectou alguns problemas básicos relacionados à instalação da refinaria e do CIAR, com destaque para:

- A ocupação espontânea, com a abertura excessiva e não controlada de loteamentos e que apresentava características precárias no que concernia à estrutura urbanística, ao atendimento por infra-estrutura básica, à continuidade viária e à previsão de áreas livres.
- A possibilidade de poluição ambiental face à implantação da Refinaria da Petrobras, do Centro Industrial de Araucária e da CIC.
- A precariedade do sistema viário já que, no momento da pesquisa, em termos de pavimentação, o município contava com apenas 3,7% de ruas abertas e pavimentadas, em relação a 96,3% de ruas abertas não pavimentadas, além da própria descontinuidade da malha existente.
- A inexistência de rede de esgotos fazendo com que houvesse a permanente possibilidade de problemas sanitários.
- Uma demanda habitacional insatisfeita proveniente do acelerado crescimento populacional gerado a partir do início da construção da Refinaria da Petrobras e acelerado pela localização de outras indústrias no município.
- Carência de áreas verdes e de recreação de uso público, aliada à deficiência de tratamento paisagístico e visual criando condições desfavoráveis de remuneração psicológica e vida comunitária.
- A possibilidade de drenagem de recursos para o núcleo metropolitano pelo fato da renda gerada pelas atividades industriais poder vir a não retornar integralmente para o âmbito municipal, seja em virtude do fato das residências dos trabalhadores se localizarem em outras áreas, seja se, por exemplo, houver vantagens em adquirir produtos fora do município [SONDOTÉCNICA, 19-, p. 131, 132].



O estudo apontou também as potencialidades do município de Araucária:

- A topografia da região de implantação da cidade, com declividades inferiores a 15%, possibilitava remanejamentos futuros no seu traçado e a conseqüente criação de elementos estruturais normalizadores do seu desenvolvimento básico.
- A existência de vazios no tecido urbano permitia que fosse mais facilmente organizado o sistema viário com soluções simples ao traçado de novas vias.
- As condições do rio Iguaçu, no momento de elaboração do projeto, além de seu afluente ribeirão Cachoeira e das áreas não ocupadas de suas várzeas representavam um importante fator a ser explorado na estrutura funcional, paisagística e de lazer da cidade.
- A predominância de fatores favoráveis ao desenvolvimento industrial como sejam as condições consideradas boas de acessibilidade, a disponibilidade de mão-de-obra, o atendimento em termos de abastecimento d'água, energia elétrica e comunicações, aliada ao dinamismo causado pela Refinaria da Petrobras, que permitiam prever amplas possibilidades de expansão no setor secundário local, apoiada no Centro Industrial.
- A situação geográfica favorável que Araucária desfrutava e desfruta dentro da RMC, a qual facilita o entrosamento necessário à prestação de serviços comuns e a utilização mais efetiva de serviços especiais prestados exclusivamente no núcleo metropolitano. [SONDOTÉCNICA, 19-, p. 131,132]

Para esse relatório, os objetivos da implantação do CIAR, a partir de uma visão de planejamento global, eram:

- Estimular o desenvolvimento do setor industrial, produzindo áreas providas de infra-estrutura urbana a baixo custo, adequadas ao uso industrial;
- Disciplinar o uso do solo urbano;
- Desenvolver os demais setores econômicos, através da dinamização do setor industrial;
- Aumentar a receita municipal, através da elevação do nível das atividades econômicas municipais [SONDOTÉCNICA, 19-, p. 17].

### 2.3 INDÚSTRIA EM ARAUCÁRIA NA DÉCADA DE 1990 E NA ATUALIDADE

Com a instalação da REPAR e de outras empresas no Centro Industrial de Araucária, o município sofreu uma brutal transformação no seu perfil econômico e na estrutura de sua população, que recebeu um incremento considerável principalmente na área urbana, fato que será analisado no capítulo 3. O que se deseja ressaltar aqui é que a indústria funcionou como atrativo para a população migrante na busca de empregos. Além disso, a melhoria da infra-estrutura urbana, relativa principalmente a vias de transporte, não tinha objetivo de atender à população crescente, mas sim se configurar em um atrativo a mais para garantir a consolidação do Centro Industrial, como de fato ocorreu.

Na atualidade, a Refinaria da Petrobras – REPAR é a principal empresa do setor químico paranaense, com 505 empregados próprios, 260 contratados e um número quatro vezes maior de empregos indiretos (ARAUCÁRIA, 2003, p. 81).

A Refinaria constitui o maior investimento individual da Petrobras no Paraná, equivalente a US\$ 1,5 bilhão. A REPAR ocupa uma área de 10 milhões de metros quadrados, com mais de dois milhões compostos de áreas construídas e o restante de áreas verdes naturais conservadas.

A capacidade atual de refino é de 32 milhões de litros diários de petróleo, equivalentes a 196 mil barris, representando 11,5% da produção nacional (ARAUCÁRIA, 2003, p. 81).

Sua importância para a arrecadação do estado é grande, pois a participação da REPAR na arrecadação de ICMS do Paraná é de aproximadamente 16%, ocupando o primeiro lugar entre os contribuintes do estado. O repasse anual de quase US\$ 900 milhões em ICMS ao Paraná, dentre os tributos que recolhe, coloca o município de Araucária como o segundo do Estado, aumentando o percentual de retorno desse imposto para o município (ARAUCÁRIA, 2003, p. 98).

A Tabela 1 mostra a importância de Araucária no setor industrial. Até 1970, ou seja, antes do advento da REPAR e demais indústrias, a participação de Araucária no Valor de Transformação Industrial na RMC correspondia a menos de dois pontos percentuais. Já em 1980 passou a representar 18% e em 1985 elevou-se a 33%.

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA RMC<sup>3</sup>

MUNICÍPIO	1940	1950	1960	1970	1980	1985
Curitiba	92.5	90.0	82.0	75.0	63.0	51.0
Campo Largo	3.2	1.9	3.4	6.5	4.9	3.6
São José dos Pinhais	2.0	2.0	2.1	3.1	4.4	4.3
Araucária	1.6	1.7	1.6	1.6	18.0	33.0
Colombo		0.7	0.2	1.2	2.9	1.3
Rio Branco do Sul			5.8	5.5	2.4	2.7
Total da RMC	99.3	96.3	95.1	96.9	95.6	95.9

FONTE: FIRKOWSKI, 2001, p. 44, a partir de dados do IBGE – Censos Econômicos e Industriais, 1940-1985.

Eram 585 indústrias em 2002, como mostra a Tabela 2. Desse total, 38,3% são estabelecimentos industriais considerados dinâmicos, com destaque para a metalurgia, com 117 estabelecimentos industriais em Araucária, correspondendo a 20% do total.

<sup>3</sup> Os dados são referentes apenas até 1985, pois a partir desse ano o IBGE deixou de realizar o Censo Econômico e Industrial.

TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS POR GÊNERO  
EM ARAUCÁRIA – 2002

Gênero industrial	Número de estabelecimentos	Porcentagem
Extração mineral	01	0.1
Produtos minerais não-metálicos	22	3.7
Metalurgia	117	20.0
Mecânica	09	1.5
Material elétrico e de comunicação	17	2.9
Material de transporte	05	0.8
Madeira	41	7.0
Mobiliário	50	8.5
Papel e papelão	17	2.9
Borracha	06	1.0
Couro, pêlos e produtos similares	01	0.1
Química	20	3.4
Produtos farmacêuticos e veterinários	03	0.5
Perfumaria, sabões e velas	05	0.8
Produtos de matéria plástica	40	6.8
Têxteis	07	1.1
Vestuário, calçados e tecidos	108	18.4
Produtos alimentares	39	6.6
Editorial e gráfico	24	4.1
Construção civil	24	4.1
Diversas	29	4.9
Total	585	100

FONTE: ARAUCÁRIA, 2003, p. 74, a partir de dados da Companhia de Desenvolvimento do Município de Araucária (CODAR).

Araucária então se destaca no valor de transformação industrial da RMC. Porém, essa importância não se reflete na geração de empregos como mostra a Tabela 3.

TABELA 3 – MUNICÍPIOS INDUSTRIALMENTE MAIS REPRESENTATIVOS NA RMC, QUANTO AO PESSOAL OCUPADO NO PERÍODO DE 1940-1985 (EM PORCENTAGEM)

MUNICÍPIO	1940	1950	1960	1970	1980	1985
Curitiba	83.0	79.0	84.0	76.0	73.0	68.0
Campo Largo	7.5	5.6	3.3	7.6	6.5	6.7
São José dos Pinhais	3.7	3.9	2.3	4.6	6.2	8.4
Araucária	3.5	2.6	2.6	2.4	3.5	5.9
Total	97.7	91.1	92.2	90.6	89.2	89.0

FONTE: FIRKOWSKI, 2001, p. 44, a partir de dados do IBGE – Censos Econômicos e Industriais, 1940-1985.

Essa problemática quanto ao emprego que o processo de industrialização dos anos 70 não resolveu e que foi agravada pelo crescimento populacional, desencadeou uma nova fase de industrialização na década de 1990, durante nova gestão do prefeito Rizio Wachovicz, na tentativa de ampliação da oferta de empregos no município. Aproveitando a fase de industrialização por que passava a RMC, capitaneado pelo estado, na forma de incentivos que garantiam a vinda de diversas empresas, foi assinado, depois de vinte meses de estudo, no dia 15 de dezembro de 1998, o Protocolo de Intenções para instalação de um novo empreendimento de grande porte em Araucária. Tratava-se da Cisa Aços Revestidos S.A., fruto do consórcio entre a Companhia Siderúrgica Nacional e a mexicana Imsa Aceros S.A., com, respectivamente, 51 e 49% do capital total da nova empresa.

A nova indústria ocupa uma área total de 1,1 milhão de metros quadrados, próxima à REPAR e à Usina Elétrica a Gás, em terreno doado pela Prefeitura Municipal, desapropriado de Hermínio Brunato e de outros pequenos proprietários (ARAUCÁRIA, 1999, p. 69, 70).

O ex-prefeito Rizio Wachovicz, em entrevista à TV Araucária, quando da assinatura do Protocolo de Intenções no Palácio Iguazu, definiu assim o que representa a Cisa para Araucária:

Araucária participa como parceira no investimento de R\$ 390 milhões a ser feito para a instalação da Cisa. Para nós é um presente de Papai Noel, que nos permitirá ampliar a base de arrecadação de impostos municipais para um patamar igual ou maior ao proporcionado pela Refinaria da Petrobras. Por outro lado, o tipo de produto gerado por esta nova indústria

trará a Araucária novas indústrias, com novos empregos e maior renda para nosso município. Aumentando a arrecadação, a prefeitura poderá construir novas obras, gerando mais empregos e podendo oferecer um melhor atendimento social, melhor educação, melhores condições de saúde e moradia para toda a população (ARAUCÁRIA, 1999, p. 70, 71).

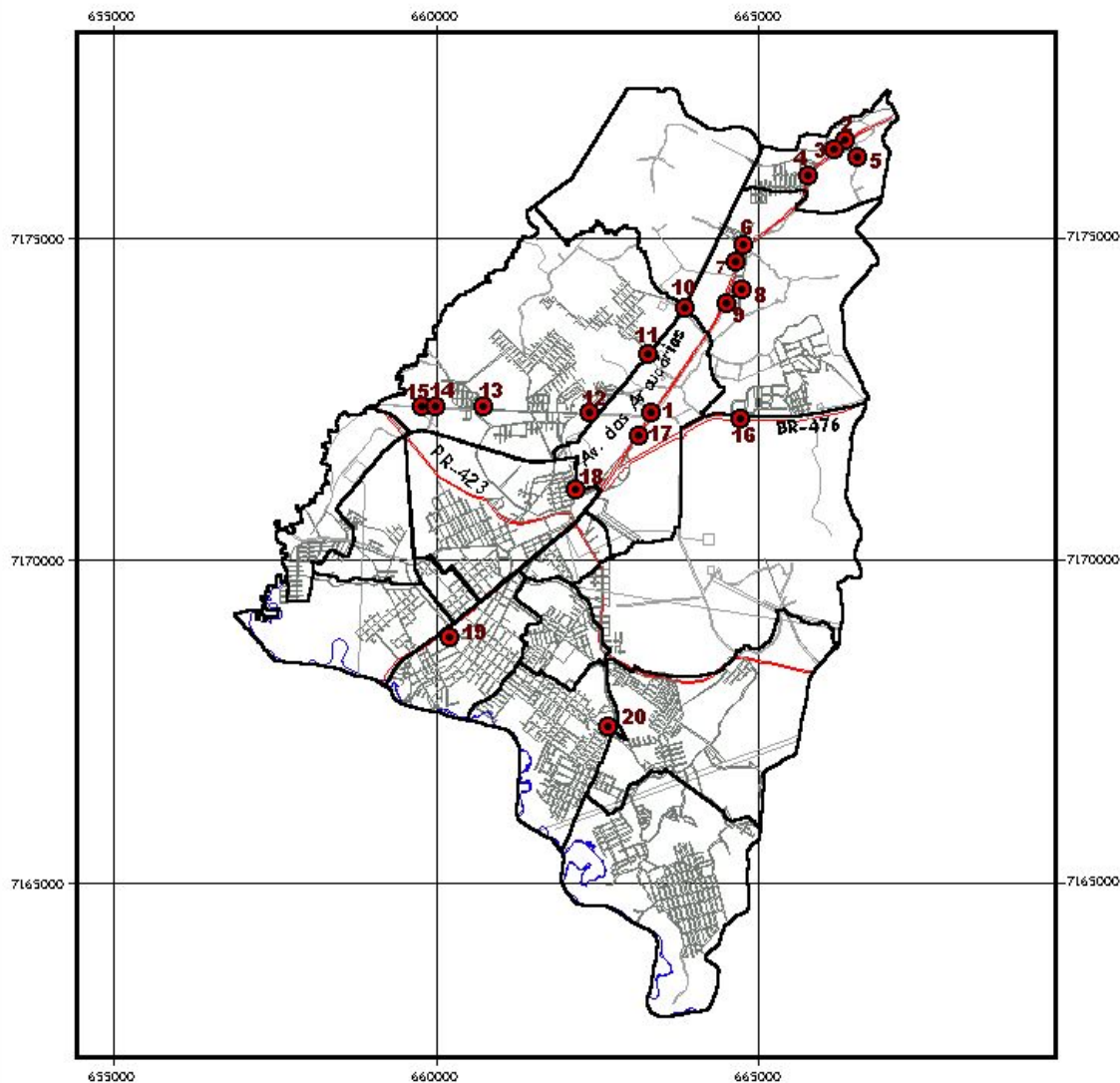
Em dois momentos, portanto, a estratégia do poder municipal para ampliar a oferta de empregos e a arrecadação de impostos foi o incentivo para que grandes empreendimentos se instalassem em Araucária. Na década de 70, o processo parece não ter tido o sucesso esperado, pois, na década de 90, novamente houve a necessidade de atrair novos investimentos para o município.

Quanto à arrecadação de ICMS, as 20 maiores empresas do município em 2002 eram:

- AgipLiquigás S.A.
- Berneck Aglomerados S.A.
- Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga
- Companhia Ultragás S.A.
- Esso Brasileira de Petróleo S.A.
- Gelopar Refrigeração Paranaense
- Imcopa Importação e Exportação Indústria de Óleos Ltda.
- Liquid Carbônic Indústria S.A.
- Minasgás S.A. Distribuidora Gás Combustível
- Novo Nordisk Bio-Industrial do Brasil Ltda.
- Petrobras Distribuidora S.A.
- Petrobras S.A.
- Placas do Paraná S.A.
- Refinadora de Óleos Brasil Ltda.
- Risotolândia Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.
- Shell Brasil S.A.
- Siderúrgica Riograndense S.A.
- Texaco Brasil S.A. Produtos de Petróleo
- Transportes Dalcoquio S.A.
- Ultrafertil S.A.(ARAUCÁRIA, 2003, p.62, 63).

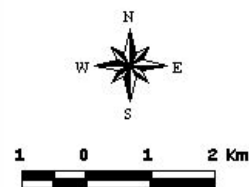
O mapa 4 mostra a localização de algumas dessas indústrias.

## MAPA 4 - Localização das Principais Indústrias em Araucária entre 1995 e 2000



### Legenda

- |   |  |
|---|--|
| 1 - Imcopa Importação Exportação e Indústria de Óleos Ltda  | 10 - Berneck Aglomerados S.A.                      |
| 2 - Trombini Artefatos Com. e Beneficiamento de Papéis Ltda | 11 - Adesi Indústria e Comércio de Adesivos Ltda   |
| 3 - Imer-industrial de Borracha Ltda                        | 12 - Refinadora de Óleos Brasil Ltda               |
| 4 - Pamoplast Indústria de Plásticos Ltda                   | 13 - Nitrobras Ind. e Com. de Fertilizantes Ltda   |
| 5 - Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda                | 14 - Van Leer Embalagens Industriais do Brasil     |
| 6 - Tubolan Artefatos de Papel Ltda                         | 15 - Gerdau S.A.                                   |
| 7 - Labra Indústria Brasileira de Lápis S.A.                | 16 - Petróleo Brasileiro S.A.                      |
| 8 - Placas do Paraná S.A.                                   | 17 - Brafer Construções Metálicas S.A.             |
| 9 - Higie Brás Prod. Higiênicos do Brasil Ltda              | 18 - Incol Indústria de Compensados Ltda           |
|   | 19 - Westaflex Tubos Flexíveis Ltda                |
|   | 20 - Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda |



Fonte: Comec  
Elaboração: Helena S. Lisboa  
Ano 2004

Para gerenciar o desenvolvimento do município de Araucária, foi criada na década de 1990 a Companhia de Desenvolvimento do Município de Araucária (CODAR), que tem como função atrair novos empreendedores (indústrias, comércio e prestadores de serviços) dispostos a investir no município e, conseqüentemente, gerar empregos e elevar a arrecadação fiscal.

A CODAR dispõe, como atrativo a novos empreendedores, de um Programa de Incentivo Empresarial, criado pela Lei Municipal Número 800/91, a qual beneficia a empresa, pelo prazo determinado, de alguns incentivos tributários e também como estímulos à realização de infra-estrutura física, terraplanagem, quando da instalação e empreendimento ou ampliação (ARAUCÁRIA, 2003, p. 77).

Essa política de incentivos desenvolvida pela atual gestão de Albanor José Ferreira Gomes visa atrair novos empreendimentos, principalmente de pequeno e médio porte (CODAR, 2003). Mais uma tentativa de ampliar a arrecadação de impostos e a geração de postos de trabalho, face ao crescimento populacional de Araucária, tratado no próximo capítulo.



### 3. DINÂMICA POPULACIONAL DE ARAUCÁRIA NAS QUATRO ÚLTIMAS DÉCADAS

Devido ao processo intenso de industrialização e com a mudança no perfil econômico do país, a partir da década de 1950 intensifica-se a tendência de aglomeração da população e da urbanização.

Segundo SANTOS (1996, p. 69),

os núcleos com mais de 20.000 habitantes vêm crescer sua participação no conjunto da população brasileira, passando de pouco menos de 15% do total em 1940 para quase o dobro (28,43%) em 1960 para constituir mais da metade (51%) da população em 1980. Esses mesmos núcleos com mais de 20.000 habitantes reuniam quase metade (47,7%) da população urbana em 1940, 63,64% em 1960 e 75,48% em 1980.

Já em 1996, 61,42% da população brasileira vivia em aglomerados urbanos com mais de 20 mil habitantes. E tratando-se da população urbana, 78,38% vivia, em 1996, nesses aglomerados (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.204). Em 2000, a população urbana chega a representar 81,24% da população do país (IBGE).

Neste capítulo será analisado esse processo acelerado de urbanização, resgatando-se em primeiro lugar, o que ocorreu na RMC, para, em seguida, tratar-se do município de Araucária.

#### 3.1 POPULAÇÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS E NA RMC

A tendência de crescimento da população urbana também se repete e com mais intensidade com relação às Regiões Metropolitanas, cujos percentuais de população quase dobram em relação à população total entre 1940 e 1980. Tal população correspondia a apenas 14,98% em 1940, passou a 17,95% em 1950, 21,72% em 1960, 25,58% em 1970 e, finalmente, 28,93% em 1980 (SANTOS, 1996, p.76).

Para MOURA e MAGALHÃES (1996, p. 3), o Paraná é um dos estados brasileiros que mais sofreram os impactos do processo de urbanização. Em apenas vinte anos, seu grau de urbanização dobrou de 36% para 73%, embora o acelerado ritmo de crescimento da população urbana nos anos 70, de 6% ao ano, não tenha se repetido no decênio seguinte, declinando para 3% ao ano nos anos 1980. Os dados do censo de 2000 confirmam essa tendência, pois a população urbana do estado

chega a representar 81,4% da população total (IBGE, 2000). Segundo MOURA e MAGALHÃES (1996, p. 3), a rapidez – praticamente uma década – e a intensidade dessa urbanização deram origem a uma nova configuração espacial na rede urbana do Paraná.

Tratando-se especificamente da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que juntamente com outras regiões, foi instituída pelo governo federal em 1973, contando com 14 municípios e que agora somam 26, foi a região, na década de 70, com os maiores índices de crescimento populacional (5,78% ao ano) comparando-se com as demais Regiões Metropolitanas. “No período de 1950 a 1980, a população da Região Metropolitana de Curitiba cresceu de 317.442 para 1.440.626 habitantes” (ULTRAMARI e MOURA, 1994, p. 6). Já na contagem da população de 1996 ultrapassou os 2.401.804 habitantes (COMEC) e em 2000 alcançou 2.768.394 habitantes. A distribuição dessa população entre os municípios da RMC não ocorreu de forma homogênea, mas concentrou-se em Curitiba e arredores imediatos, como é o caso de Almirante Tamandaré e Araucária, que cresceram a taxas de 8,34% e 7,31% ao ano na década de 80, respectivamente. Esse crescimento nos municípios limítrofes ao pólo regional resulta do adensamento da ocupação de Curitiba e seu extravasamento para municípios vizinhos (ULTRAMARI e MOURA, 1994, p. 6).

Para MOURA e MAGALHÃES (1996, p. 9), a partir de 1980, Curitiba passa a apontar taxas de crescimento substantivamente decrescentes – de 5,8% ao ano nos anos 70, para 2,7% ao ano na década de 80 – mostrando que, após um processo de crescimento concentrado na cidade-pólo, passa a ser intensificado o crescimento dos demais municípios.

FIRKOWSKI (2001, p. 125) complementa que foi o planejamento urbano de Curitiba um dos desencadeadores da ocupação dos municípios vizinhos à capital, especialmente da população de menor renda que não tinha e não tem condições de arcar com o preço do solo em Curitiba. Nas décadas de 80 e 90, a população da RMC destacou-se dentre as Regiões Metropolitanas no seu crescimento populacional. Porém, esse crescimento populacional já não acontece com intensidade no município de Curitiba, mas sim em alguns municípios vizinhos. Dados do IBGE confirmam essa tendência, pois dentre os municípios que mais cresceram no Paraná na última década, destacam-se cinco municípios da RMC que cresceram a taxas muito altas de mais de 5%. São eles: Araucária, Campo Magro, Rio Branco

do Sul, Fazenda Rio Grande e Piraquara. Dessa forma, caracteriza-se um fenômeno de desconcentração populacional que não atinge toda a RMC, mas alguns municípios do chamado aglomerado metropolitano (FIRKOWSKI, 2001, p. 140).

Complementando, dados do IPEA (2000, p. 122) mostram que, na década de 70, os municípios que sofreram com mais intensidade o impacto do processo de ocupação foram Piraquara, Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, São José dos Pinhais e Curitiba, todos com taxas de crescimento superiores a 5% ao ano. Na década seguinte, exceto Curitiba e Campo Largo, esses municípios continuam crescendo intensamente e outros municípios são incorporados a essa dinâmica, como Quatro Barras, Mandirituba e Campina Grande do Sul, ampliando a área de ocupação contínua da metrópole.

A intensidade do processo de ocupação do espaço metropolitano deve-se a dois fatores principais. O primeiro ligado à presença de atividades produtivas e geradoras de emprego, como ocorre em Araucária – segundo distrito industrial em importância na Região de acordo com o valor adicionado, superado apenas pela Cidade Industrial de Curitiba (CIC). O segundo fator está ligado ao custo da terra e à política do planejamento urbano de Curitiba que direciona a ocupação para áreas contíguas ao pólo, mas em territórios de outros municípios, pois esses municípios “ofereciam a disponibilidade de terra parcelada e de menor preço, aliada à acessibilidade ao pólo, garantindo a moradia a uma faixa de população economicamente ligada às atividades do secundário e terciário concentradas em Curitiba” (ULTRAMARI e MOURA, 1994, p. 9).

GOTTDIENER (1997, p. 19) chama esse processo de desconcentração, pois ele “descreve os padrões atuais de crescimento polinucleado porque ele apreende a dispersão regional maciça de pessoas, comércio, indústria e administração pública, juntamente com a reestruturação contemporânea de tais regiões em domínios multicentros”.

Ainda para esse autor, nos países centrais o “processo de desenvolvimento sócio-espacial associado à fase atual do capitalismo tardio é a desconcentração que produz uma forma distinta de espaço – a região metropolitana polinucleada, esparramada” (GOTTDIENER, 1997, p. 198). Para o caso da RMC, que existe oficialmente, com seus vinte e seis municípios, esse processo também formou uma aglomeração metropolitana, mas que difere da Região Metropolitana oficial, pois a

mancha urbana e as relações cotidianas entre os municípios não são contínuas e não abrangem toda a Região (FIRKOWSKI, 2001, p. 14,15).

Para entender essa desconcentração e a formação do aglomerado metropolitano, deve-se levar em consideração tanto a distribuição dos investimentos industriais como o seu padrão locacional. “O novo conteúdo urbano de Curitiba, que tem no aglomerado metropolitano sua forma espacial, surge da relação entre a desconcentração e a nova dinâmica industrial e se expressa pela recomposição funcional de Curitiba, que passa a ter novas funções, capazes de transformá-la, de fato, em metrópole, bem como de inseri-la no amplo espaço de relações globais que se intensificam” (FIRKOWSKI, 2001, p. 19).

Os dados da tabela 4 mostram a importância populacional de Curitiba no aglomerado metropolitano e no estado do Paraná, mas também caracterizam a tendência da desconcentração da população a partir de Curitiba em direção a alguns municípios da RMC.

TABELA 4: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DE CURITIBA, RMC E PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1940 A 2000.

Ano	Curitiba	RMC	% de Curitiba na RMC	Paraná	% de Curitiba no Paraná	% da RMC no Paraná
1940	140.656	202.956	69,30	1.236.276	11,38	16,42
1950	180.575	307.294	58,76	2.115.547	8,54	14,53
1960	361.309	510.539	70,77	4.277.763	8,45	11,93
1970	609.026	821.233	74,16	6.929.868	8,75	11,85
1980	1.024.575	1.440.626	71,15	7.629.392	13,43	18,88
1991	1.315.035	2.000.805	65,72	8.448.713	15,57	23,68
2000	1.587.315	2.768.394	57,33	9.563.458	16,59	28,94

FONTE: IBGE – Censos Demográficos de 1950, 1960, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Observa-se na Tabela 4 que a população de Curitiba até a década de 70 representava porcentagens quase sempre crescentes de população em relação à

RMC. A partir daí, as porcentagens vão se reduzindo de tal forma que de 74,16% em 1970 passou a representar menos que 58% em 2000. Isso não significa que a população absoluta de Curitiba não cresceu, mas que cresceu menos que a população de toda a RMC que teve seu peso no estado ampliado, passando de 11,85% da população estadual em 1970 para quase 29% em 2000.

Para FIRKOWSKI (2001, p. 54),

parece não restar dúvida sobre o peso populacional que a Região Metropolitana passou a exercer no conjunto da população estadual, como grande pólo concentrador de parcelas cada vez maiores da população total. Contudo, há que se destacar que mesmo havendo um aumento populacional nos municípios do entorno de Curitiba, a dinâmica metropolitana não surgiu verdadeiramente até meados dos anos 90, pois tal crescimento não expressava uma integração metropolitana, ou mesmo uma redistribuição completa da população (abrangendo todas as classes sociais) e das atividades econômicas, expressava justamente o contrário, ou seja, Curitiba centralizava a maioria absoluta das atividades econômicas relevantes, bem como as parcelas mais abastadas da população, 'restando' para os demais municípios a população de baixa renda, aquela que não podia pagar o preço das transformações implementadas pelo planejamento urbano.

Outros dados do Censo 2000 mostram essas tendências de concentração populacional na RMC, analisadas por FIRKOWSKI (2001, p. 127, 128), diagnosticando que

o estado apresenta um quadro de redução da população em mais de 40% dos municípios, que tiveram crescimento negativo entre 1996 e 2000 e outros 40% com predomínio de taxas de crescimento variando de 0 a 2%a.a. Portanto, nada que indique um forte crescimento populacional, a não ser em pontos específicos do estado, como a RMC. (...) Dos 13 municípios do estado com as maiores taxas de crescimento, superiores a 5%a.a. cinco estão na RMC, são eles: Araucária com 5,26%a.a., Campo Magro com 5,57%a.a., Rio Branco do Sul, com 6,01%a.a., Fazenda Rio Grande, com 8,43%a.a. e Piraquara com 8,53%a.a. São taxas elevadíssimas se considerada a situação geral do estado, que se caracteriza pelo esvaziamento (taxas negativas) e pelo crescimento populacional abaixo de 1,5%a.a., que é a média do estado. A dimensão da participação da RMC no conjunto do estado é inquestionável quando observada a partir dos dados das Projeções Municipais, segundo as quais, no período de 1996-2010, o Paraná terá um acréscimo de cerca de 1.500.000 habitantes e a RMC terá, no mesmo período um acréscimo de um milhão e trezentos mil habitantes, ou seja, um saldo de apenas duzentos mil habitantes a ser distribuído por todo o interior. Contudo, os novos habitantes da RMC estarão proporcionalmente cada vez menos localizados dentro dos limites político-administrativos de Curitiba e cada vez mais localizados numa outra escala espacial, que não é nem a ampla Região Metropolitana com seus vinte e cinco municípios componentes, nem o município de Curitiba, trata-se do aglomerado metropolitano, cuja materialização expressa a lógica da desconcentração de Curitiba.

### 3.2 O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM ARAUCÁRIA

Em Araucária especificamente, o acelerado crescimento urbano se acentuou com a mudança na estrutura produtiva do município. Criado pelo decreto estadual número 40 de 11 de fevereiro de 1890, o município de Araucária tinha a erva mate como principal produto para consumo local e mais tarde para exportação até a década de 1940 (ARAUCÁRIA, 2003, p.11). Até a década de 60, a principal atividade do município era a agricultura, praticada principalmente por estrangeiros, destacando-se entre eles, os poloneses. Em 1972 com a instalação da refinaria Presidente Getúlio Vargas, e em 1973 com a criação do CIAR, ocorreu um crescimento bastante acentuado e uma inversão no quadro populacional, econômico e social do município onde a população urbana passou a superar a rural com a vinda de um contingente populacional de vários pontos do país, e a economia que se baseava na agricultura e pecuária, passou a ser predominantemente industrial/urbana. Segundo o IPEA (2000, p. 123),

Araucária, a segunda maior participação da região no valor adicionado estadual, tem a particularidade de beneficiar-se com a localização do pólo petroquímico, perdendo rapidamente as vantagens relativas – em 1980, sua participação é de 13,16%, caindo para 6,79% em 1996. Não há grandes desdobramentos em novos investimentos, como era esperado, nas atividades desse pólo petroquímico. Contudo, a criação do CIAR, naquele momento, favorece a agregação de outras atividades que garantem para o município posição de destaque na participação da renda.

O crescimento da população de Araucária, principalmente da população urbana nas últimas décadas, se deu de forma intensa e pode ser observado na tabela 5:

TABELA 5 - POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA 1960 – 2000

ANO	POPULAÇÃO
1960	16.526
1970	17.117
1980	34.779
1991	61.889
1996	76.684
2000	94.258

FONTE: IBGE – Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, contagem da população de 1996.

Na tabela 6 figuram dados sobre a população rural e urbana de Araucária nas décadas de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

TABELA 6 - POPULAÇÃO RURAL E URBANA DE ARAUCÁRIA 1960-2000

Ano	População total	População urbana	%	População rural	%	Densidade demográfica
1960	16553	4796	28,97	11757	71,03	35
1970	17490	5638	32,24	11852	67,76	38
1980	34779	27128	78,00	7671	22,00	75
1991	61797	54074	87,50	7693	12,50	134
2000	94258	86111	91,35	8147	8,65	204

FONTE: IBGE - Censos demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

Os números acima explicitam a drástica transformação ocorrida em Araucária com a implantação do CIAR e da Refinaria da Petrobras. De 1970 a 1980, década da instalação da REPAR e do CIAR, a população mais que dobrou, e esse crescimento acelerado continuou, pois de 1980 a 1991, a população também quase duplicou. Enquanto em 1970 a população do município não passava dos doze mil habitantes, em 2000, chega a 94.258 habitantes, com uma densidade demográfica de 205 habitantes por quilômetro quadrado, quando em 1970 era de apenas 38 habitantes por quilômetro quadrado. Mais espetacular é o crescimento da população urbana que em 1970 era de 5.638 habitantes correspondendo a apenas 32,24% do

total populacional e que saltou nas décadas seguintes para 27.128 habitantes em 1980, 54.074 habitantes no Censo de 1991 e chegando a 86.111 habitantes em 2000, correspondendo a 91,36% da população. Na área urbana a densidade demográfica é de 1026 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto na área rural é de 22 habitantes por quilômetro quadrado, com apenas 8,64% da população.

Na tabela 7 compara-se a densidade demográfica de Araucária, do Paraná e do Brasil.

TABELA 7 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO BRASIL, PARANÁ E ARAUCÁRIA

MUNICÍPIO	1991	1996	2000
Araucária	134	166	200,4
Paraná	42,3	45,1	47,96
Brasil	17,2	18,4	19,92

FONTE: CODAR (2003)

A área total do município é de 460,85 quilômetros quadrados, correspondendo à área urbana 18,23% (84 quilômetros quadrados) e à área rural 376,85 quilômetros quadrados (81,77% da área do município).

A principal contribuição para o crescimento acelerado da população urbana do município de Araucária não provém do crescimento vegetativo, mas sim do processo migratório. CUNHA e DUARTE (2001, p. 1446) explicam que o crescimento e a expansão da população das áreas metropolitanas brasileiras encontram na migração um relevante papel tanto influenciando diretamente o crescimento da população total, como relacionando-se com o espraiamento da mancha urbana em direção às áreas mais distantes do município central. Dessa forma, o fenômeno migratório é um componente decisivo para se entender o processo de metropolização.

A migração, além disso, causa uma série de modificações no espaço metropolitano, pois como complementam CUNHA e DUARTE (2001, p. 1458),

a problemática da ocupação e expansão urbana, em particular dos municípios localizados em áreas metropolitanas envolve um enorme e complexo conjunto de condicionantes que vão desde as questões relativas ao uso e ocupação do solo, à intervenção do poder público, a localização da atividade econômica até chegar em seu elemento mais visível e palpável, ou seja, a distribuição da população.



A tabela 8 mostra a origem da população que vivia em Araucária no ano 2000. Observa-se que é do interior do estado do Paraná e de Curitiba e outras cidades da região metropolitana que provém parcela significativa da população, correspondendo a mais de 50%. Somente 28% da população é de origem do próprio município.

TABELA 8: COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DE ARAUCÁRIA EM 2000

LOCALIDADE DE ORIGEM	PARTICIPAÇÃO (%)
Araucária	28,0
Curitiba	17,5
Outros municípios da RMC	2,8
Outras cidades do Paraná	33,7
Minas Gerais	2,4
São Paulo	3,8
Santa Catarina	4,8
Rio Grande do Sul	1,7
Outros estados	4,7

Fonte: ARAUCÁRIA (2003, p.16)

Analisando o caso de Cubatão, DAMIANI (1987, p. 81) ressalta que “Cubatão da industrialização pós-50 alimentou-se e alimenta-se de uma população migrante, dirigida em grande parte para e pela indústria da construção. Dos 78.652 habitantes de Cubatão em 1980, 58,4% não eram naturais do município”.

O caso de Cubatão é elucidativo para o presente trabalho, na medida em que também é uma cidade com características semelhantes a Araucária, devido à localização do pólo petroquímico e de outras indústrias ditas “sujas”, além da composição da população ser predominantemente migrante.

Outro estudo sobre Cubatão feito por HOGAN (1993, p. 105) também aponta para a problemática da migração, quando ressalta que além da população que mora em Cubatão não ser de origem da própria cidade, ocorre com intensidade a migração pendular, ou seja, pessoas que trabalham em Cubatão, mas que não moram na cidade.

O padrão de migração pendular tem duas principais, e relacionadas, conseqüências. Em primeiro lugar, significa que as conseqüências para a saúde são sentidas principalmente pela população residente de Cubatão, exposta durante vinte e quatro horas por dia, 365 dias por ano. Essa população é, em geral, bem mais pobre que os migrantes pendulares. São os peões da construção civil, guardas noturnos, empregados dos serviços de transporte e da prefeitura. Os melhores empregados na indústria petroquímica e siderúrgica são dos

migrantes pendulares. A migração pendular, assim, teve o efeito de concentrar socialmente o preço da poluição. Em segundo lugar, e este é o círculo vicioso da história de Cubatão, a pirâmide social truncada que resultou dos padrões migratórios, diminuiu o potencial para a ação política. O capital social, político e cultural que permitiria a formação e as conquistas de movimentos sociais foram subtraídos de Cubatão, por via da migração pendular. Não só a classe média escolarizada, mas também os operários sindicalizados da refinaria e da siderúrgica voltavam toda noite a Santos ou São Vicente. As suas mulheres e seus filhos não precisaram nem pisar em Cubatão. Exatamente os segmentos com uma história de mobilização política foram os menos afetados pela poluição, e os menos motivados a responder ao seu desafio (HOGAN, 1993, p. 105).

Outro exemplo pertinente, devido às semelhanças com o que ocorreu e ocorre em Araucária, é o caso de Paulínia e da instalação da Refinaria do Planalto – REPLAN.

Paulínia, à semelhança de Araucária, tem uma posição diferente dos municípios contíguos a Campinas, sede da região metropolitana, não se caracterizando como um município dormitório, embora à semelhança desses últimos abrigue uma população predominantemente de baixa renda. Dentro do contexto do espaço metropolitano de Campinas, Paulínia poderia ser caracterizada como uma situação peculiar devido às suas características em termos de estrutura produtiva baseada em indústrias de alto valor agregado, alto volume de arrecadação, atendimento praticamente universalizado e gratuito nas áreas de educação e saúde (CUNHA e DUARTE, 2001, p. 1447).

O município, tal qual Araucária, também foi tomado por uma onda de otimismo e esperança de que aumentasse o número de empregos e houvesse uma melhoria das condições de vida da população por ocasião da instalação da refinaria. Porém, com o desenvolvimento do pólo petroquímico desvinculado da realidade local, devido ao tipo de indústria instalada, tipo de produção, tecnologia e mão-de-obra, formaram-se dois tipos de comunidades distintas: a local e a do parque industrial em formação. Houve um grande fluxo migratório e ainda ocorre um crescimento elevado da população do município (CUNHA e DUARTE, 2001, p. 1448, 1449). “Assim sendo, o papel das políticas públicas fica patente sob todos os pontos de vista da ocupação de Paulínia” (CUNHA e DUARTE, 2001, p. 1456).

O processo de rápida urbanização ocorrido em Araucária, acima analisado e comparado com outras realidades, acarreta agravos ao setor público tanto na oferta de serviços quanto na infra-estrutura, o que impõe uma qualidade de vida de baixo padrão a uma população crescente (ULTRAMARI e MOURA, 1994, p. 10). Segundo o IPARDES (2003, p. 32), “as aglomerações urbanas reúnem o maior número de

municípios com índices elevados (de crescimento da população); entretanto, dada a complexidade desses espaços, apresentam desigualdades internas importantes, que se expressam em elevado contingente populacional em situação desfavorável”.

Para SPOSATI (2000), em um estudo sobre a cidade de São Paulo, “o impacto de um crescimento em mais que o dobro em 5 anos, como é o caso de Anhanguera, mostra imediatamente o quão sofrida será a vida destas quase 30 mil pessoas que ali vivem e certamente não tiveram o acompanhamento de implantação de serviços públicos no mesmo ritmo que seu crescimento”.

Essa problemática se agrava na periferia como complementam ULTRAMARI e MOURA (1994, p. 44 e 45) pois.

a maior parte da população das cidades brasileiras e de outras do Terceiro Mundo tem um poder de compra muito restrito. Evidentemente, antes de se decidir por morar num loteamento nos confins da cidade, essa parcela de habitantes tenta morar perto das áreas mais centrais, perto de tudo o que o urbano oferece de bom. Mas, aí, as moradias são muito caras. Não dá pra se pagar o aluguel. Menos ainda uma prestação de compra. E os terrenos disponíveis, apesar de muitos são também caríssimos. (...) Nas áreas periféricas, para onde a população se desloca, as condições de desigualdade na qualidade dos serviços e infra-estruturas em relação a outros bairros tornam-se evidentes. São as dificuldades de acesso a postos de saúde, escolas, saneamento básico – água tratada, esgoto, coleta de lixo. O transporte é irregular, desconfortável e, evidentemente, demorado.

Os fatos acima explicitados, relacionados ao crescimento populacional e à premissa de que os serviços de infra-estrutura e geração de empregos não acompanham o crescimento, trazem em seu bojo o questionamento acerca da qualidade de vida da população de Araucária. No capítulo 4 são discutidas algumas metodologias que procuram analisar o que seja e como medir a qualidade de vida, além de justificar a escolha da metodologia que norteia a presente pesquisa.

#### 4. DESENVOLVIMENTO URBANO E QUALIDADE DE VIDA

As administrações municipais tendem a considerar a indústria a solução econômica perfeita, garantindo crescimento e desenvolvimento econômicos, principalmente para municípios de pequeno e médio porte. Por isso, apesar das dificuldades, os prefeitos se esforçam grandemente em estimular a industrialização para atingir o desenvolvimento econômico (FERGUSON, 1988/89, p. 77).

Este capítulo trata do que seja esse desenvolvimento, relacionando à qualidade de vida da população, bem como a forma de mensurá-la.

##### 4.1 DESENVOLVIMENTO URBANO

Em primeiro lugar, questiona-se o que é o desenvolvimento. Não se trata apenas de crescimento ou desenvolvimento econômicos, pois nem sempre esses se traduzem em benefícios e melhorias para a população, pois como afirma SOUZA (1998, p. 8-9)

nada mais comum que ouvir alusões ao “desenvolvimento urbano” a propósito do crescimento de uma cidade ou da modernização do espaço urbano. Fenômenos como verticalização, expansão horizontal do tecido urbano, realização de obras viárias, etc. são, muito freqüentemente, tomados no âmbito do senso comum, como sintomas de “desenvolvimento urbano”. Concomitantemente, contudo, avolumam-se as queixas e cresce a consciência de que muitos desses fenômenos, não raro, associam-se a coisas indesejáveis como grandes impactos negativos sobre o meio ambiente, destruição do patrimônio histórico-arquitetônico e perda da qualidade de vida para alguns ou mesmo muitos, com os benefícios diluindo-se excessivamente ou mesmo amiúde francamente minoritária, possa beneficiar-se diretamente.

Em outras palavras, BINSWANGER (2002, p. 52) afirma que “desenvolvimento autêntico significa que uma sociedade fornece o nível ótimo de sustentação da vida, de estima e liberdade para todos os membros. Então, a destruição de recursos de sustentação da vida e a adoção indiscriminada de tecnologias que destroem as liberdades humanas constituem desenvolvimento, não criativo, mas destrutivo. Tal desenvolvimento não pode ser sustentado”.

Também, segundo GOTTDIENER (1997, p. 213), exemplificando através da sociedade americana, o desenvolvimento desigual se dá através da segregação racial e da desigualdade social. De um ponto de vista econômico não há qualquer incentivo para canalizar recursos de capital para áreas empobrecidas. Dessa maneira, o crescimento reforça e intensifica o padrão de desenvolvimento desigual.

Em um município como Araucária, fortemente dependente de uma indústria poluidora para a manutenção dos programas sociais do governo, é importante frisar que também deve ser considerada a qualidade ambiental, para se mensurar a qualidade de vida, pois como aponta MARTINE (1993, p. 27-28)

o “progresso” tal como o conhecemos – tão almejado por todos os países pobres – representa um esforço de emular os padrões de produção e consumo que prevalecem em países desenvolvidos. Mas o aumento do consumo, essencial ao “desenvolvimento”, é inerentemente incompatível com o “desenvolvimento sustentável”. (...) O avanço econômico e social dos países subdesenvolvidos talvez seja ainda mais urgente do que a problemática ambiental. Mas é também preciso ter consciência da necessidade de mudanças estruturais no padrão de desenvolvimento, pois qualquer avanço econômico, nos moldes atuais, parece ser inerentemente prejudicial à preservação ambiental.

SOUZA [19-, p.34] também afirma que o foco para avaliar a qualidade ambiental recai sobre o modo de produção. Porém, deve-se levar em consideração que as “raízes dos problemas ambientais podem ser claramente localizadas em processos ou estilos particulares de produção e consumo, isto é, industrialização em larga escala, tecnologias intensivas em capital, e assim por diante”. Para DOZENA (2001, p. 47) “o desenvolvimento deve ser entendido não apenas como gerador de melhorias econômicas, como também de qualidade de vida humana e de qualidade ambiental”.

Geralmente “níveis de PIB e renda nacional não são meramente utilizados para indicar a magnitude dos fluxos de dinheiro em uma economia, como foi a intenção original. Eles estão sendo utilizados, erroneamente, como indicadores da qualidade de vida, do bem-estar, do progresso e do desenvolvimento” (SHENG, 2002, p. 171). Dessa forma, ainda segundo SHENG (2002, p. 171), “os governos usam o PIB e informações da renda nacional para desenhar políticas de desenvolvimento e orientar a alocação de recursos financeiros por meio de instituições sociais no nível nacional”.

O exemplo da instalação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba) segue essa lógica, pois

os problemas ambientais são, porém, os mais visíveis. De pouco ou nada adianta o poder local se vangloriar do caráter não-poluente das indústrias instaladas na CIC, se os descapitalizados municípios vizinhos permitem e/ou estimulam a implantação de todo e qualquer empreendimento industrial dentro de suas divisas. Aí reside a principal deformação do contexto institucional ao qual aludimos anteriormente. Na inexistência de uma efetiva coordenação de iniciativas da área metropolitana. Aos municípios vizinhos se dirigem todas as mazelas e problemas cujo ingresso foi vetado na capital. Isso se dá não somente no caso da localização de atividades industriais perigosas ou incômodas, mas também do

lançamento de novos loteamentos clandestinos e irregulares, com todo cortejo de problemas que eles sofrem e provocam. Dentre esses últimos, merece destaque a perda dos mananciais e das reservas de água, por meio da contaminação de esgotos e lançamento de lixo doméstico. Ainda com relação a essa questão, frise-se que mesmo em Curitiba apenas 56% das moradias estão ligadas à rede de esgoto, (percentual menos favorável do que os de São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo). É sabido que a mortalidade infantil, por sua vez, guarda estreita correlação com as condições ambientais e com a qualidade de vida da população em geral. Note-se que ela é duas vezes maior em Curitiba do que em Porto Alegre, cidades de tamanho quase igual (OLIVEIRA, 2001, p.63, 64).

Além disso, existe a perspectiva de que “se geralmente são as populações urbanas as principais causadoras e as primeiras a sentir os efeitos da degradação ambiental global, conseqüentemente é com base nas cidades que podem e devem ocorrer muitas das mudanças necessárias rumo a um padrão de desenvolvimento sustentável” (MENEZES, 1996, p. 139,140).

O objetivo do desenvolvimento sustentável é “promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 70). Com relação às crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80 – e que não foram e talvez ainda não consigam ser superadas pelas instituições políticas e econômicas que seguem os moldes atuais – a busca do desenvolvimento sustentável requer em primeiro lugar um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório. Também é necessário um sistema econômico que atue em bases confiáveis e consistentes; um sistema social que resolva as tensões causadas por desequilíbrios no desenvolvimento; um sistema de produção que garanta a preservação da base ecológica e um sistema tecnológico encarregado da busca constante de novas soluções. Além desses sistemas também é necessário um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento e um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 70).

Ainda segundo essa Comissão, a humanidade pode colocar em prática o desenvolvimento sustentável, ou seja, garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 9).

O desenvolvimento sustentável contém dois conceitos-chave:

- O conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Existem então, limites, impostos pelo atual estágio tecnológico e de organização social, “mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 9).

A pobreza não é apenas um mal em si mesma, mas para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações a uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Porém, nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida, que também é representada pela conservação do meio ecológico. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhe sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46, 47).

Essa mesma Comissão ainda complementa afirmando que

o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social podem e devem apoiar-se mutuamente. O dinheiro empregado em educação e saúde pode aumentar a produtividade dos indivíduos. O desenvolvimento econômico pode acelerar o desenvolvimento social fornecendo oportunidades a grupos menos favorecidos ou disseminando a educação com mais rapidez” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 57, 58).

Dessa forma, para BINSWANGER (2002, p. 41),

o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, o qual está associado a crescimento material, quantitativo, da economia. Isso não quer dizer que, como resultado de um desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico deva ser totalmente abandonado. Admitindo-se, antes, que a natureza é a base necessária e indispensável da economia moderna, bem como das vidas das gerações presentes e futuras, desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente.

Além disso, o desenvolvimento e a sustentabilidade devem ser atingidos em quatro domínios: econômico, político, social e cultural, já que

a viabilidade econômica depende de um uso de recursos que não os esgote irreversivelmente e de um padrão de manejo do lixo resultante da produção que não destrua a vida. A sustentabilidade política se baseia em dar a todos os membros da sociedade uma responsabilidade na sua sobrevivência: isto não pode ser conseguido, a menos que todos gozem de liberdade, direitos pessoais invioláveis, algum nível mínimo de segurança econômica e acreditem que o sistema político no qual vivem persegue algum bem comum e não meros interesses particulares. Finalmente, se o desenvolvimento é para ser social e culturalmente sustentável, os fundamentos da vida comunitária e os sistemas simbólicos de significação devem ser protegidos, e não cozinhados em banho-maria até o esquecimento sob o pretexto de submissão às exigências de alguma 'racionalidade' tecnológica impessoal (GOULET, 2002, p. 78).

Porém, para PROOPS et alli (2002, p. 104), para alcançar a sustentabilidade é papel do Estado liderar o mercado e não segui-lo, mesmo tendo imperfeições e sendo suscetível aos interesses dos grupos dominantes. Só ele pode garantir o suporte à sustentabilidade a longo prazo.

Como complementa FEARNSIDE (2002, p. 317),

a atenção deve se voltar para preocupações tanto a curto quanto a longo prazo. Se a preocupação for apenas com o prazo longo, as pessoas morrerão de fome enquanto isso. A tentação é, então, muito forte para que todo o esforço seja devotado à crise de sobrevivência cotidiana. Contudo, se o esforço de reflexão for dedicado apenas a estas preocupações imediatas, a sustentabilidade a longo prazo nunca será alcançada.

Para HOGAN (2002, p. 378),

do ponto de vista do impacto da mudança ambiental sobre a população (independentemente de ser natural ou social a origem dessa mudança), a questão crucial é a saúde. Este assunto tem começado a receber alguma atenção e tem provocado um esforço de vulto para que se formule uma política voltada para a saúde e o meio ambiente. (...) por outro lado, do ponto de vista do impacto da dinâmica demográfica na mudança ambiental, a densidade populacional e os padrões de distribuição da população são o problema principal. Numa visão otimista do futuro, quando a medicina moderna, a saúde pública e maior justiça social tiverem reduzido não só a fecundidade, mas também a morbidez e a mortalidade a níveis baixos, a migração será o aspecto mais dinâmico da evolução demográfica. Já é possível traçar o declínio provável do crescimento populacional, tal como foi mencionado acima, removendo essa questão do campo das preocupações maiores para a intervenção da política ambiental. Mas onde a população se assentará continua a ser uma dimensão maior da qualidade ambiental.



Além disso, recém-nascidos e crianças pequenas, juntamente com os idosos, sofrem mais acentuadamente os efeitos da poluição do ar e os males diarréicos agravados pela falta de saneamento básico; adultos (especialmente homens) respondem ao estresse urbano com violência (homicídio, suicídio, acidentes de trânsito); a população trabalhadora responde com uma gama de sintomas mal definidos, sobrecarregando o sistema de saúde; mulheres grávidas são particularmente vulneráveis a uma larga gama de contaminantes químicos (HOGAN, 2002, p. 379).

HARVEY (1980, p. 58) exemplifica sobre a dificuldade de mensurar a qualidade ambiental destacando que

a intensidade da poluição do ar, por exemplo, variará de acordo com a difusão dos poluentes dispersos da fonte e o custo para o indivíduo dependerá de sua localização em relação ao âmbito espacial dos efeitos. Os custos impostos pela poluição do ar são difíceis de computar. Podemos fazer estimativas razoáveis dos custos de limpeza e manutenção, mas os custos indiretos para a saúde mental e física são extraordinariamente difíceis de estimar.

A questão ambiental, em se tratando de Araucária, é relevante, porém, dada essa dificuldade de mensuração apontada por HARVEY (1980, p. 58), o enfoque é dado, na presente pesquisa, para a qualidade de vida em sua dimensão social, econômica e política, relacionadas principalmente à exclusão/inclusão social.

#### 4.2 QUALIDADE DE VIDA E EXCLUSÃO SOCIAL

Primeiramente, é preciso entender o conceito de qualidade de vida. Para FERNANDES apud DOZENA (2001, p. 41), “o conceito de qualidade de vida urbana está diretamente relacionado à melhoria do bem-estar dos habitantes de uma cidade. Sua real concretização se dá quando os sentimentos de satisfação e de bem-estar são garantidos. Dentre esses sentimentos, encontram-se a felicidade, o prazer e a satisfação que devem existir em todos os momentos da vida, de modo perdurável”. DOZENA (2001, p. 41) especifica que “dentre os fatores de condição de vida básicos à população encontram-se o emprego, a educação, a moradia, a segurança, a saúde e a alimentação adequada”. E para SOUZA [19-, p. 15]

em plano geral, o conceito (de qualidade de vida) abrange tanto a distribuição dos bens de cidadania – os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem

essenciais – quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e nem por isso menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social. Renda, saúde, emprego, habitação, educação ou segurança pessoal são apenas algumas das dimensões que permitem uma avaliação das condições de vida prevalecentes.

Dessa forma, a expressão meio ambiente urbano “sintetiza dimensões físicas (naturais e construídas) do espaço urbano, dimensões de ambiência e possibilidades de convivência e de conflito, associadas às práticas da vida urbana e a melhores condições de vida, seja no sentido da cidadania ou da qualidade de vida urbana” (STEINBERGER, 2001, p.1341).

Para mensurar a qualidade de vida da população, STEINBERGER (2001, p. 1346) cita alguns pesquisadores, a exemplo de Filho et ali (FILHO et ali apud STEINBERGER, 2001, 1346) que propõem uma metodologia para construção de indicadores por meio de modelos. A mensuração da qualidade de vida é uma atitude pretensiosa e marcada pelo subjetivismo porque o conceito de felicidade, bem-estar físico e psíquico não se submete à quantificação. Entretanto, consideram que existem alguns parâmetros pacificamente aceitos, como acesso à educação, saneamento básico, equipamentos de lazer, habitação e nível de renda. Em busca de uma definição de qualidade ambiental urbana, VARGAS apud STEINBERGER (2001, p. 1346), também lança mão de vários autores para chegar a uma listagem de quatro aspectos principais: espacial (bem-estar, desenho urbano, referenciais, uso e ocupação do solo); biológico (saúde física, saúde mental, segurança); social (organização, realização pessoal, contatos, atividades, realização profissional, acesso e opções); e econômico (oportunidades, produtividade, diversidade).

MARICATO (1996, p. 94, 95), em busca de uma forma de diagnosticar a segregação ambiental na cidade de São Paulo, usa como indicadores a proporção de analfabetos, a renda do chefe da família, a densidade domiciliar e o número de homicídios. Segundo essa autora (MARICATO, 1996, p. 83), a “exclusão ambiental é parte do processo de exclusão como um todo”. São aspectos sociais (discriminação em relação à raça, cor, origem, gênero, idade), culturais, econômicos (menores oportunidades de emprego, salários mais baixos, dificuldades de acesso à previdência), políticos (ausência de cidadania) e ambientais (dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos).

Além dessas experiências, existem vários trabalhos que apresentam metodologias que buscam mensurar a exclusão/inclusão de uma população na

sociedade urbana. Aqui são analisadas quatro metodologias, suas limitações, vantagens e desvantagens na sua aplicação, bem como as dificuldades para a obtenção dos dados para o município de Araucária e que dariam suporte a elas. Após essa discussão, justifica-se a opção nesta pesquisa por uma dessas metodologias.

A primeira metodologia tenta mensurar a qualidade de vida da população através do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro, para os municípios brasileiros, utilizando dados dos Censos Demográficos e que é calculado com base nos indicadores de educação, longevidade e renda da população. Da média aritmética desses índices chega-se a valores que variam de zero a um, sendo um a posição que corresponde ao máximo (IPARDES, 2003, p.1). Dessa forma podem-se comparar o IDH-M entre os municípios e também ao longo do tempo.

Esse índice é baseado no conceito do IDH, construído pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen e tem como objetivo classificar os países de uma forma não tão indiferente às condições de vida humana como o PIB per capita.

Para isso são comparados três indicadores básicos dos países:

- Esperança de vida ao nascer (de 25 anos que é considerada a idade mínima a 85 anos que é a máxima);
- Educação – medida pela combinação entre alfabetização adulta (com ponderação de 2/3), com taxa de escolaridade combinada do primário, secundário e superior (ponderação de 1/3) (de 0 a 100%);
- Nível de renda medido pelo PIB real per capita, isto é, ajustado pelo poder aquisitivo real (de 100 a 40.000 dólares).

O cálculo do índice obedece à seguinte fórmula:

Valor máximo encontrado no mundo – valor mínimo encontrado no mundo

Valor real encontrado no país – valor mínimo encontrado no mundo

A soma dos três índices, para cada país, é dividida por três, portanto opera uma média (SPOSATI, 2000).

A principal limitação dessa metodologia consiste em não levar em consideração a oferta de empregos que se configura em uma forma de garantir autonomia à população.

Além disso, o PIB per capita não é um bom indicador da renda da população e não é usado para análise intramunicipal.

Como vantagem no uso do IDH, percebe-se que o IDH não se limita a medir a pobreza, mas coloca em uma mesma escala as melhores e as piores condições detectadas. É um índice descritivo.

Nesse contexto, o desenvolvimento de um país pode gerar condições de inclusão em paralelo às de exclusão. Mas à medida que as sociedades vão incorporando novas realidades – como a urbanização – nascem necessidades adicionais de vida digna, que se encontram além do simples critério de subsistência (POCHMANN e AMORIM, 2003, p. 10).

Para CAMPOS et al (2003, p. 28), a partir da obra de Rousseau, Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens, em 1755, foram lançadas as bases que seriam mais tarde associadas ao conceito de exclusão. Mesmo sem ter utilizado o termo exclusão, Rousseau contribui suficientemente para identificar os dois tipos de desigualdades que atingiam a espécie humana. De um lado, a desigualdade natural ou física que se origina nas dessemelhanças existentes entre os indivíduos da espécie humana, tais como sexo, raça, idade, saúde. E de outro, a desigualdade moral ou política que se encontra relacionada à estrutura de organização da sociedade, capaz de permitir a existência de diferenças de alguns em prejuízo de outros, como ser rico ou pobre, ser poderoso ou fraco.

Para incorporar essas novas necessidades, principalmente relacionadas à população urbana, esses autores (POCHMANN e AMORIM, 2003, p. 16,17) elaboraram um Atlas da Exclusão Social no Brasil que é a segunda metodologia ora analisada. Para isso, em primeiro lugar, definiram três grandes temas que configuram os componentes da exclusão/inclusão social ou de risco de exclusão/inclusão social. O primeiro deles foi chamado Padrão de Vida Digno, no qual a preocupação foi observar, por meio de três indicadores, as possibilidades de bem-estar material da população dos municípios. Para isso, utilizaram como indicadores:

- Porcentagem de chefes de famílias pobres no município;
- A quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa;
- Uma proxy do índice de desigualdade de renda, calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de dez salários mínimos sobre o número de chefes de família que ganham abaixo disso.

Esses indicadores, em conjunto, além de permitirem uma aproximação das possibilidades de consumo das famílias nos distintos municípios brasileiros, ainda possibilitam contornar dois problemas que ocorrem na apuração do IDH tradicional: a impossibilidade de checar a distribuição de renda dentro da unidade escolhida e a situação do mercado de trabalho (POCHMANN e AMORIM, 2003, p. 16, 17).

O segundo tema quantifica a participação da população no legado técnico-cultural da sociedade. Para isso apurou-se o tema Conhecimento por meio dos indicadores:

- Anos de estudo do chefe de família;
- Alfabetização da população acima de cinco anos de idade.

O terceiro e último tema é o Risco Juvenil representado pelos indicadores:

- Participação de jovens de 0 a 19 anos na população;
- Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

Por meio desses indicadores o Atlas buscou captar a realidade caótica e, por vezes, desesperançada em que vivem os jovens mais carentes do país, levando em conta o risco da população mais jovem envolver-se em ações criminosas. A transformação de todos esses indicadores em índices obedece à clássica fórmula utilizada por Amartya Sen quando da criação do IDH (POCHMANN e AMORIM, 2003, p. 17).

Tal processo permitiu a apuração do índice de Exclusão Social para cada um dos 5507 municípios brasileiros em 2000 com índices que variam de zero a um, com as piores condições equivalentes a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais são representadas por valores próximos a um<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> No Anexo 4 estão os resultados dessa pesquisa referentes aos municípios da RMC. Segundo essa metodologia, Araucária ocupava a posição de número 724, dentre os 5.507 municípios brasileiros em 2000, de acordo com sua

Uma das limitações dessa metodologia é apontada pelos próprios autores pois

tomando o município como unidade de análise ficam invisíveis desigualdades e problemas existentes dentro dele. Assim, municípios como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, entre outros, muito populosos, com imensos contrastes internos, mas com elevada renda média, podem aparecer com cores indicando boa situação social. Porém, uma análise por bairros revelaria graus de exclusão tão elevados quanto os encontrados em nível nacional, uma vez que não se trata de municípios que possuem unidade homogênea (POCHMANN e AMORIM, 2003, p. 19).

Por fim, é importante lembrar que índices que utilizam metodologia semelhante ao IDH não têm ambição de definir uma linha demarcatória entre incluídos e excluídos. Trata-se de um indicador comparativo das condições sociais nas diferentes unidades estabelecidas pelo estudo que apresenta, por meio de mapas, a situação de disparidade entre as diferentes regiões do país. Com isso, aquelas regiões que necessitam de ações prioritárias para que a qualidade de vida da população seja elevada tornam-se evidentes (POCHMANN e AMORIM, 2003, p. 20).

O Atlas da Exclusão Social no Brasil conclui que é nas regiões Norte e Nordeste do Brasil que os índices de exclusão social são os mais elevados. Porém, a exclusão social no seu estado mais brutal, fome, famílias numerosas em situação de grave pobreza e o analfabetismo, está presente também no Centro-Sul. Mas, segundo esses autores, “nas regiões em torno e abaixo do Trópico de Capricórnio, destaca-se a intensidade de uma nova exclusão, herdada do modelo econômico de corte neoliberal que gerou, a partir de 1990, milhões de desempregados escolarizados e famílias monoparentais que vivem na pobreza por ausência de renda” (POCHMANN e AMORIM, 2003, p. 22).

As regiões Sul e Sudeste, na maioria das vezes, abrigam municípios que, pelo Índice de Exclusão Social, não poderiam ser classificados como excluídos. No entanto, suas realidades sociais internas, principalmente nos mais populosos, são de grande desigualdade. Esse quadro parece ter se agravado a partir dos anos 1990. Identifica-se uma forma nova e peculiar de exclusão social nesses grandes centros urbanos, pois aparece aí um grande número de indivíduos que, apesar de escolarizados, de terem experiência de assalariamento formal e de possuírem

---

situação de inclusão, com resultados inferiores na RMC a Curitiba, Pinhais, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

famílias pouco numerosas, encontram-se em situação de desemprego e insuficiência de renda (POCHMANN e AMORIM, 2003, p. 73).

Para MARICATO (1996, p. 76), “a exclusão social acompanha o processo de industrialização/urbanização brasileiras. Exclusão e concentração são paradigmas constantes do capitalismo brasileiro”.

Porém, essa mesma autora (MARICATO, 1996, p. 56) reconhece que é difícil definir um limite preciso do que é “incluído” ou “excluído”, pois “trabalhadores do setor secundário, e até mesmo da indústria fordista brasileira, são excluídos do mercado imobiliário privado e freqüentemente moram em favelas. Trata-se do ‘produtivo excluído’ que é resultado da industrialização com baixos salários”.

Ainda segundo MARICATO (1996, p. 40), essa industrialização com baixos salários “é predatória com a força de trabalho, incidindo em altas rotatividades, ausência de treinamento e más condições de trabalho”.

O caso de Araucária enquadra-se nesse cenário de uma industrialização com baixos salários em que os trabalhadores são considerados produtivos excluídos, vivendo aquém das condições que poderiam ser relacionadas a de uma população que vive em um município “rico”, já que como será analisado no capítulo 5, parte significativa dos chefes de família apresentavam em 2000 menos de quatro anos de estudo e rendimento médio de até dois salários mínimos.

Da mesma forma que para o IDH, a metodologia proposta para a construção do Atlas da Exclusão Social no Brasil apresenta algumas limitações e problemas na obtenção de dados referentes ao emprego e aos homicídios, além da escolaridade dos chefes de família e a renda média que não estão disponíveis para o Censo de 1980. Quanto às limitações dessa metodologia, em primeiro lugar, não é feita uma análise temporal. Além disso, não aparecem as desigualdades no âmbito intra-urbano.

A terceira metodologia aqui analisada foi aplicada para quantificar e espacializar a pobreza no município de Curitiba, elaborada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) com base em dados do Censo Demográfico de 1991 (UFPR, IPARDES, IPPUC, 1997).

Nesse trabalho, cada indicador foi analisado segundo parâmetros comparativos que classificaram os bairros de Curitiba em quatro posições (1 – muito crítica; 2 – crítica; 3 – razoável e 4 – boa).

Os indicadores utilizados foram:

1. Condição do domicílio:
  - Densidade de moradores: número de moradores por domicílio;
  - Canalização interna: proporção de domicílios sem canalização interna;
  - Domicílios precários: proporção de domicílios localizados em aglomerados subnormais (favelas e assemelhados) e improvisados (para uso temporário).
2. Condições do saneamento básico:
  - Abastecimento de água: proporção de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água;
  - Instalação sanitária: proporção de domicílios ligados à rede geral de coleta de esgotos.
3. Condições sociais do morador:
  - Renda: proporção de chefes de domicílio com rendimento de até dois salários mínimos;
  - Instrução: proporção de chefes de domicílio com instrução até a 1ª série do 1º grau.
4. Condição de saúde:
  - Coeficiente de mortalidade infantil: número de óbitos de menores de 1 ano por 1.000 nascidos vivos;
  - Coeficiente de doenças imunopreveníveis: proporção de casos por 100.000 habitantes de doenças imunopreveníveis (difteria, sarampo, caxumba, rubéola, tétano, coqueluche e poliomielite).
5. Condição de educação:
  - Taxa de abandono: proporção de alunos de 1ª a 4ª série do primeiro grau que abandonaram a escola durante o ano letivo;
  - Taxa de repetência: proporção de alunos de 1ª a 4ª série do primeiro grau repetentes em um ano letivo.

A principal limitação dessa metodologia é a obtenção de alguns dados referentes a educação e saúde nos anos de 1980 e 1991 no município de Araucária para a construção da série histórica pretendida. Além disso, não se confunde exclusão e pobreza, embora a pobreza seja uma forma de exclusão. “Os pobres tornam-se mais pobres porque são excluídos dos meios através dos quais suas



condições poderiam melhorar, e os ricos mais ricos porque consolidam suas bases de poder. (...) Neste sentido, exclusão é mais do que pobreza, um estado de não ter, pois se trata de um processo de não inclusão, isto é, de apartação, de negação como decisão histórica e culturalmente humana de criar interdições” (SPOSATI, 2000).

Também pode-se citar, como forma de mensurar a qualidade de vida da população, a metodologia desenvolvida na criação do Mapa de Exclusão/Inclusão da Cidade de São Paulo, coordenada por Aldaíza Sposati (SPOSATI, 2000). Esse estudo busca mostrar o quanto São Paulo é ainda discrepante na distribuição de qualidade de vida em todos os seus distritos. A luta pela democratização da política e pela justiça social exige a ampliação do conhecimento dos cidadãos sobre as condições de vida de todos os moradores da mesma cidade.

Um dos diferenciadores básicos desse trabalho e os trabalhos que usam o IDH é que este índice não estabelece uma referência de padrão de vida desejado, que caracterize as situações de exclusão e de inclusão social. Outro diferenciador é que nesta metodologia a localização geográfica faz parte da análise e não é só uma nomeação do índice.

A metodologia do trabalho de SPOSATI (2000) fundamenta-se na construção de uma escala que permite classificar os diversos distritos da cidade pelas condições de afastamento de uma condição básica de inclusão social. Essa medida compara a distância entre melhores e piores condições de vida da cidade. É uma medida territorial, por tomar por referência os distritos da cidade e é ao mesmo tempo coletiva por se tratar das condições do conjunto dos cidadãos de cada distrito.

As variáveis utilizadas são: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade, organizadas da seguinte forma:

1. População:

- De 0 a 4 anos;
- De 5 a 6 anos;
- De 7 a 14 anos;
- De 15 a 24 anos;
- Com mais de 70 anos.

2. Autonomia:

- Emprego.

### 3. Qualidade de vida:

- Densidade habitacional;
- Creche;
- EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil);
- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental;
- Equipamento de Saúde.

### 4. Desenvolvimento humano:

- Longevidade;
- Chefes sem instrução;
- Chefes com 1 a 3 anos de estudo;
- Chefes com 4 a 7 anos de estudo;
- Chefes com 8 a 14 anos de estudo;
- Chefes com 15 ou mais anos de estudo;
- Homicídios.

### 5. Equidade:

- Mulher chefe de família (SPOSATI, 2000).

As quatro metodologias acima explicitadas apresentam algumas semelhanças, já que todas consideram em sua avaliação da qualidade de vida os indicadores relativos à educação, saúde e renda, de uma forma mais simples ou mais sofisticada. As principais diferenças se referem à complexidade com que esses indicadores são utilizados.

## 4.3 METODOLOGIA PARA AVALIAR A QUALIDADE DE VIDA EM ARAUCÁRIA

Para avaliar os dados referentes à qualidade de vida no município de Araucária, que se constitui em um dos objetivos da presente pesquisa, a fim de verificar comparativamente as condições sócio-econômicas da população antes e depois do processo de industrialização iniciado nos anos 70, foi utilizada, com algumas alterações, a metodologia proposta por SPOSATI (2000) em seu mapa da Exclusão/Inclusão Social na Cidade de São Paulo, já que a luta pela democratização e justiça social exige a ampliação do conhecimento dos cidadãos sobre as condições de vida de todos os moradores da cidade.

Da mesma forma que em São Paulo, o presente trabalho, em uma de suas fases, busca detectar a discrepância na qualidade de vida em todos os distritos que para Araucária correspondem aos setores censitários estabelecidos pelo IBGE no Censo de 1980.

Quanto à metodologia proposta por SPOSATI (2000), apesar de possuir algumas dificuldades e limitações, leva em consideração variáveis significativas para a análise das condições de vida da população no âmbito intra-urbano.

Para a presente pesquisa, a série histórica de dados compreende os censos demográficos realizados em 1980, 1991 e 2000, que mostram a evolução da população de Araucária depois da vinda da REPAR na década de 1970. Os dados referentes ao censo de 1970 não puderam ser obtidos, pois não estão disponíveis em Curitiba.

Para analisar a realidade intra-urbana, optou-se, em um primeiro momento, por usar os setores censitários estabelecidos pelo IBGE. Porém, paralelo ao aumento da população urbana de Araucária, o número de setores censitários no quadro urbano também teve um incremento significativo, passando de vinte setores em 1980, para trinta e quatro em 1991 e 105 em 2000, conforme a tabela 9.

Para a tabulação desses dados, mesmo correndo o risco de perder alguns detalhes no interior de cada bairro, optou-se por usar os bairros como unidades básicas para a tabulação e análise dos dados. Isso porque, a fim de poder comparar os dados temporalmente, foi necessário agrupar os dados dos setores censitários de 1991 e 2000, de acordo com a divisão desses setores em 1980 e, verificou-se que nesse Censo Demográfico, os setores censitários seguiam em grande parte a divisão dos bairros, com exceção do Centro que possuía já em 1980 três setores censitários e os bairros Estação e Fazenda Velha que dividiam um mesmo setor. Dessa forma, os dados dos três setores do Centro foram agrupados e os bairros Estação e Fazenda Velha foram analisados conjuntamente conforme a divisão expressa no mapa 5.

TABELA 9 - SETORES CENSITÁRIOS EM 1980, 1991 E 2000, SEGUNDO OS BAIROS DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA

BAIRRO	SETORES CENSITÁRIOS					
	1980	1991	2000	2000	2000	2000
Centro	1	1	2	2	6	
Centro	2	3	4	1	4	
				3		
Centro	3	5	6	5	105	
Porto das Laranjeiras	4	7		37	38	
Passaúna	5	8		41	44	
				42	45	
				43		
Boqueirão	6	9		39	40	
Vila Nova	7	10		7		
Fazenda Velha	8	11		8	13	
Estação / Fazenda Velha	9	12	14	9	16	
		13	15	10	17	
				11	18	
				12	19	
				14	20	
				15		
Sabiá	10	24		21		
Cachoeira	11	27	29	22	25	
		28	30	23	26	
				24		
Iguaçu	12	33	34	27	32	
				28	33	
				29	34	
				30	35	
				31	36	
Capela Velha	13	16	17	46	55	
				47	56	
				48	57	
				49	58	
				50	59	
				51	60	
				52	61	
				53	62	
				54	63	
Chapada	14	23		72	73	
Tindiquera	15	25	26	74	77	
				75	78	
				76		
Costeira	16	31		79	86	
				80	87	
				81	88	
				82	89	
				83	90	
				84	91	
				85		
Campina da Barra	17	32		92	99	
				93	100	
				94	101	
				95	102	
				96	103	
				97	104	
				98		
São Miguel	18	18	19	64	65	
Barigui	19	20		66		
Thomaz Coelho	20	21	22	67	70	
				68	71	
				69		

Fonte: IBGE – Censos de 1980, 1991 e 2000.

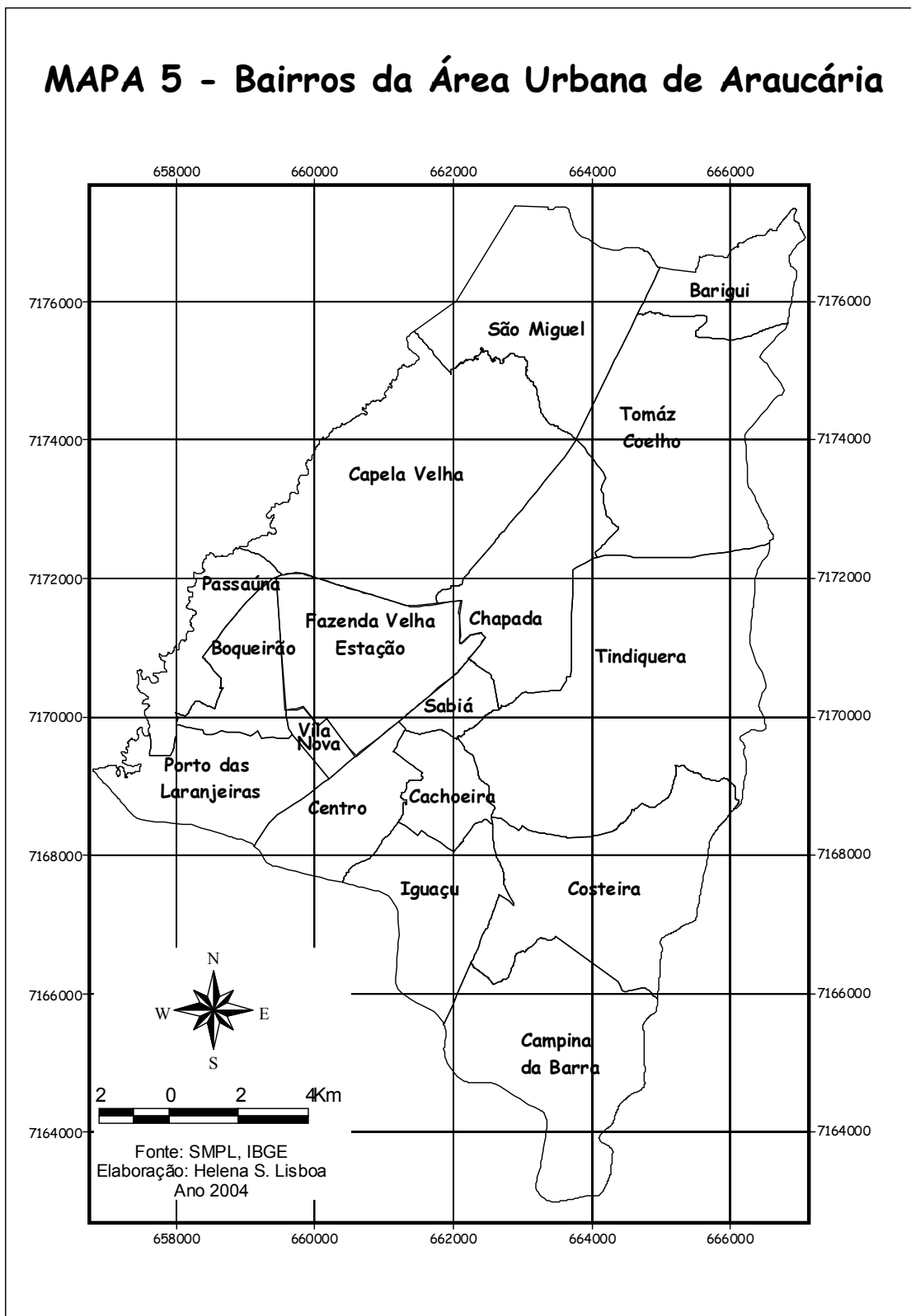
Desse modo, foram obtidos os seguintes dados da população e equipamentos desses bairros:

- Crescimento da população de 1980 a 1991 e de 1991 a 2000 obtidos através dos dados de população dos Censos do IBGE;
- Faixa etária da população nos seguintes intervalos: 0 a 4 anos, 5 a 14 anos, 15 a 59 anos e 60 anos ou mais para os anos de 1980, 1991 e 2000, também obtidos através dos Censos Demográficos;
- Densidade habitacional, ou seja, o número de moradores por domicílio para os anos de 1991 e 2000 (Censos Demográficos de 1991 e 2000);
- Creches (localização, número de vagas e número de crianças em lista de espera para 2003 obtidos junto à Secretaria de Educação do Município);
- Ensino fundamental (localização das escolas na área urbana) (ARAUCÁRIA, 2003, p. 108);
- Grau de instrução dos chefes de família: chefes sem instrução, chefes com 1 a 3 anos de estudo, chefes com 4 a 7 anos de estudo e chefes com 8 anos ou mais de estudo (para os anos de 1991 e 2000 obtidos junto ao IBGE – Censos Demográficos);
- Porcentagem de pessoas alfabetizadas para 1980, 1991 e 2000, também obtidos a partir de dados dos Censos Demográficos;
- Rendimento médio dos chefes de família para os anos de 1991 e 2000 obtidos a partir dos dados do IBGE.

Os dados acima tabulados foram transformados em tabelas, gráficos e mapas.

Indicadores referentes ao emprego não puderam ser obtidos, bem como a quantidade de homicídios a cada 100 mil habitantes como proposto pela metodologia de SPOSATI (2000).

## MAPA 5 - Bairros da Área Urbana de Araucária



De posse desses dados tabulados e analisados que serão apresentados no capítulo 5, chegou-se a um mapa síntese, com os índices abaixo e acima da média do município que permitem qualificar a qualidade de vida nos bairros da área urbana de Araucária de acordo com uma classificação que considera a qualidade de vida boa, razoável, crítica e muito crítica para cada um dos bairros analisados.

## 5. QUALIDADE DE VIDA EM ARAUCÁRIA – O PAPEL DO ESTADO E DA INDÚSTRIA

Este capítulo busca analisar os indicadores de qualidade de vida, obtidos junto ao IBGE e as secretarias de Educação, Saúde e Planejamento do município de Araucária, que foram escolhidos segundo a metodologia proposta no capítulo 4. São analisados os indicadores referentes à população (faixa etária, crescimento da população e densidade domiciliar), educação (taxa de alfabetização, anos de estudo do chefe de família, localização das escolas e creches e número de crianças atendidas em lista de espera nas creches do município) e renda (rendimento médio do chefe de família). Sempre que possível, ou seja, quando os dados puderam ser obtidos, será analisada a evolução temporal desses indicadores de 1980 a 2000.

A área urbana atual de Araucária corresponde a 18,23% do total do município e localiza-se a Nordeste deste, tendo por limites a divisa com o município de Curitiba a Norte e Leste, o rio Passaúna a Noroeste e o rio Iguaçu a Sudoeste.

Além do Centro, a área urbana do município de Araucária é formada pelos bairros: Porto das Laranjeiras, Passaúna, Boqueirão, Vila Nova, Fazenda Velha, Estação, Sabiá, Cachoeira, Iguaçu, Capela Velha, Chapada, Tindiquera, Costeira, Campina da Barra, São Miguel, Thomaz Coelho e Barigui (MAPA 5).

A principal via de acesso que liga Araucária a Curitiba é a Avenida das Araucárias, que corta os bairros Barigui, Thomaz Coelho e Chapada até se unir à BR 476 – Rodovia do Xisto, que se constitui também em ligação com Curitiba. Também existe uma ligação do sul da área urbana através do bairro Campina da Barra com o bairro Caximba em Curitiba, por uma estrada sem pavimentação (MAPA 2). Essas ligações viárias se constituem em vetores de ocupação da área urbana que serão demonstradas mais adiante. Além disso, a implantação do CIAR também leva em consideração as vias de transporte. O CIAR I localiza-se às margens da rodovia do Xisto e da Avenida das Araucárias, nos bairros Tindiquera, Thomaz Coelho e Barigui. O CIAR II e o CIAR III localizam-se em grande parte fora da área urbana do município, respectivamente ao longo da PR 423 que liga Araucária a Campo Largo e ao longo da Ferrovia Engenheiro Bley até Balsa Nova. O CIAR II, em sua parte na área urbana do município, localiza-se no bairro Passaúna.

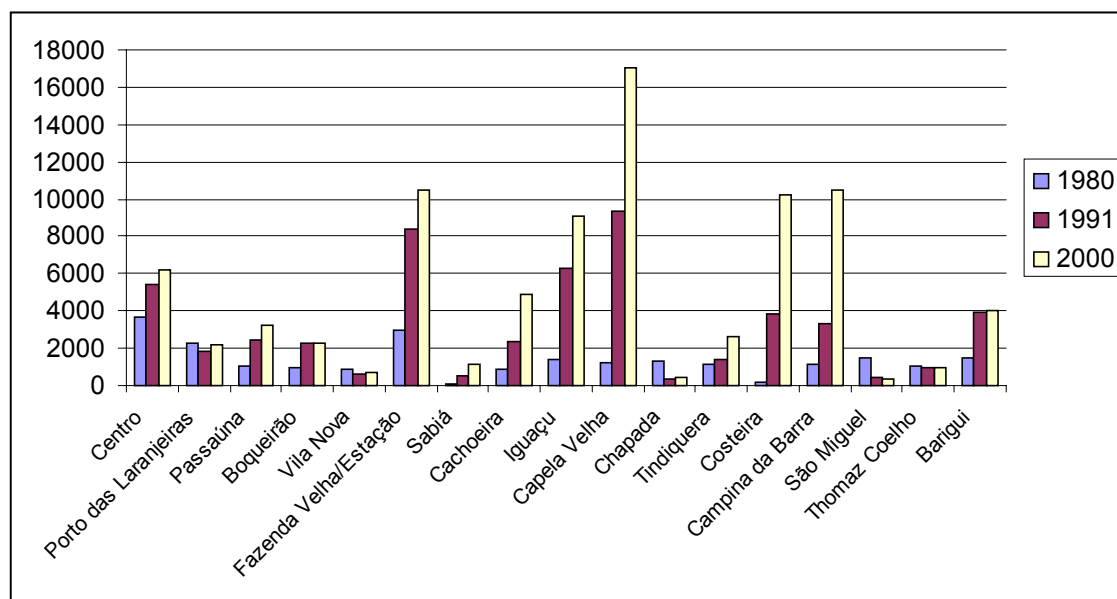


## 5.1 INDICADORES RELATIVOS À POPULAÇÃO

Como visto no capítulo 3, a população urbana de Araucária teve um incremento populacional acelerado a partir da década de 1970 com o processo de industrialização analisado no capítulo 2. Porém esse crescimento não se deu de forma homogênea em toda a área urbana. A espacialização desse fenômeno é aqui explicitada.

O gráfico 1 mostra a evolução da população do Centro de Araucária e dos bairros<sup>5</sup> nos anos de 1980, 1991 e 2000. Esses dados deram origem a mapas que mostram a evolução da população nessas três décadas (MAPAS 6, 7 e 8).

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE HABITANTES POR BAIRRO EM 1980, 1991 E 2000 NA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA

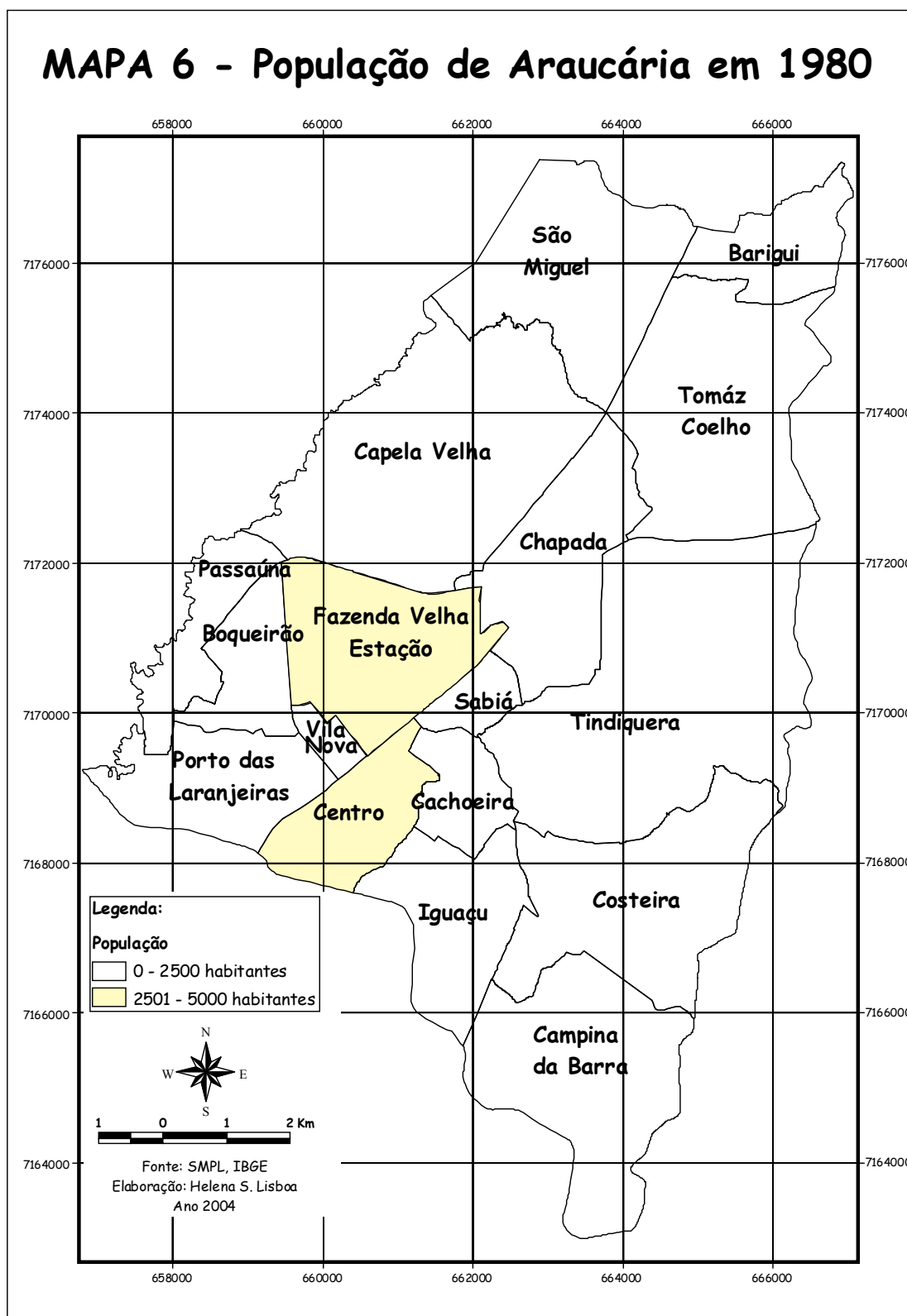


Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

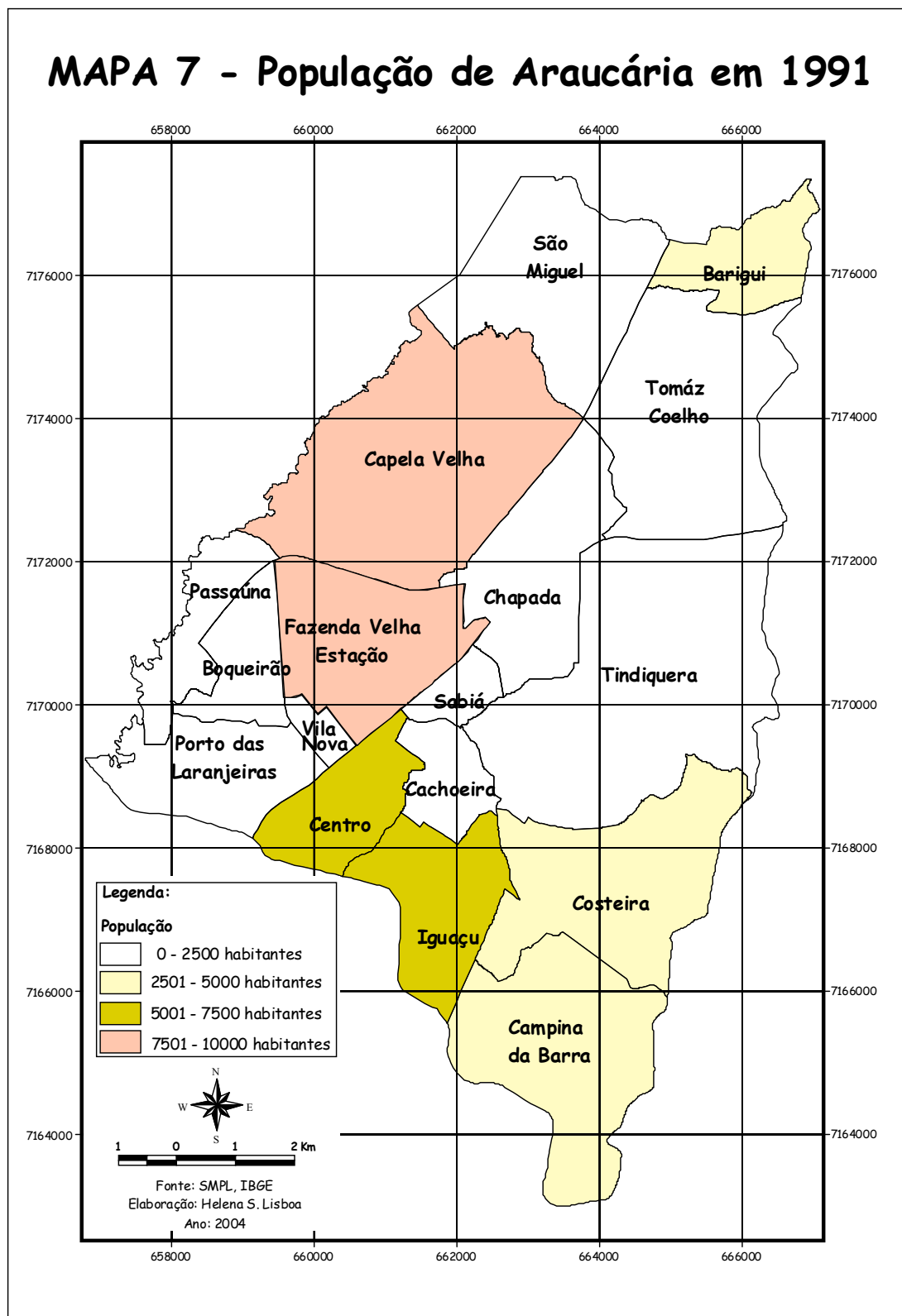
Em 1980, apenas o Centro e os bairros Fazenda Velha/Estação, próximos àquele, tinham população acima de 2500 pessoas.

<sup>5</sup> Devido à divisão dos setores censitários em 1980, os bairros Fazenda Velha e Estação, para este estudo, são considerados conjuntamente.

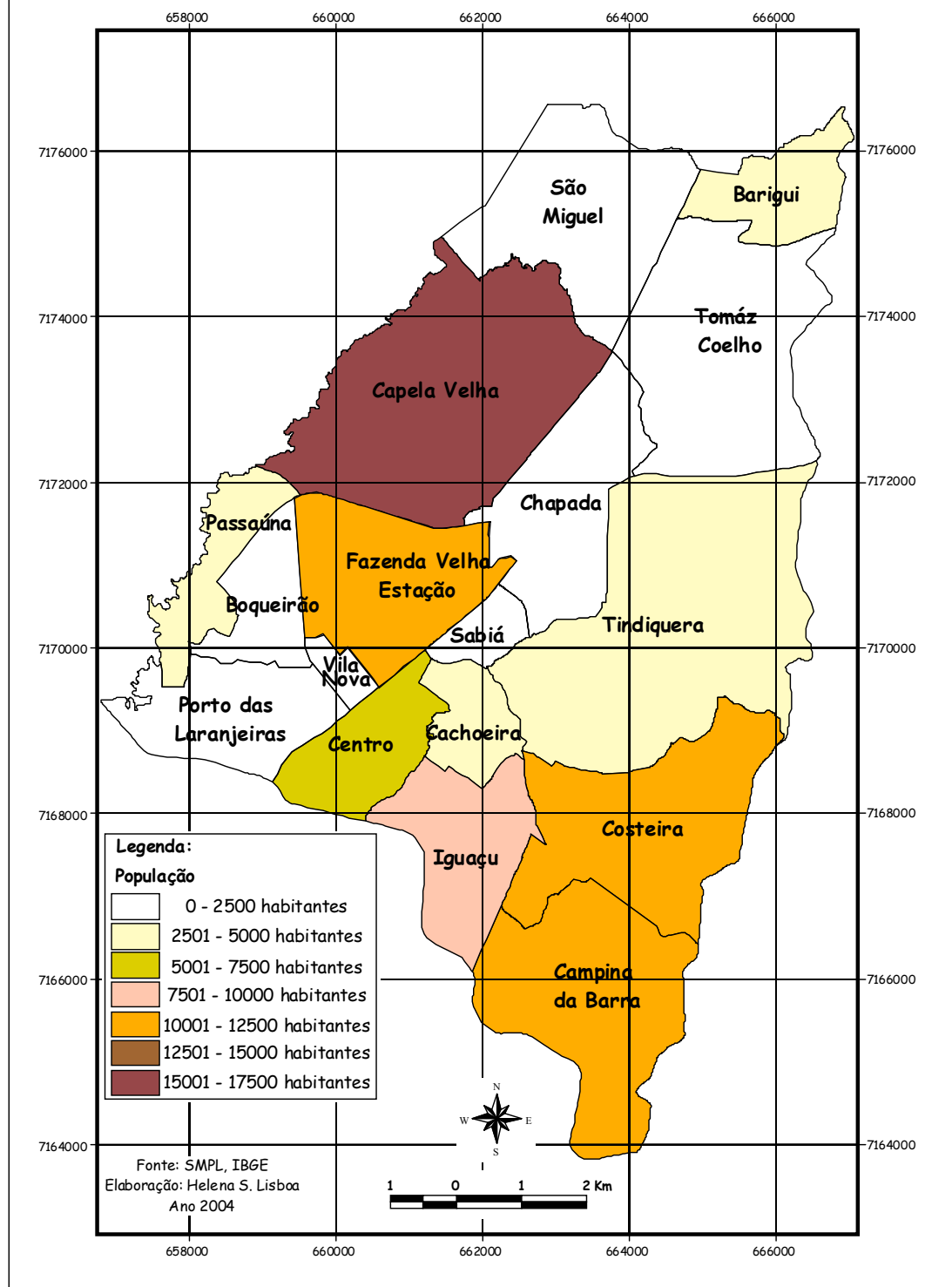
## MAPA 6 - População de Araucária em 1980



## MAPA 7 - População de Araucária em 1991



## MAPA 8 - População de Araucária em 2000



Em 1991, acrescentam-se a estes com população acima de 2.500 pessoas, os bairros Barigui, Costeira, Campina da Barra, Iguaçu e Capela Velha. Destes, destaca-se Capela Velha que tem a maior população, com 9.337 habitantes. Além de possuir grande área, esse bairro encontra-se em posição estratégica, entre as duas áreas industriais representadas pelo CIAR I e CIAR II e III. O bairro Iguaçu tem população acima de 5000 habitantes, pois se constitui em um vetor de crescimento do Centro com o prolongamento da Avenida Arquelau de Almeida Torres. Campina da Barra e Costeira têm seu crescimento explicado pela ligação com Curitiba através do bairro Caximba. O Centro tem pequeno crescimento de população.

Em 2000 essa tendência de crescimento permanece. Capela Velha ainda possui maior população (17.069 habitantes). Os bairros Passaúna, Cachoeira e Barigui passam a abrigar população acima de 2500 pessoas.

A evolução das densidades demográficas também é reveladora dessa dinâmica populacional. A tabela 10 mostra a densidade dos bairros nos anos 1980, 1991 e 2000, enquanto a tabela 11 apresenta as densidades demográficas dos bairros em intervalos, para melhor visualização.

TABELA 10 - DENSIDADES DEMOGRÁFICAS DOS BAIRROS E DO CENTRO DE ARAUCÁRIA NOS ANOS 1980, 1991 E 2000 (HAB/KM<sup>2</sup>)

BAIRRO	1980	1991	2000
Centro	1.370	2.043	2.340
Porto das Laranjeiras	653	532	636
Passaúna	496	1.143	1.543
Boqueirão	491	1.107	1.125
Vila Nova	1.699	1.294	1.447
Fazenda Velha/Estação	628	1.757	2.197
Sabiá	67	566	1.273
Cachoeira	552	1.472	3.009
Iguaçu	379	1.768	2.537
Capela Velha	123	913	1.669
Chapada	273	79	84
Tindiquera	97	115	222
Costeira	27	590	1.553
Campina da Barra	175	502	1.578
São Miguel	247	70	70
Thomaz Coelho	136	121	121
Barigui	639	1.691	1.691

Fonte: PMA, IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Em 1980, as maiores densidades demográficas correspondiam a bairros próximos do Centro, com exceção do bairro Barigui, no limite com Curitiba.

TABELA 11 - BAIRROS DE ARAUCÁRIA AGRUPADOS EM INTERVALOS DE DENSIDADES DEMOGRÁFICAS NOS ANOS 1980, 1991 E 2000

	1980	1991	2000
Menos de 100 hab./km <sup>2</sup>	Costeira Tindiquera Sabiá	São Miguel Chapada	São Miguel Chapada
100 a 300 hab./km <sup>2</sup>	Thomaz Coelho São Miguel Campina da Barra Chapada Capela Velha	Thomaz Coelho Tindiquera	Thomaz Coelho Tindiquera
300 a 500 hab./km <sup>2</sup>	Passaúna Boqueirão Iguaçu		
500 a 1000 hab./km <sup>2</sup>	Porto das Laranjeiras Fazenda Velha/Estação Cachoeira Barigui Centro	Campina da Barra Costeira Capela Velha Sabiá Porto das Laranjeiras Boqueirão Vila Nova Cachoeira Passaúna	Porto das Laranjeiras
1000 a 1500 hab./km <sup>2</sup>		Fazenda Velha/Estação Iguaçu Barigui	Boqueirão Vila Nova Sabiá
1500 a 2000 hab./km <sup>2</sup>	Vila Nova		Barigui, Costeira Campina da Barra Capela Velha Passaúna
2000 hab./km <sup>2</sup> ou mais		Centro	Centro Fazenda Velha/Estação Cachoeira Iguaçu

Fonte: PMA, IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Já em 1991 e 2000 verifica-se um processo de ocupação da periferia com grandes densidades demográficas em bairros distantes do Centro, como é o caso da Campina da Barra e Costeira. Os bairros Tindiquera, Thomaz Coelho e Chapada, por serem bairros industriais, possuem baixa densidade demográfica. O bairro São Miguel é um bairro que mesmo estando na área urbana individualiza-se como um

bairro de baixa densidade demográfica com a presença predominante de uma população voltada para a agricultura, feita em pequenas chácaras e sítios. É o bairro com a menor população entre todos em 2000.

Observa-se então no município uma tendência de crescimento urbano e concentração de população, principalmente:

- No entorno do Centro, em maior grau nos bairros Iguaçu, Cachoeira, Fazenda Velha, Estação e em menor grau nos bairros Vila Nova, Sabiá e Boqueirão.
- Nas áreas distantes do Centro, mas próximas a Curitiba (Campina da Barra, Costeira e Barigui).
- No bairro Capela Velha, com localização estratégica em relação à sua proximidade com as áreas industriais do município.

Por conseguinte, os bairros com menor população e densidade demográfica são os bairros industriais e o bairro São Miguel, mais voltado à agricultura e em uma porção considerável inundado pela represa do Passaúna.

Analisando as taxas de crescimento da população de cada bairro no período 1980-2000 (TABELA 12), observa-se que os bairros com taxas de crescimento ao ano maior ou igual a 10% são os bairros já citados anteriormente, que se localizam próximos ao Centro (Sabiá, Iguaçu), próximos à via de acesso a Curitiba pela Caximba (Campina da Barra e Costeira) e o bairro Capela Velha, estratégico com relação às indústrias pela sua proximidade e fácil acesso à área industrial. Esses bairros tiveram crescimento maior de 1980 a 1991, com exceção de Campina da Barra, de ocupação mais recente. Por outro lado, os bairros que perderam população são os já citados bairros São Miguel, por sua dinâmica relacionada com a agricultura, os bairros industriais Chapada e em menor grau Thomaz Coelho e os bairros Porto das Laranjeiras e Vila Nova.

TABELA 12 - TAXAS DE CRESCIMENTO AO ANO DA POPULAÇÃO DOS BAIROS DE ARAUCÁRIA DE 1980 A 2000

BAIRRO	1980-1991	1991-2000	1980-2000
Centro	3,7	1,5	2,7
Porto das Laranjeiras	-1,8	2,0	-0,1
Passaúna	7,9	3,4	5,8
Boqueirão	7,7	0,2	4,2
Vila Nova	-2,4	1,2	-0,8
Fazenda Velha/Estação	9,8	2,5	6,5
Sabiá	21,3	9,4	15,8
Cachoeira	9,3	8,3	8,8
Iguaçu	15,0	4,1	10,0
Capela Velha	20,0	6,9	13,9
Chapada	-10,7	0,7	-5,7
Tindiquera	1,5	7,6	4,2
Costeira	32,2	11,3	22,4
Campina da Barra	10,0	13,6	11,6
São Miguel	-10,8	-1,6	-6,8
Thomaz Coelho	-1,0	0,1	-0,5
Barigui	9,2	0,2	5,1
Total	7,9	5,4	6,8

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

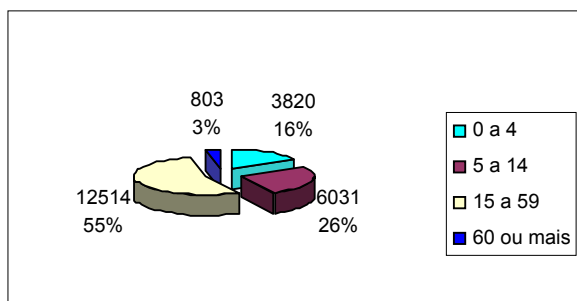
O crescimento da população implica em uma série de modificações e necessidade de ampliação da infra-estrutura e serviços urbanos, relacionados a transporte, equipamentos de saúde, educação e lazer. Dessa forma, é possível relacionar alto crescimento populacional com carência desses serviços, pois nem sempre a oferta deles acompanha a necessidade crescente. De 1980 a 1991 a taxa de crescimento média da população urbana de Araucária foi de 7,9%. Os bairros com crescimento maior que essa média foram: Passaúna, Boqueirão, Fazenda Velha/Estação, Sabiá, Cachoeira, Iguaçu, Capela Velha, Costeira, Campina da Barra e Barigui. De 1991 a 2000 a taxa de crescimento da população urbana de Araucária foi de 5,4%. Os bairros acima dessa média foram: Sabiá, Cachoeira, Capela Velha, Tindiquera, Costeira e Campina da Barra.

Essa dinâmica de crescimento pode ser observada na origem da população residente em cada bairro, pois, segundo dados obtidos por SILVA (2002, p. 56), os bairros Capela Velha, Fazenda Velha/Estação, Campina da Barra e Costeira são os bairros com maior porcentagem de população migrante, perfazendo mais de 60% do total da população.



Com relação à faixa etária da população, os dados foram agrupados nas categorias 0 a 4 anos, 5 a 14 anos, 15 a 59 anos e mais de 60 anos. Em 1980, para o total do município foi constatada a porcentagem de 16% da população com faixa etária de 0 a 4 anos, 26% para a faixa etária de 5 a 14 anos, 55% com idades entre 15 e 59 anos e 3% com 60 anos ou mais (GRÁFICO 2).

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA POR FAIXA ETÁRIA EM 1980



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1980

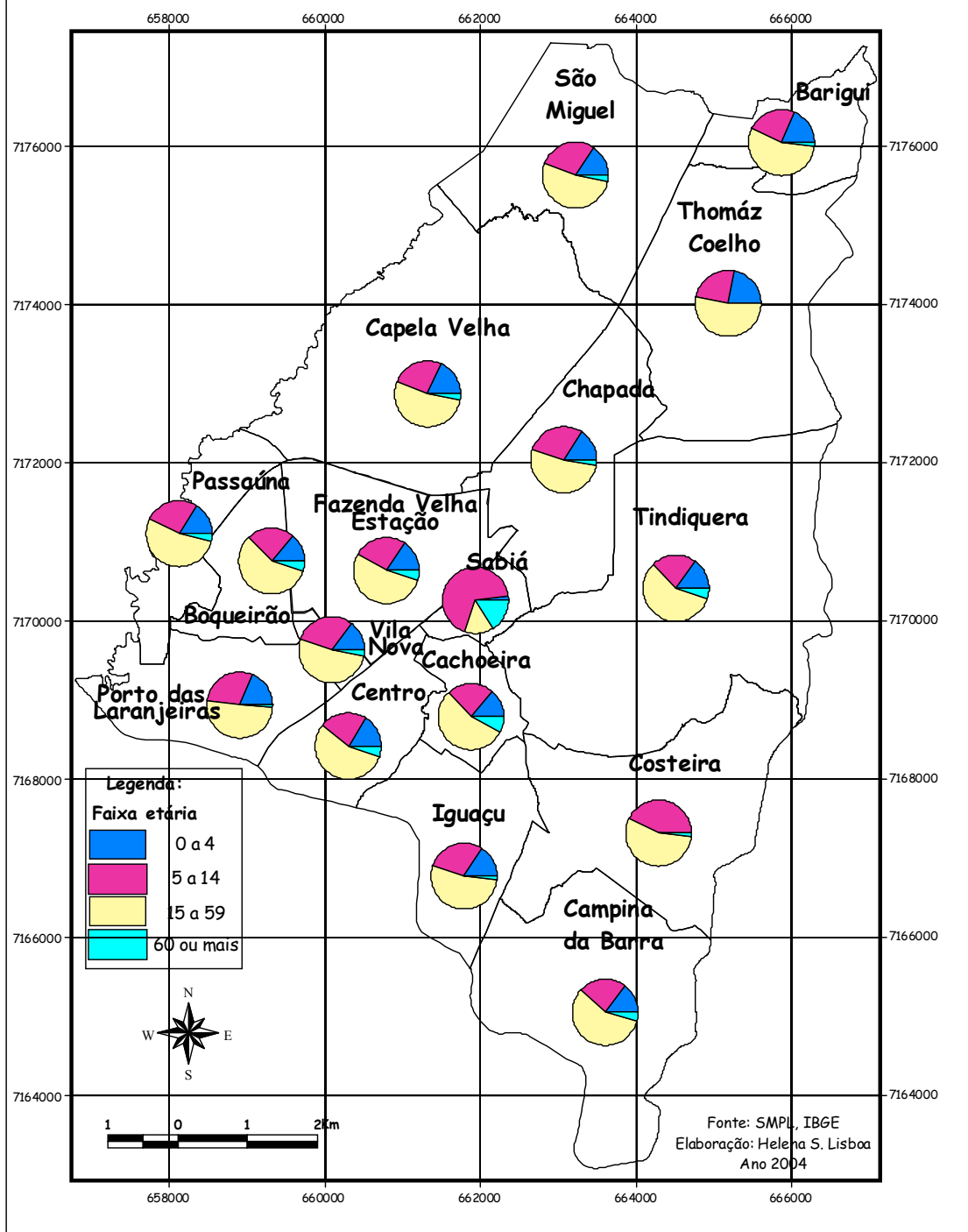
Em sua maioria os bairros apresentam dados próximos dessa média geral. (MAPA 9). As exceções são os bairros Costeira e Sabiá. No bairro Costeira não foi computado nenhum habitante de 0 a 4 anos, assim como no bairro Sabiá, que apresenta 67% dos habitantes entre 5 e 14 anos e apenas 14% com idades entre 15 e 59 anos, sendo que em todos os outros bairros as porcentagens dessa faixa de população são sempre superiores a 50%.

A longevidade de uma população é um indicador importante na qualidade de vida. Populações em que a quantidade de idosos é elevada apontam para melhores condições de vida.

Em Araucária, os bairros com população idosa acima da média são, além do Centro: Passaúna, Boqueirão, Cachoeira, Fazenda Velha/Estação, Tindiquera e Campina da Barra. Os bairros com porcentagem nessa faixa etária menor que a média são: Costeira, Iguaçu, Thomaz Coelho, Sabiá e Porto das Laranjeiras.

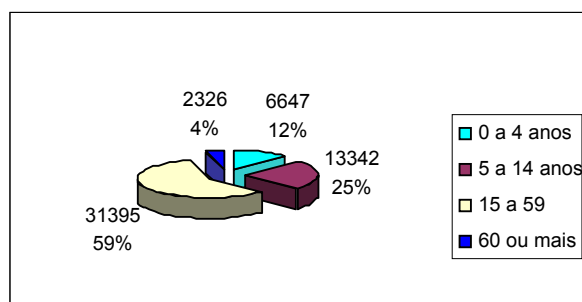
Para o ano de 1991 ocorreram algumas mudanças. Analisando o gráfico do total da área urbana (GRÁFICO 3) observa-se que há um aumento na porcentagem de idosos de 3 passando para 4%. Além disso, há uma evolução da população entre 15 e 59 anos que passa a representar 59% do total, quatro pontos percentuais a

## MAPA 9 - Distribuição da População Urbana de Araucária por faixa etária em 1980



mais que em 1980. Por conseguinte, há um decréscimo da participação de crianças de 0 a 4 anos de 16 para 12%. Na faixa de 5 a 14 anos há uma pequena variação de 16 para 15%.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA POR FAIXA ETÁRIA EM 1991



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991

Analisando os bairros separadamente, algumas considerações podem ser feitas (MAPA 10). Alguns bairros apresentam população de idosos maiores que a média: São Miguel com 13%, Centro com 8%, Sabiá com 7%, Thomaz Coelho com 6% e Barigui, Tindiquera, Chapada e Vila Nova com 5%. Abaixo da média, estão principalmente bairros de ocupação mais recente e de grande crescimento demográfico como é o caso da Capela Velha, Campina da Barra e Costeira com 3% e o bairro Cachoeira com 2%.

Em se tratando da população jovem com idades entre 0 e 4 anos, os bairros com maior porcentagem que a média são: Campina da Barra, Costeira, Chapada, Capela Velha, Iguaçu e Boqueirão.

Para o ano 2000 a porcentagem de habitantes do município com 60 anos ou mais permanece a mesma (GRÁFICO 4). Com relação à porcentagem de jovens, há um decréscimo (de 0 a 4 anos reduz de 12 para 11% e de 5 a 14 anos passa de 25 para 21%). Dessa forma, aumenta a participação da população de 15 a 59 anos que passa de 59 para 64%.

## MAPA 10 - Distribuição da População Urbana de Araucária por Faixa Etária em 1991

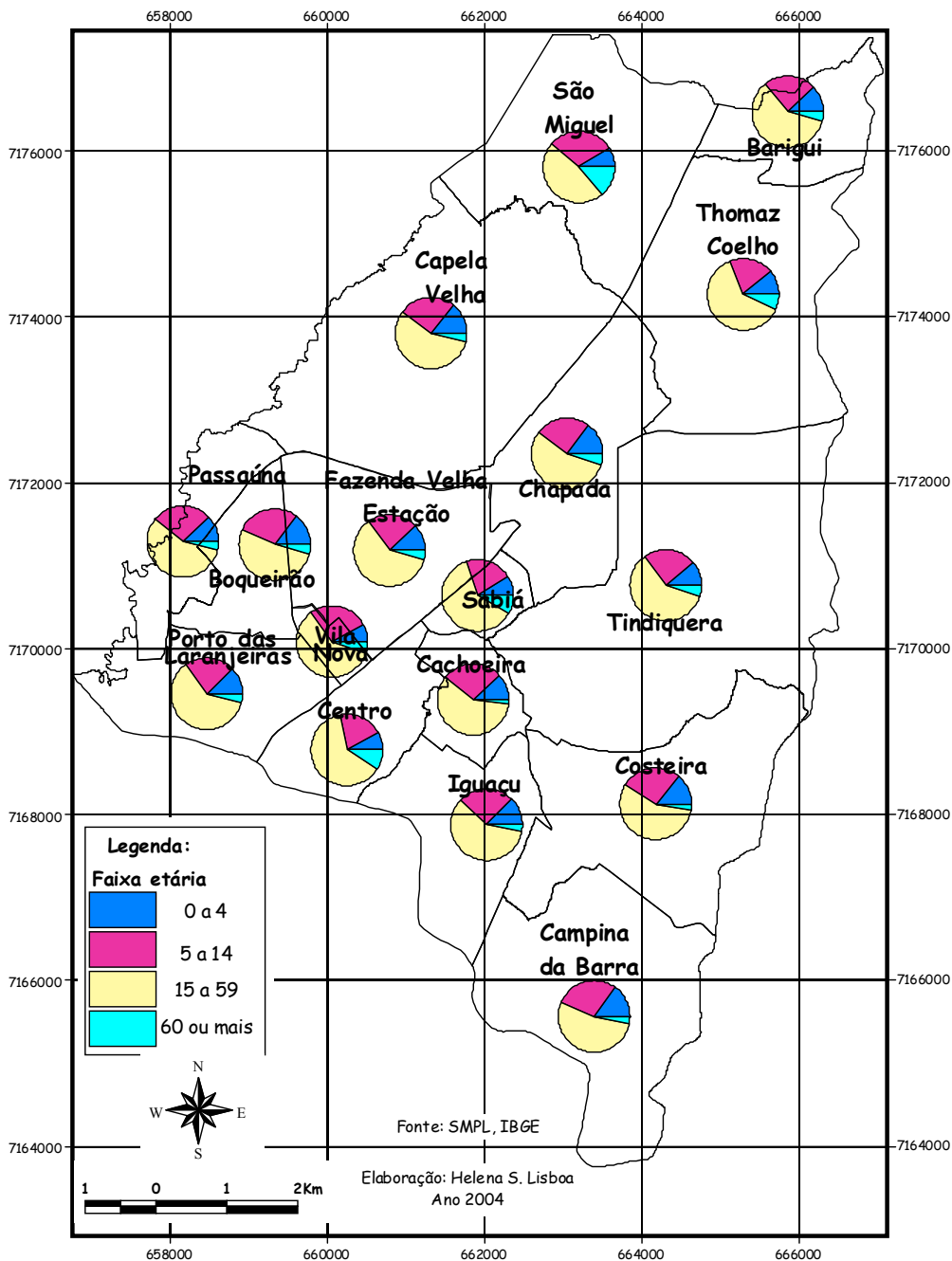
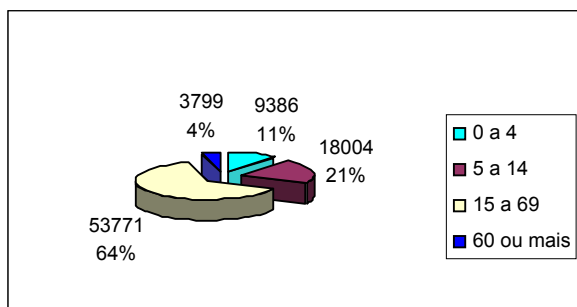


GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA POR FAIXA ETÁRIA EM 2000



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000

Na análise dos bairros ocorrem algumas variações bastante significativas, pois São Miguel, Chapada e Sabiá apresentam altos percentuais de idosos, com 34, 31 e 15% respectivamente (MAPA 11). Outros bairros com percentuais acima da média, mas próximos a ela são: Centro e Vila Nova (8%), Porto das Laranjeiras (7%), Thomaz Coelho (6%) e Barigui (5%). Porém, os bairros com os menores percentuais de população idosa são os mesmos do Censo de 1991: Campina da Barra, Capela Velha, Costeira, Cachoeira, acrescidos do bairro Tindiquera.

A quantidade de pessoas que habitam o domicílio também é um indicador para verificar a qualidade de vida da população. De acordo com o mapa da Pobreza de Curitiba (UFPR, IPARDES, IPPUC, 1997), domicílios com cinco pessoas ou mais já podem ser considerados precários. A tabela 13 mostra a porcentagem de domicílios na área urbana de Araucária e em seus bairros separadamente, que contêm cinco ou mais pessoas vivendo na mesma habitação em 1991 e em 2000.

Alguns bairros aparecem nos dois períodos com porcentagens abaixo da média do município: Centro, Porto das Laranjeiras, Sabiá, Vila Nova, São Miguel e Thomaz Coelho. Em 1991, acrescenta-se a estes o bairro Chapada e em 2000 os bairros Cachoeira, Iguaçu e Fazenda Velha/Estação.

Os bairros com porcentagens acima da média que, por conseguinte, apresentam situação mais precária de habitação que a média do município nos dois períodos (1991 e 2000) são: Passaúna, Boqueirão, Capela Velha, Tindiquera e Campina da Barra. Além destes em 1991, Cachoeira e Iguaçu também compõem a lista.

# MAPA 11 - Distribuição da População Urbana de Araucária por Faixa Etária em 2000

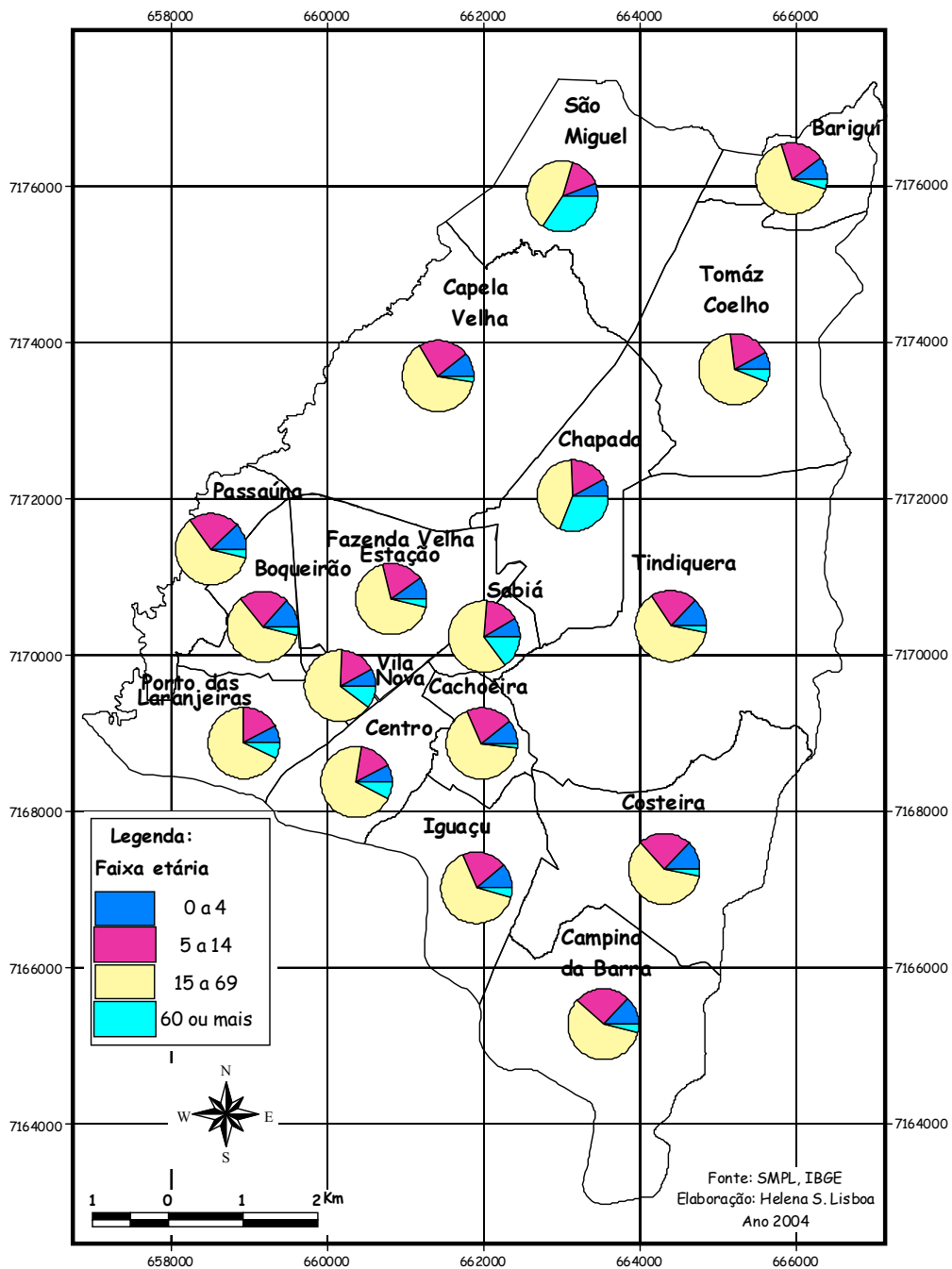


TABELA 13: PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS COM 5 PESSOAS OU MAIS NOS BAIROS DE ARAUCÁRIA EM 1991 E 2000

BAIRRO	5 PESSOAS OU MAIS	
	1991	2000
Centro	27	19
Porto das Laranjeiras	34	25
Passaúna	38	31
Boqueirão	41	31
Vila Nova	32	21
Fazenda Velha/Estação	37	24
Sabiá	31	23
Cachoeira	44	26
Iguaçu	38	26
Capela Velha	38	30
Chapada	31	27
Tindiquera	39	28
Costeira	44	31
Campina da Barra	48	28
São Miguel	25	26
Thomaz Coelho	25	20
Barigui	33	27
Total	37	27

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Com relação à evolução do município como um todo, observa-se uma melhoria nos índices, passando de 37% em 1991 para 27% em 2000. Os dados de 1980 não foram obtidos, pois não faziam parte do questionário aplicado no Censo de 1980.

## 5.2. INDICADORES RELATIVOS À EDUCAÇÃO

Segundo ARAUCÁRIA (2003, p. 117), a Prefeitura do Município de Araucária investiu nos últimos anos, em educação, em média, 29% de sua arrecadação, dado que a Constituição Federal estabelece uma porcentagem mínima de investimento de 25%. O atendimento é de mais de 20.000 alunos que freqüentam o ensino infantil e fundamental. As tabelas 14 e 15 mostram a quantidade de escolas e de alunos atendidos no município de acordo com a dependência administrativa.

TABELA 14 - MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, POR NÍVEL DE ENSINO, SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – ANO 2000

NÍVEL DE ENSINO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	TOTAL
Creche	0	0	697	31	728
Pré-escolar	0	0	2409	294	2703
1ª a 4ª série	0	0	9705	395	10100
5ª a 8ª série	2868	0	5066	517	8451
Ensino médio	3863	0	0	576	4439
Educação especial	0	0	405	69	474
Ed. Jovens e Adultos	4059	0	562	145	4766
<b>TOTAL</b>	<b>10790</b>	<b>0</b>	<b>18844</b>	<b>2027</b>	<b>31661</b>

Fonte: ARAUCÁRIA, 2003, p. 125 a partir de dados do MEC/ENEP/SEEC

Os dados mostram a importância das escolas mantidas pela Prefeitura Municipal, principalmente no ensino fundamental dado que são elas que atendem à maior parte da população de baixa renda.

TABELA 15 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, POR NÍVEL DE ENSINO – 2000

NÍVEL DE ENSINO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	TOTAL
Educação infantil	0	0	52	8	60
Educação fundamental	6	0	37	7	50
Ensino Médio	6	0	0	2	8
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>9</b>	<b>77</b>

Fonte: ARAUCÁRIA, 2003, p. 125 a partir de dados MEC/INEP/SEEC

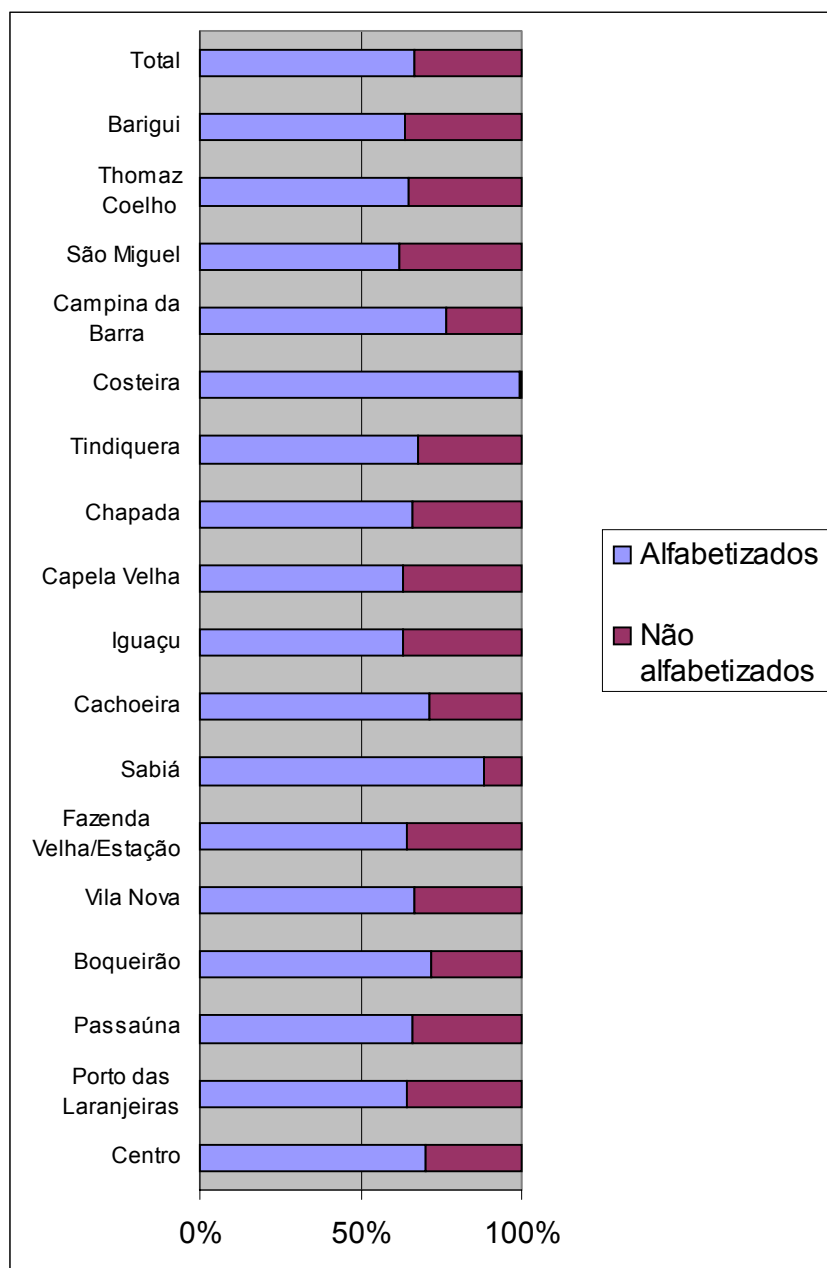
Um dos parâmetros que permitem a mensuração da qualidade de vida é o acesso à educação. Porcentagem de pessoas alfabetizadas, anos de estudo do chefe de família, quantidade de vagas em creches, número de vagas necessárias e localização das escolas municipais foram os indicadores utilizados neste estudo.

Para o número de pessoas alfabetizadas, os dados referem-se a 1980, 1991 e 2000. Para o número de anos de estudo dos chefes de família apenas são



considerados os anos de 1991 e 2000. Para o número de vagas nas creches<sup>6</sup> e a lista de crianças à espera de uma vaga, os dados referem-se ao mês de novembro de 2003.

GRÁFICO 5 – PORCENTAGEM DE ALFABETIZADOS POR BAIRRO EM 1980



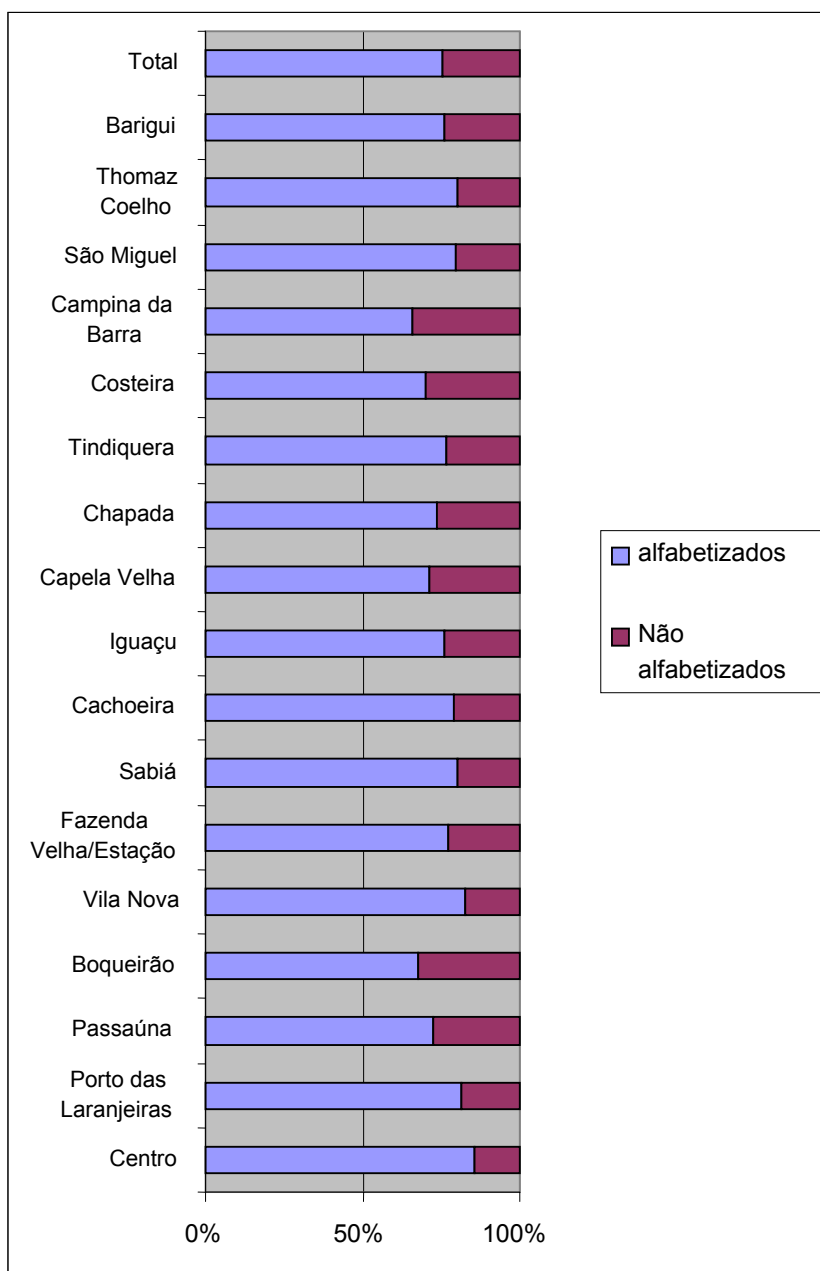
Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1980

<sup>6</sup> Em Araucária as creches são chamadas de CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil).

Com relação à porcentagem de pessoas alfabetizadas, houve uma evolução significativa no total do município de 1980 a 2000 (GRÁFICOS 5, 6 e 7).

Em 1980 correspondiam a 66,90% e em 1991 alcançaram 75,42%, para em 2000 chegar a 90,91%.

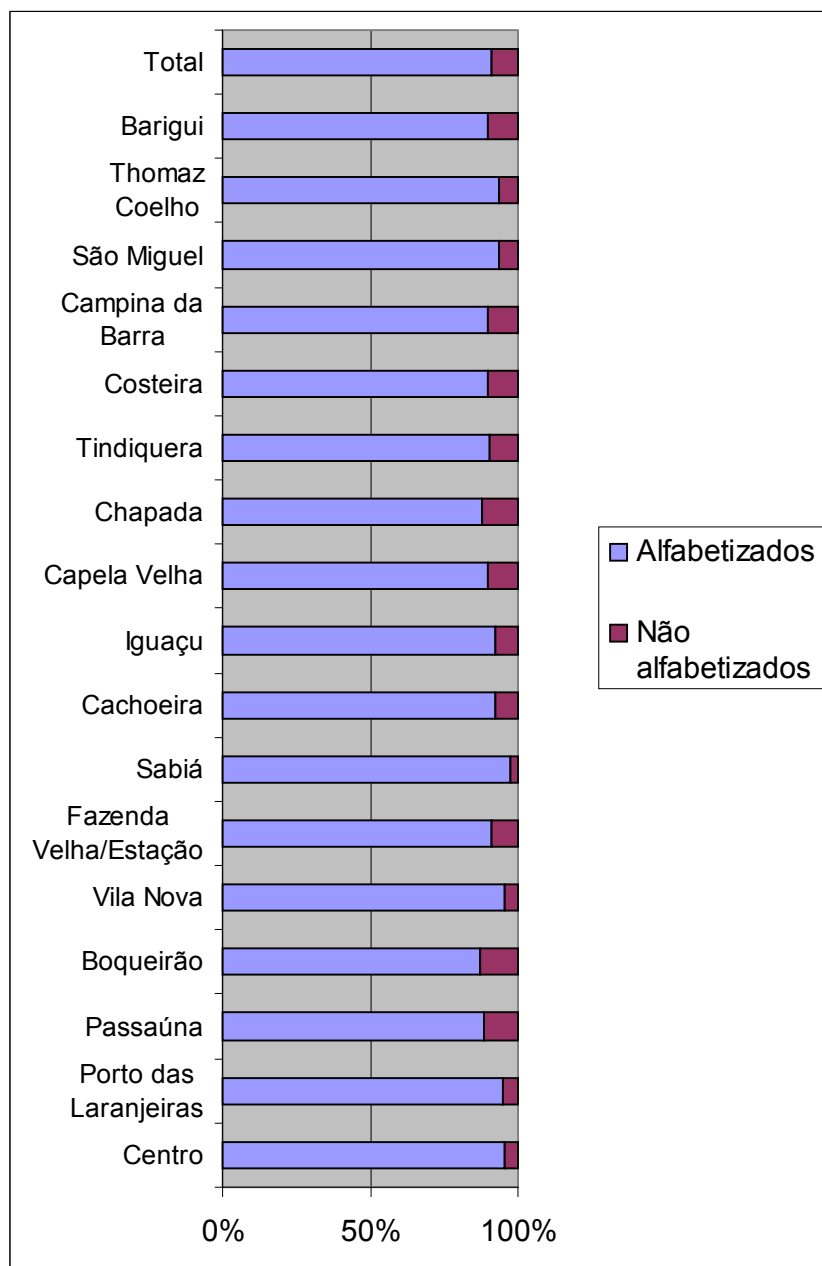
GRÁFICO 6 – PORCENTAGEM DE ALFABETIZADOS POR BAIRRO EM 1991



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991

O analfabetismo pode ser considerado uma forma de exclusão da própria sociedade e da produção.

GRÁFICO 7 – PORCENTAGEM DE ALFABETIZADOS POR BAIRRO EM 2000



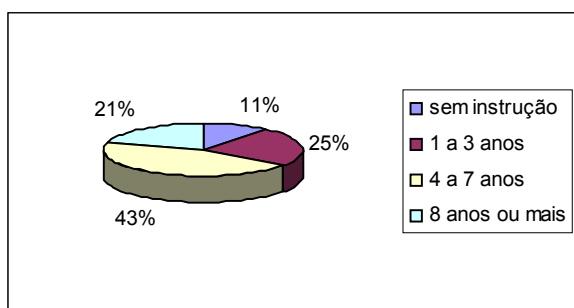
Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000

Alguns bairros têm porcentagens de pessoas alfabetizadas mais elevadas que a média do município nos três períodos: Cachoeira, Sabiá e Centro. Por outro

lado, alguns bairros têm taxas menores que a média: Barigui, Chapada, Capela Velha e Passaúna. Os bairros Campina da Barra e Costeira aparecem em 1991 e 2000 com porcentagens abaixo da média do município.

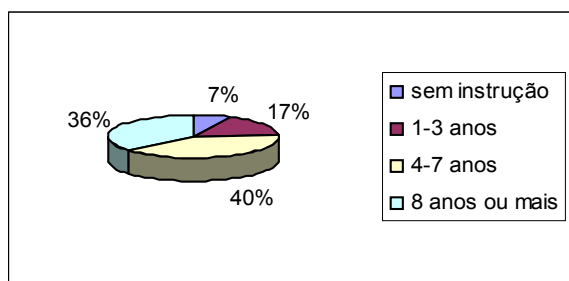
Quanto aos anos de estudo dos chefes de domicílio, alguns bairros, nos dois períodos analisados (1991 e 2000), apresentam simultaneamente porcentagens mais elevadas de pessoas com maior instrução e porcentagens mais baixas que para o total da população para pessoas com até quatro anos de instrução. Esses bairros são: Centro, Cachoeira e Thomaz Coelho. Porto das Laranjeiras, Fazenda Velha/Estação e Vila Nova apenas aparecem em 1991, enquanto Sabiá e Iguaçu aparecem no censo de 2000 (GRÁFICOS 8 e 9, MAPAS 12 e 13).

GRÁFICO 8 – ANOS DE ESTUDO DOS CHEFES DE DOMICÍLIO EM 1991



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991

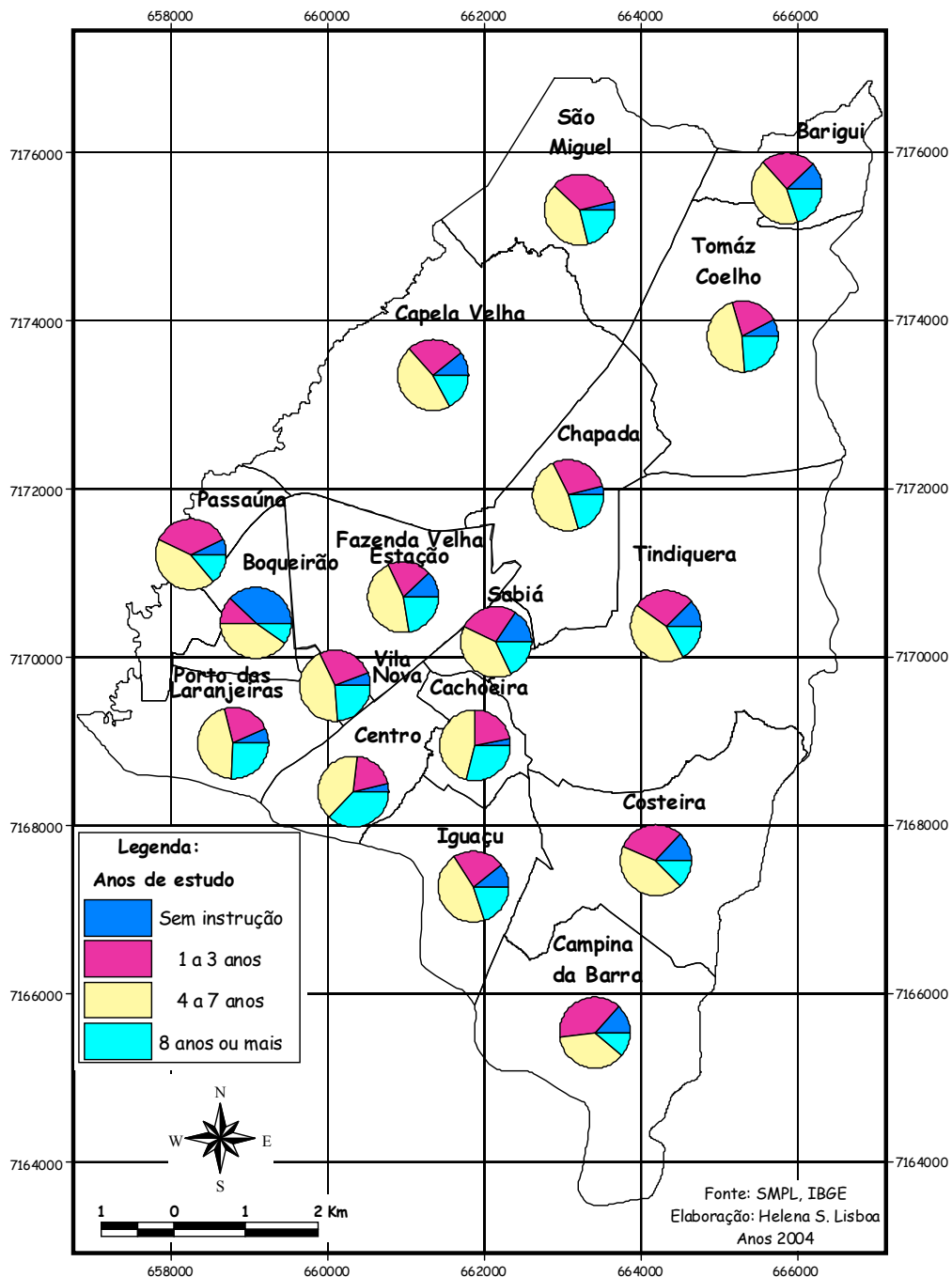
GRÁFICO 9 – ANOS DE ESTUDO DOS CHEFES DE DOMICÍLIO EM 2000



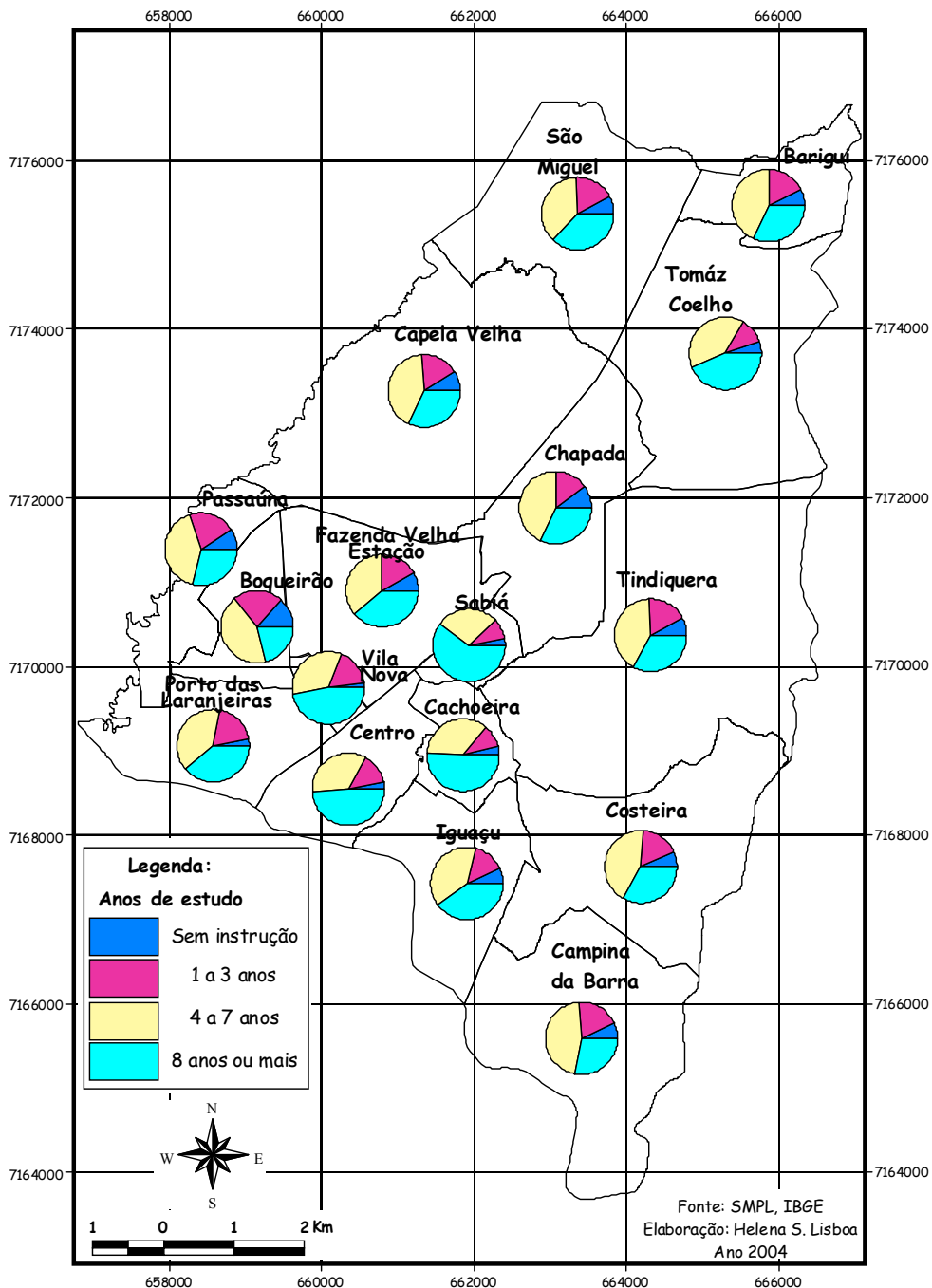
Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000

Da mesma forma, alguns bairros aparecem com piores condições que a média nos dois períodos e nas duas situações (maior e menor grau de instrução):

## MAPA 12 - Anos de Estudo dos Chefes de Família em 1991



## MAPA 13 - Anos de Estudo dos Chefes de Família em 2000



Campina da Barra, Costeira, Barigui, Passaúna, Boqueirão, Capela Velha e Tindiquera.

A localização dos CMEIs na área urbana aparece na tabela 16, bem como o número de crianças atendidas e o número de crianças em lista de espera. A partir de 2002, a SMED (Secretaria Municipal de Educação) assumiu a manutenção dos 25 CMEIs (ARAUCÁRIA, 2003, p. 117). Alguns bairros não contam com nenhuma unidade, porém são bairros de pequena população e área com exceção do bairro Cachoeira. Alguns bairros apresentam maior porcentagem de crianças em lista de espera, o que se configura em uma carência desse serviço que está a cargo do poder municipal. Os bairros com as maiores carências são: Campina da Barra, Tindiquera, Iguaçu, Fazenda Velha/Estação, Boqueirão e Centro.

TABELA 16 – NÚMERO DE CMEIS, CRIANÇAS ATENDIDAS E CRIANÇAS EM LISTA DE ESPERA EM 2003

BAIRRO	Número de CMEIs	Crianças Atendidas	Crianças em lista de espera	% de crianças em lista de espera
Barigui	1	54	7	11,4
Thomaz Coelho	3	177	36	16,9
São Miguel	0			
Campina da Barra	3	263	199	43,0
Costeira	3	292	142	32,7
Tindiquera	1	103	59	36,4
Chapada	0			
Capela Velha	4	551	207	27,3
Iguaçu	3	214	153	41,6
Cachoeira	0			
Sabiá	0			
Fazenda Velha/Estação	2	188	103	40,8
Vila Nova	0			
Boqueirão	1	59	32	35,1
Passaúna	1	67	15	18,2
Porto das Laranjeiras	1	82	27	20,4
Centro	1	105	83	44,1
TOTAL	24	2155	1100	33,7

Fonte: PMA/SMED

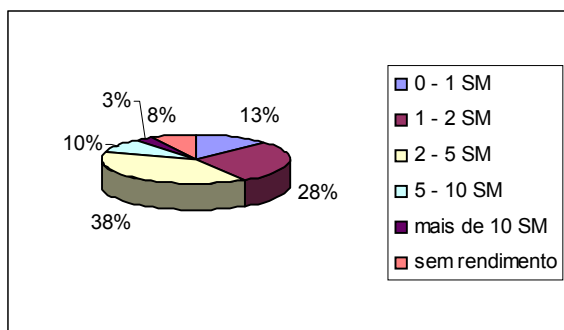
Quanto à localização das escolas de ensino fundamental, observa-se que todos os bairros têm sua demanda atendida. Quando isso não acontece existe o transporte escolar gratuito. Porém, o que pode ser questionada é a distribuição dos equipamentos, já que algumas escolas, principalmente as de periferia, são bastante precárias com relação a quadras de esporte, acervo, espaços como salas de vídeo e bibliotecas.

### 5.3 RENDA DOS CHEFES DE FAMÍLIA

Neste tópico, é contemplado o rendimento médio da população em 1991 e 2000.

Avaliando o rendimento médio mensal temporalmente, houve uma evolução positiva, pois as porcentagens de famílias com menores rendimentos (famílias sem rendimento ou com rendimento até dois salários mínimos) reduziram-se de 49% para 39%. Da mesma forma, as famílias com rendimento médio mensal acima de cinco salários mínimos aumentaram seu percentual, passando de 13% para 21% (GRÁFICOS 10 e 11).

GRÁFICO 10 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA EM 1991

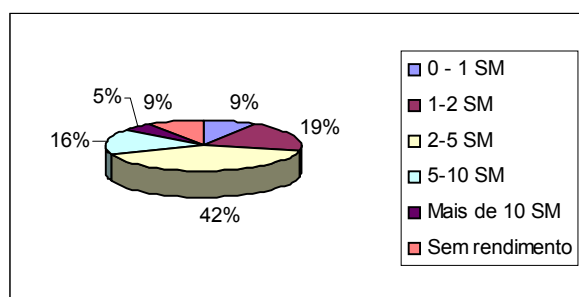


Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991

Alguns bairros apresentaram nos dois períodos e nas duas situações porcentagens piores que a média: Campina da Barra, Chapada, Capela Velha e Boqueirão (TABELAS 17 e 18).



GRÁFICO 11 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA DA  
ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA EM 2000



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000

TABELA 17 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS DA ÁREA URBANA  
DE ARAUCÁRIA POR BAIRROS EM 1991 EM PORCENTAGEM

BAIRRO	ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS	CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS OU MAIS
Centro	38	30
Porto das Laranjeiras	47	18
Passaúna	46	10
Boqueirão	70	4
Vila Nova	45	16
Fazenda Velha/Estação	48	13
Sabiá	55	16
Cachoeira	45	10
Iguaçu	46	11
Capela Velha	50	9
Costeira	50	8
Campina da Barra	68	3
São Miguel	55	7
Barigui	53	9
Thomaz Coelho	40	15
Chapada	62	8
Tindiquera	47	10
Total	49	13

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991

Outros bairros apresentam rendimento mensal acima da média para a área urbana: Centro, Porto das Laranjeiras, Fazenda Velha/Estação, Vila Nova e Thomaz Coelho.

TABELA 18 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS FAMÍLIAS DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA POR BAIRROS EM 2000 EM PORCENTAGEM

BAIRRO	ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS	CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS OU MAIS
Centro	28	42
Porto das Laranjeiras	27	37
Passaúna	43	15
Boqueirão	56	10
Vila Nova	36	29
Fazenda Velha/Estação	28	31
Sabiá	20	51
Cachoeira	30	25
Iguaçu	33	24
Capela Velha	39	15
Costeira	39	15
Campina da Barra	39	11
São Miguel	44	27
Barigui	35	21
Thomaz Coelho	26	38
Chapada	43	16
Tindiquera	17	41
Total	37	21

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000

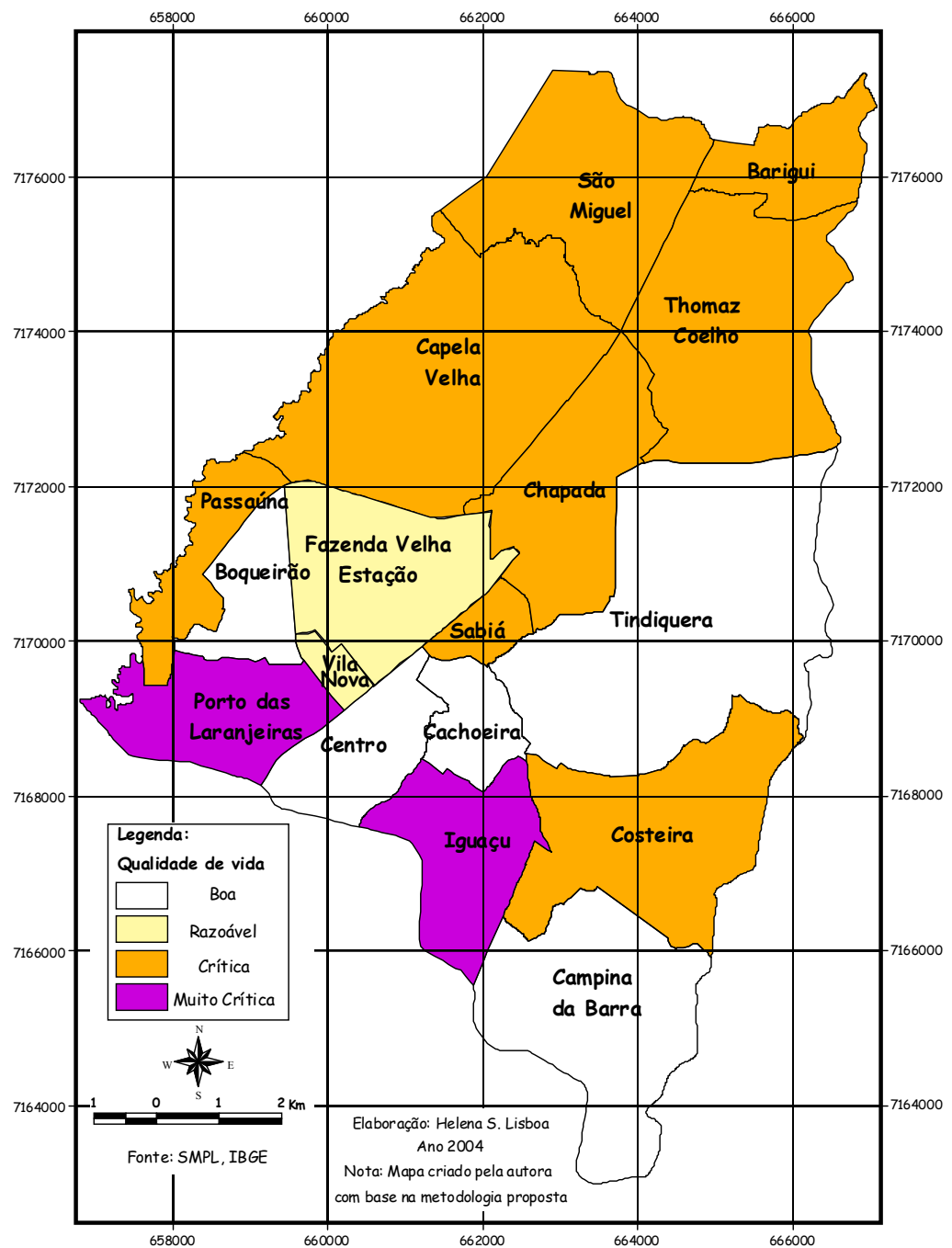
#### 5.4 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM ARAUCÁRIA

Após a análise dos indicadores, pode-se chegar a uma síntese para as três décadas. A média dos valores obtidos para a área urbana do município foi usada como um divisor para os dados, ou seja, os bairros foram considerados de acordo com a média total. Os bairros, para cada um dos indicadores, foram designados como piores ou melhores que a média.

Em 1980, puderam ser apurados apenas os indicadores referentes ao analfabetismo e à faixa etária da população (menores que catorze anos e maiores que sessenta anos). Os bairros com os três indicadores melhores que a média da área urbana do município apresentaram uma qualidade de vida considerada boa. Com dois indicadores acima da média foram considerados razoáveis. Para bairros com um ou nenhum indicador melhor que a média, as condições de vida da população foram consideradas críticas e muito críticas respectivamente (MAPA 14).

Para 1991 e 2000, os indicadores considerados foram:

## MAPA 14 - Qualidade de Vida na Área Urbana de Araucária em 1980



- Taxa de crescimento;
- Porcentagem da população com mais de 60 anos;
- Porcentagem da população de 0 a 14 anos;
- Densidade domiciliar;
- Porcentagem de analfabetos;
- Porcentagem dos chefes de família com menos de quatro anos de estudo;
- Porcentagem dos chefes de família com mais de oito anos de estudo;
- Porcentagem dos chefes de família com renda média menor que dois salários mínimos;
- Porcentagem dos chefes de família com renda média maior que cinco salários mínimos;

A classificação da qualidade de vida seguiu o seguinte critério:

- Oito ou nove indicadores acima da média – boa;
- Cinco a sete indicadores acima da média – razoável;
- Três a quatro indicadores acima da média – crítica;
- Zero a dois indicadores acima da média – muito crítica (MAPAS 15 e 16).

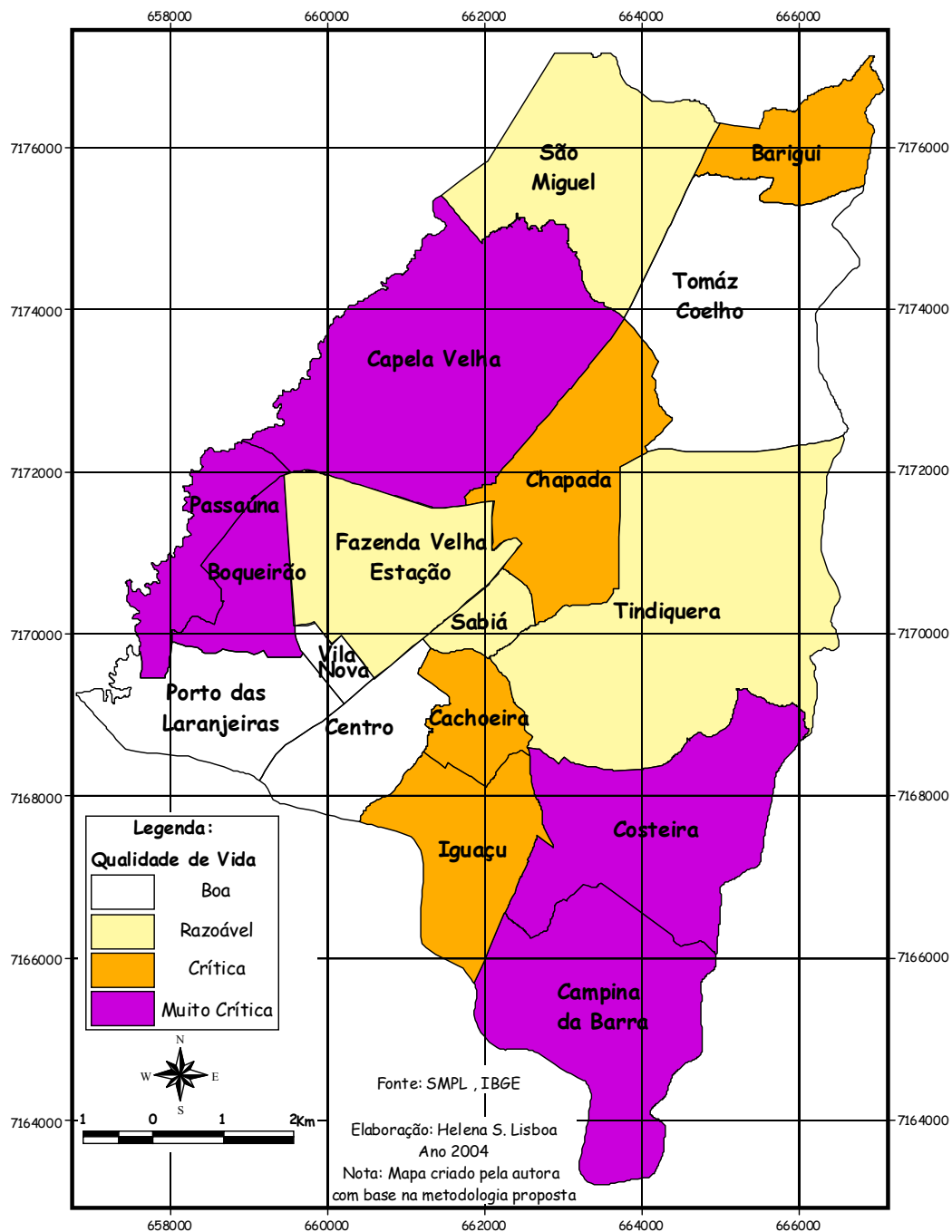
Em 1980, Porto das Laranjeiras e Iguazu foram os bairros considerados mais críticos com relação à qualidade de vida. Já em 1991 o primeiro passou a ter uma condição de vida boa e em 2000 os dois estavam entre os bairros com as melhores condições de vida.

O bairro Thomaz Coelho também apresentou uma evolução positiva passando de uma condição crítica para uma qualidade de vida considerada boa.

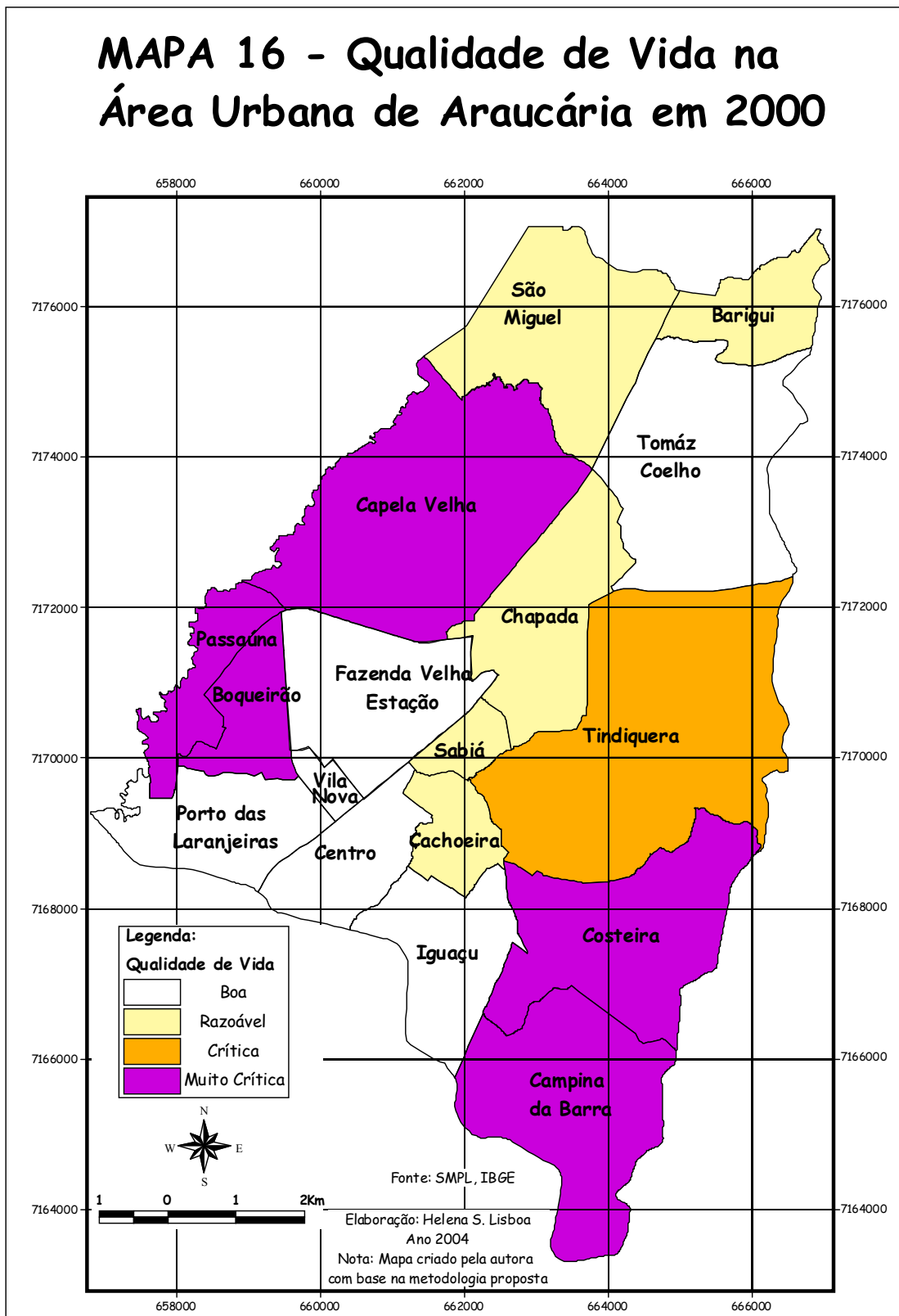
O Centro apresentou nos três períodos boas condições de vida para sua população.

Ao contrário, em alguns bairros, que apresentaram altas taxas de crescimento, verificou-se uma deterioração da qualidade de vida da população. São cinco bairros que em 1991 e 2000 apresentaram condição muito crítica, mas que em 1980 não se destacavam negativamente: Campina da Barra e Boqueirão, que apresentavam condição de vida boa em 1980, e os bairros Costeira, Capela Velha e Passaúna, que eram considerados bairros com condição de vida crítica.

# MAPA 15 - Qualidade de Vida na Área Urbana de Araucária em 1991



# MAPA 16 - Qualidade de Vida na Área Urbana de Araucária em 2000



## 5.5 O ESTADO, A INDÚSTRIA E A QUALIDADE DE VIDA EM ARAUCÁRIA

Inclusão e exclusão social, bem como qualidade de vida, não são uma condição, são um processo, pois apresentam limites móveis. Temporalmente, um exemplo disso é o bairro Campina da Barra, que em 1980 apresentava boa qualidade de vida, mas em 1991 foi classificado de acordo com os critérios anteriormente expostos como um bairro muito crítico com relação aos indicadores analisados. Para esse caso, a explicação reside no fato de que em 1980 era um bairro pouco populoso composto por chácaras, algumas ainda hoje reconhecíveis na paisagem. Porém, esse bairro em poucos anos recebeu um contingente muito grande de pessoas que para lá se transferiram graças aos novos loteamentos e à ligação de ônibus com Curitiba, via Caximba até o terminal do Pinheirinho. Nesse ínterim, esse rápido crescimento populacional gerou um desequilíbrio e conseqüente deterioração da infra-estrutura e da qualidade de vida de sua população.

Essa análise é reforçada quando observa-se a quantidade de população migrante nos bairros. Dois dos bairros com situação muito crítica em sua qualidade de vida apresentaram em 2001 mais de 80% de sua população vinda de outros municípios da RMC, do interior do Paraná e até de outros estados. No bairro Capela Velha menos de 20% dos moradores residentes é natural de Araucária e a situação é mais extrema no bairro Campina da Barra, onde apenas 13% dos moradores eram araucarienses em 2001.

Por outro lado, bairros com qualidade de vida considerada boa em 2000 como o Centro, Vila Nova, Porto das Laranjeiras, apresentam percentual acima de 35% de pessoas nascidas em Araucária. Dessa forma, pode-se relacionar como um dos fatores responsáveis pela qualidade de vida essa situação de desequilíbrio gerada pela migração recente para o município.

Outra característica importante dos bairros periféricos de Araucária com qualidade de vida muito crítica, como é o caso dos bairros Campina da Barra e Costeira, é a integração com Curitiba. Araucária pode não ser considerada em seu conjunto uma cidade dormitório, como é o caso de Almirante Tamandaré, por exemplo. Dados da COMEC referentes à demanda por transporte público entre os municípios limítrofes a Curitiba com a capital apontam para uma demanda menor para os municípios de Araucária e Campo Largo, com 13 e 12% respectivamente da

população que diariamente dirige-se a Curitiba. Para Almirante Tamandaré esse percentual é de mais de 27%. Porém, se no conjunto Araucária não é considerada segundo esse critério uma cidade dormitório típica, os bairros citados (Campina da Barra e Costeira) têm características que os distinguem do restante do município, pois seu crescimento populacional deve-se, sobretudo, à contigüidade física com Curitiba. Há que também se conjecturar sobre a qualidade de vida nesses dois bairros (muito crítica) que remete ao fato de que esses bairros não têm uma relação direta com a sede do município e, por conseguinte, com a indústria aí instalada. Os outros bairros de Araucária também têm interligação com Curitiba, mas de menor importância. O bairro Capela Velha, tomado como exemplo, devido à sua proximidade com a área industrial do município e por ser o mais populoso, tem sua dinâmica populacional mais conectada com a indústria de Araucária do que com Curitiba. Porém, observa-se também nesse bairro qualidade de vida muito crítica, pois todos os indicadores analisados estão abaixo da média do município.

A industrialização de Araucária passou por dois períodos principais em termos de ampliação do número de empresas: na década de 1970 com a criação do CIAR e a instalação da refinaria e na década de 1990 com a instalação da CISA/CSN. Nos dois momentos a indústria foi considerada a solução para todos os problemas do município e como uma maneira de melhorar a qualidade de vida de sua população. Do primeiro período, os dados de 1980 mostravam que os bairros considerados industriais ou com proximidade com a área industrial (Tindiquera, Capela Velha, Passaúna, Boqueirão, Chapada, Thomaz Coelho e Barigui) não apresentavam em nenhum caso qualidade de vida muito crítica (MAPA 13). Essa análise não é completa já que poucos indicadores puderam ser obtidos para 1980. Porém, em 1991 e 2000 três desses bairros são considerados muito críticos: Capela Velha, Passaúna e Boqueirão (MAPAS 14 E 15). Além desses, o bairro Tindiquera, apesar de ser pouco populoso por ter grande parte de sua área considerada parte do CIAR, também passou de uma situação de boa qualidade de vida em 1980 para crítica em 2000. Os bairros restantes (Thomaz Coelho, Chapada e Barigui) apresentaram melhoria, porém são bairros também pouco populosos. Dessa forma, verifica-se que a indústria não contribuiu para uma melhoria significativa na qualidade de vida da população mais próxima a ela, mesmo gerando uma grande arrecadação para o município.



Na década de 1990, mais um momento da retomada da idéia de que a indústria garantiria o desenvolvimento do município. Araucária não tinha participado do processo de incentivos do governo estadual para a vinda de indústrias do setor automobilístico principalmente para a RMC e viu sua participação no setor secundário paranaense diminuir relativamente. Para reverter esse quadro, incentivos foram cedidos e a CISA/CSN, um grande empreendimento industrial, fruto de um consórcio entre a CSN e a empresa mexicana IMSA Aceros S.A., instalou-se em Araucária no final da década de 1990. Outro empreendimento de grande porte foi construído, mas não está em operação por problemas técnicos: é a termelétrica UEG – Unidade Araucária, que teve incentivos do governo do estado para sua instalação e que, devido a especificidades técnicas, não pode operar com o gás natural vindo da Bolívia pelo GASBOL. Além desses empreendimentos, cogitou-se no município, nesse período, um projeto para a instalação da COFEPAR, uma outra termoelétrica, movida a óleo, que, devido à pressão de grupos ambientalistas e à mobilização da população local, preocupados com o agravamento da poluição que essa termoelétrica iria trazer, foi descartado.

O que se pretende aqui destacar com essa análise é que a indústria instalada no município na década de 1970, além de não ter sido garantia de melhoria da qualidade de vida da população que vive próxima a ela, também não foi considerada suficiente pela administração municipal para contribuir para a arrecadação e criação de empregos, já que na década de 1990 foi necessário atrair mais indústrias com o intuito de aumentar a arrecadação e ampliar a oferta de empregos, trazendo para Araucária outras indústrias consideradas sujas, para um município que já apresenta sérios problemas ambientais, principalmente relacionados à poluição do ar e da água.

Como já apontado, não foi possível discutir a questão ambiental pela dificuldade de mensuração dos indicadores ambientais para a qualidade de vida da população e também pelo fato de que nenhuma metodologia contempla essa análise que, mesmo sendo fundamental para compreender um município como Araucária, careceria de respaldo metodológico. Porém, através da análise de vários autores, pode-se argumentar que o tipo de indústria que predomina no município resulta em impactos ambientais consideráveis. Dentre eles, TORRES (1993, p. 49) destaca que os gêneros minerais não-metálicos, metalurgia, química e de papel e celulose são os

que possuem maior potencial de degradação ambiental. Mesmo uma empresa como a REPAR, que segundo ARAUCÁRIA (2003, p. 98), já gastou mais de 100 milhões de dólares em investimentos no controle e proteção ambiental, pode, além de toda poluição inerente ao seu gênero de atividade, provocar acidentes, como aquele de grandes proporções ocorrido em 2000, resultando em um impacto considerável na área atingida pelo vazamento de mais de quatro milhões de litros de óleo bruto na bacia hidrográfica do rio Barigui (FOLHA, 2000). Outra empresa relacionada ao gênero de papel e celulose – a Companhia de Celulose do Paraná (COCELPA) – localizada no bairro Thomaz Coelho, também apresenta participação significativa na geração de problemas de poluição do município (SINAP, 2002).

Todos esses fatos aqui analisados permitem que algumas considerações sejam feitas sobre a pergunta formulada na introdução: as vantagens trazidas pela industrialização, na forma com que foi feita, superam as desvantagens intrínsecas ao processo? O objetivo não é responder a essa questão de uma forma maniqueísta, em que a indústria seja considerada vilã ou salvadora para o município, suas finanças e sua população. Um fato que deve ser considerado é a melhoria da qualidade de vida do município tomado como um todo. Pode-se citar os indicadores relacionados à educação (analfabetos e anos de estudo dos chefes de família) e à renda (rendimento médio mensal do chefe de família). A porcentagem de analfabetos para a área urbana do município que em 1980 era de 33,1%, diminuiu para 24,58% em 1991 e chegou a 9,09% em 2000. A quantidade de anos de estudo dos chefes de família também apresentou uma evolução, pois em 1991, para o total da população da área urbana, 36% tinham até 3 anos de estudo e em 2000 esse percentual caiu para 24%. Da mesma forma, o número de chefes de família com 8 anos de estudo ou mais também apresentou um crescimento positivo, passando de 21% para 36% em 2000. O rendimento médio teve uma ampliação do percentual de chefes de família que recebiam cinco salários mínimos ou mais passando de 13% em 1991 para 21% em 2000. E os chefes de família com rendimentos até dois salários mínimos correspondiam a 49% em 1991 e diminuíram para 37% em 2000.

Essa melhoria dos indicadores é positiva para o município, porém, se analisados os indicadores de outros municípios brasileiros, também houve melhoria na maior parte deles. O IDH do Brasil em 1991 era de 0,696 e em 2000 passou para 0,766 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2000). O IDH de

todos os estados também evoluiu, a universalização do ensino e o aumento da expectativa de vida dos brasileiros contribuíram para isso. Não é privilégio de Araucária o avanço nesses setores. Também não é a indústria a única responsável. É possível então o questionamento hipotético: Como estaria Araucária se não tivesse ocorrido o processo de industrialização?

Talvez a população urbana não crescesse tão rápida e intensamente como ocorreu, mas sem dúvida teria crescido em virtude da posição que Araucária ocupa em relação a Curitiba e observando-se o que aconteceu nos outros municípios próximos à capital que, mesmo sem uma grande quantidade de indústrias, receberam e recebem grande população migrante. Sem a indústria, a população de Araucária talvez fosse menor, como também seria menor a arrecadação do município e o orçamento para obras sociais que proporcionam melhorias na qualidade de vida. O que se conclui é que o processo de industrialização trouxe benefícios, mas que não foram e não são repartidos igualmente para a população, como foi destacado ao longo de todo este trabalho com relação à desigualdade espacial. Este deveria ser o papel do Estado: garantir que a distribuição dos impostos arrecadados seja aplicada em prol do conjunto da população.

Mesmo não sendo esse o objetivo do presente trabalho, também cabe aqui destacar que vários fatores implicaram na perda de identidade do município. A migração ocorrida nos últimos anos, a industrialização que transformou o perfil econômico do município e a ligação com a metrópole de Curitiba enfraqueceram a ligação da população com o lugar onde vivem. Um exemplo disso é a festa mais tradicional e importante do município: a Festa do Pêssego e do Ovo que acontece anualmente no mês de dezembro. Nada mais distante da atual realidade do município que viu a participação da agricultura e da população rural ser suplantada pela importância econômica da indústria e da população urbana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Araucária apresentou um crescimento populacional elevado a partir da década de 70 com a instalação da REPAR e outras indústrias no CIAR. Em primeiro lugar, foi um processo de urbanização, pois a população rural diminuiu tanto relativa, quanto absolutamente. Porém, o processo não se restringiu a simples transferência da população do campo para a cidade, mas sim, resultou principalmente da migração tanto do Paraná (RMC e interior) quanto de outros estados. Porém, esse crescimento da população urbana foi desigual. Alguns bairros apresentaram um expressivo crescimento populacional enquanto outros cresceram muito pouco ou até perderam população. O foco do maior crescimento não é ligado à proximidade com o centro de Araucária, mas sim, à contigüidade com Curitiba e a proximidade de localização com o setor industrial.

Estado e indústria são indiretamente responsáveis por esse crescimento desordenado. O Estado, no âmbito estadual, como fomentador do processo de industrialização com o investimento na escolha de Araucária como sede de uma das refinarias da Petrobras e no âmbito municipal como idealizador e planejador do CIAR além do planejamento urbano. Dessa forma, as indústrias (em especial a grande indústria) instalaram-se no município por conta dos benefícios recebidos, trazendo em sua esteira uma população migrante que buscava e busca emprego e melhores condições de vida.

A busca de emprego é uma garantia de inclusão social, de acordo com a definição de CASTELLS (1999, p. 98), para quem exclusão social é “um processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são impedidos do acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um dado contexto”. Portanto, a exclusão social é um processo, não uma condição, pois apresenta limites móveis. E o emprego é a forma de garantir essa autonomia.

Algumas metodologias se propõem a verificar as condições de vida e o grau de exclusão social a que uma população está submetida. No presente estudo, quatro metodologias foram analisadas: o IDH-M (que considera aspectos referentes a educação, saúde e renda); o Atlas da Exclusão Social (padrão de vida digno, conhecimento e risco juvenil são parâmetros de análise); Mapa da Pobreza

(condição do domicílio, do saneamento básico, da saúde e da educação são considerados) e o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo (que considera para avaliação a população, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade). Todas essas metodologias apresentam aspectos positivos e negativos na sua aplicação. A principal vantagem dessas metodologias é que elas consideram a questão espacial, ou seja, permitem a espacialização dos dados. Os aspectos negativos residem na dificuldade na obtenção de alguns dados no âmbito intramunicipal.

Dessa forma, após definida a metodologia a ser usada (Mapa da Inclusão/Exclusão Social de São Paulo), a maior dificuldade encontrada para a realização da pesquisa foi a disponibilidade dos dados. O enfoque temporal englobou a década de 70 registrada no Censo Demográfico de 1980, década de 80 (Censo de 1991) e década de 90 (Censo de 2000). Como o processo de urbanização teve sua arrancada na década de 70 em Araucária com a construção e instalação de diversas grandes indústrias, seria bastante revelador conhecer a realidade antes desse processo, através dos dados do Censo de 1970, porém, esses dados não estão disponíveis na biblioteca do IBGE. Para os dados de 1980, também alguns problemas tornaram limitada a obtenção dos mesmos. Dados relativos a densidade domiciliar e anos de estudo dos chefes de família não constavam dos questionários do IBGE para o Censo de 1980 e não puderam ser obtidos. Quanto à renda média do chefe de família, existe o dado para todos os setores censitários do Paraná, mas as folhas referentes a Araucária não foram encontradas na biblioteca do IBGE e nem em outros órgãos de planejamento consultados.

Algumas variáveis importantes para a análise também não puderam ser consideradas. A principal delas diz respeito aos empregos. Não foi possível obter esse dado referente a cada um dos bairros separadamente e mesmo para o município como um todo houve dificuldade. Quanto aos indicadores de saúde foi possível comparar a longevidade da população entre os bairros mediante a faixa etária, porém, dados de mortalidade infantil não estão calculados para os bairros do município. Já existe um estudo levado a termo pela prefeitura de Araucária no sentido de obter dados por bairros, porém, o projeto encontra-se em fase inicial e apenas os bairros do sul da área urbana foram contemplados até esta data. O

número de assassinatos por bairros também deveria constar da análise e não pode ser obtido pelo fato de ser incompatível com o tempo, já que esse indicador também não foi trabalhado por nenhuma secretaria do município. Também não foi possível comparar os indicadores de Araucária com outros municípios que apresentassem semelhanças com relação à população, economia e localização próxima a um grande centro urbano.

De posse dos indicadores que puderam ser obtidos foi criado um mapa síntese para a avaliação da qualidade de vida da área urbana do município de Araucária. A metodologia utilizada não pôde ser aplicada integralmente e foi por isso adaptada. Dessa forma, para a construção do mapa final, optou-se por trabalhar com a média, agrupando, portanto, os indicadores que se encontravam abaixo e acima da média. Entende-se que a média não expressa a realidade, pois os extremos ficam disfarçados, porém, é possível perceber um contraste entre os bairros de melhor qualidade de vida e bairros mais carentes que apresentam pior qualidade de vida de sua população. Sinteticamente pode-se relacionar as diferenças espaciais na qualidade de vida com as taxas de crescimento, pois bairros como Capela Velha, Campina da Barra, Costeira, Boqueirão e Passaúna, que apresentaram ao longo das décadas de 80 e 90 grande crescimento da população, também apresentaram indicadores de qualidade de vida sempre abaixo da média da área urbana do município. Ao contrário, o Centro e bairros próximos a ele, como Vila Nova e Porto das Laranjeiras, apresentaram nessas décadas qualidade de vida considerada boa, com baixo crescimento de população.

É com base nesses contrastes que se pode pensar em programas sociais por parte do governo municipal, no sentido de minimizar as carências de boa parte da população araucariense, já que o município conta com uma arrecadação invejável. A grande indústria já está instalada há quase três décadas. Gerou tanto pressões sociais com o aumento da população e o crescimento desordenado da cidade, quanto ambientais, pela sua própria instalação, quanto pelo impacto ambiental que essas populações acima mencionadas também provocam. Através dos impostos que pagam deveriam contribuir para atenuar esses problemas e é o papel do poder municipal garantir a repartição desse orçamento de maneira a diminuir as desigualdades sociais, de infra-estrutura urbana e distribuição de serviços.

Para finalizar, cabe aqui enfatizar duas idéias de LEFEBVRE (1991, p. 141) referentes ao processo de industrialização. A primeira delas refere-se ao crescimento quantitativo que deve sempre estar relacionado ao desenvolvimento qualitativo e, complementando esse raciocínio, a segunda idéia de que o objetivo e a finalidade principal da industrialização é a sociedade urbana.

## REFERÊNCIAS

- ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Da madeira ao aço – A industrialização de Araucária**. Prefeitura de Araucária, 1999.
- ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Perfil do município de Araucária**. Prefeitura de Araucária, 2003.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em : <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M.xls>. >Acesso em 20 ago. 2004.
- BARROS, F. M. **Inovação no federalismo para o desenvolvimento e a cidadania**. Disponível em: [http://www.federativo.bndes.gov.br/bf\\_bancos/estudos/e0001814.pdf](http://www.federativo.bndes.gov.br/bf_bancos/estudos/e0001814.pdf). > Acesso em: 11 jun. 2003.
- BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002. P. 41-55.
- CAMPOS, A. et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. v. 2.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, M. **O fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CODAR. **Lei 1.376/2002**. Disponível em: [http://www.codar.org.br/portugues/gerais/pie\\_24\\_10.html](http://www.codar.org.br/portugues/gerais/pie_24_10.html). Acesso em 18 mar. 2003.
- COMEC. **População da Região Metropolitana de Curitiba**. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/comec/ormc.html#População>. > Acesso em: 16 set. 2003.
- COMEC. **Relatório setorial final**. Diretrizes de desenvolvimento para a Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2.a Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- CUNHA, J. M. P.; DUARTE, F.A.S. Migração, redes sociais, políticas públicas e a ocupação dos espaços metropolitanos periféricos: o caso de Paulínia/SP. **Anais do IX encontro nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2001. p. 1446-1459.
- DAMIANI, A. L. Cubatão: na busca das favelas o encontro do “peão” que permanece. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 64, p. 75-96, 1987.



DAMIANI, A. L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim do século – ano nova raridade**. São Paulo: Contexto: 1999.

DOZENA, A. Qualidade de vida urbana e desenvolvimento em São Carlos. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo: Humanitas, n. 10, 2001.

FEARNSIDE, P. M. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002. P. 41-55.

FERGUSON, B. W. Estratégias de crescimento local. **Revista do Departamento de Geociências/ UEL**. Londrina, n. 5, 1988/89.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. **A nova territorialidade da Indústria e o Aglomerado Metropolitano de Curitiba**. São Paulo, 2001. Tese (doutorado em geografia) – FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1997.

FOLHA. **Petrobras está envolvida em 8 acidentes ambientais apenas em 2000**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/u/t95u13874.shl>. Acesso em 20 ago. 2004.

GOULET, D. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002. P. 41-55.

HARVEY, D. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HOGAN, D.J. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, G. **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 101-130.

HOGAN, D. J. Mudança ambiental e o novo regime demográfico. In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002. P. 41-55.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes\\_regioes211.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes_regioes211.shtm)> Acesso em: 16 set. 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universophp?tipo=31&uf=41>.> Acesso em: 16 set. 2003.

IBGE. **Censos Demográficos.**

IPARDES. **Índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM – 2000 – Anotações sobre o desempenho do Paraná.** Disponível em: [http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/idmh\\_2000.pdf](http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/idmh_2000.pdf). > Acesso em: 16 set. 2003.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Redes urbanas regionais: Sul.** IPEA, IBGE, UNICAMP; IE; NEUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Ed. Moraes Ltda, 1991.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. Moraes Ltda, 1999a.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana.** 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo – ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARQUES, E.; BICHIR, R. M. Estado e infra-estrutura urbana: padrões de investimento estatal em São Paulo – 1978/98. . **Anais do IX encontro nacional da ANPUR.** Rio de Janeiro, 2001.

MARTINE, G. **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba.** 2.a Ed. Campinas: Papyrus, 1996.

MOIZES, J. A.; MARTINEZ-ALIER, V. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. **Contradições urbanas e movimentos sociais.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

MOURA, R; MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** número 8, Curitiba, 1996.

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo.** Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

PLANO de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (Organização Espacial), Curitiba: COMEC, 1978.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2003.

PROOPS, J; FABER, M.; MANSTETTEN, R.; JÖST, F. Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002. P. 41-55.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHENG, F. Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002. P. 41-55.

SILVA, M. N. **A construção do espaço urbano: implantação de empreendimentos industriais em Araucária**. Curitiba, 2002. Monografia (especialização) – GTU, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

SINAP. **Cocelpa é multada por despejo tóxico no Paraná**. Disponível em : [http://www.sinap.org.br/template\\_S.php?id=82](http://www.sinap.org.br/template_S.php?id=82). Acesso em 20 ago. 2004.

SONDOTÉCNICA. **Diagnóstico de estratégia de planejamento – plano de diretrizes de uso do solo – Araucária**. SONDOTÉCNICA, [19-].

SOUZA, A. **Qualidade da vida urbana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [19-].

SOUZA, M. L. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um “conceito”-problema. **Território/LAGET/UFRJ**. Rio de Janeiro, n.5 jul/dez. 1998.

SPOSATI, A. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo/2000**. Disponível em: [http://www.stamaria.marista.org.br/nas/documentos\\_nas/Outros/MapadaexclusãocialdacidadedeSPAldaizaSposati.doc](http://www.stamaria.marista.org.br/nas/documentos_nas/Outros/MapadaexclusãocialdacidadedeSPAldaizaSposati.doc)> Acesso em: 15 jun. 2003.

STEINBERGER, M. A (re)construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do(no) espaço urbano. **Anais do IX encontro nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2001.

TORRES, H. G. Indústrias sujas e intensivas em recursos naturais: importância crescente no cenário industrial brasileiro. In: MARTINE, G. **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 101-130.

UFPR; IPARDES; IPPUC. **Mapa da pobreza de Curitiba**. Curitiba: UFPR, IPARDES, IPPUC, 1997.

ULTRAMARI, C.; MOURA, R. **Metrópole: Grande Curitiba: Teoria e Prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.

ANEXO 1 - POTENCIAL DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL POR GÊNERO DE  
INDÚSTRIA. – BRASIL, 1980

Gêneros industriais	Poluição do ar	Poluição da água	Demanda recursos naturais	Total
Minerais não-metálicos	3	3	3	9
Metalúrgica	3	3	3	9
Química	3	3	2	8
Papel e celulose	1	3	3	7
Material de transporte	2	3	1	6
Madeira	2	1	3	6
Alimentos	1	2	3	6
Bebidas	2	3	1	6
Têxtil	2		1	5
Material el. Com.	1	2	1	4
Borracha	1	1	2	4
Couro e peles	1	2	1	4
Perfumaria		3	1	4
Plásticos	1	1	1	3
Fumo	1		2	3
Editorial	1	1	1	3
Fármaco	1	1		2
Mecânica			1	1
Mobiliário		1	1	
Vestuário		1		1

Fonte: TORRES (1993 , p. 49)

ANEXO 2 – LISTA DOS PREFEITOS DE ARAUCÁRIA DESDE 1890

Nome	Gestão
Major Sezino Pereira de Souza	1890
Antonio Arlindo Pereira	1890-1891
Padre Francisco Soja	1891
Antonio Arlindo Pereira	1891-1892
Manoel Gonçalves Ferreira	1892-1894
Major Joaquim Gonçalves Palhano	1894
Capitão Manoel Gonçalves Ferreira	1894-1900
Eduardo dos Santos Muller	1900-1905
Capitão Theolino Gonçalves Ferreira	1905
Eduardo dos Santos Muller	1905-1908
Capitão Theolino Gonçalves Ferreira	1908
Major Sezino Pereira de Souza	1908-1924
Miguel Bertolino Pizzatto	1924-1930
João Leite Furtado	1930-1932
Felizardo José de Aquino	1932-1934
Odorico Franco Ferreira	1934-1941
Rubens Dória de Oliveira	1941-1945
Francisco Trauczynski	1945
Alberto Dalla Bona	1946
Estanislau Trauczynski Sobrinho	1946-1947
Alderico Zanardine Ozório	1947-1951
Romualdo Sobocinski	1951-1955
Alderico Zanardine Ozório	1955-1959
Ignácio Kampa	1959-1963
Aleixo Grebos	1963-1968
Anselmo Antonio Negrelle	1968
Aleixo Grebos	1968-1969
Rizio Wachowicz	1969-1973
José Tadeu Saliba	1973-1975
Julio Grabowski	1975
José Tadeu Saliba	1975-1977
Rizio Wachowicz	1977-1983
Rogério Donato Kampa	1983-1988
Albanor José Ferreira Gomes	1989-1992
Edvino Kampa	1993-1996
Rizio Wachowicz	1997-2000
Albanor José Ferreira Gomes	2001-

Fonte: ARAUCÁRIA (2003, p. 176)



ANEXO 3 – ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE CURITIBA

Município	Posição no ranking	Índice de exclusão social
Adrianópolis	3388	0,385
Agudos do Sul	2867	0,428
Almirante Tamandaré	2071	0,475
Araucária	724	0,546
Balsa Nova	1283	0,512
Bocaiúva do Sul	2439	0,456
Campina Grande do Sul	1515	0,502
Campo Largo	745	0,545
Campo Magro	1823	0,487
Cerro Azul	3386	0,385
Colombo	1246	0,515
Contenda	1779	0,489
Curitiba	0,9	0,73
Doutor Ulysses	3604	0,372
Fazenda Rio Grande	1861	0,486
Itaperuçu	2937	0,423
Lapa	1633	0,496
Mandirituba	1360	0,509
Pinhais	457	0,569
Piraquara	2040	0,477
Quatro Barras	43	0,66
Quitandinha	2864	0,429
Rio Branco do Sul	2716	0,438
São José dos Pinhais	461	0,569
Tijucas do Sul	2548	0,449
Tunas do Paraná	3225	0,4

Fonte: POCHMANN e AMORIM (2003)